

APRESENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS

O Plano Municipal de Educação é um documento construído coletivamente e reflete os anseios da cidade pelo direito à educação. Um texto construído de modo participativo, que buscou incorporar as demandas da sociedade civil ao que deve ser um Plano de Estado para a Educação no Município de Duque de Caxias.

O processo de elaboração do Plano se deu num contexto em que a sociedade duquecaxiense se mobilizou para registrar em um Plano de Estado da área educacional as ações a serem implementadas neste e nos próximos mandatos do legislativo e do executivo municipal. Essa mobilização encontrou respaldo no governo, que incentivou e criou condições estruturais para que a sociedade se manifestasse e, em parceria com os diversos segmentos sociais e do governo municipal, estadual e federal, pudesse realizar um trabalho que se revelou democrático e plural.

Depois de um período em que esse movimento sofreu revezes e parecia estar adormecido, novos passos foram dados na direção da construção do documento. Nesse período, estava à frente da Secretaria Municipal de Educação a Professora Marluce Gomes da Silva que, por orientação do Prefeito Alexandre Aguiar Cardoso, deu sequência aos movimentos que tinham sofrido paralisação.

A esse mesmo contexto, somou-se a participação intensa da sociedade civil organizada e do governo de Duque de Caxias na elaboração de propostas com vistas à participação da cidade nas Conferências Municipal, Intermunicipal, Estadual e Nacional de Educação que traziam como objetivo a construção do Plano Nacional de Educação. A primeira Conferência de Educação de Duque de Caxias, I CONFEDUC, já apontava alguns caminhos que seriam trilhados no percurso seguinte.

Depois de intensa discussão, o texto foi estruturado de modo que, concluído um diagnóstico sobre a educação na cidade, fossem traçadas diretrizes e metas para os próximos dez anos.

Para sua construção, foram, em síntese, realizados vários movimentos:

- Reuniões da Comissão de Elaboração do Plano, composta por membros do governo estadual, municipal e da sociedade civil organizada;
- Elaboração de um questionário respondido pelas escolas e outras entidades da sociedade duquecaxiense;
- Incorporação de diversos textos de autorias coletivas, produzidos por professores da rede municipal em exercício na Secretaria Municipal de Educação, por membros da Comissão Organizadora de Elaboração do Plano, bem como de textos de outros colaboradores.

Agradecemos às representações, às parcerias para realização dos diversos momentos, aos que se dispuseram a nos auxiliar, à comissão organizadora de todas as etapas de elaboração do Plano Municipal de Educação e a todos os participantes que, de forma entusiasmada, em cada etapa, contribuíram para a realização do processo, tornando-se responsáveis por esta conquista. Espera-se que este documento contribua com um esforço coletivo em prol da educação em Duque de Caxias, abrindo horizontes para a formulação e materialização de políticas de Estado.

Comissão Organizadora

1 INTRODUÇÃO

No contexto da gestão educacional brasileira, encontra-se, hoje, o planejamento como instrumento de destaque para a construção da qualidade da educação, pois trata-se de um processo de formulação de políticas públicas, no qual estão descritas as ações a serem desenvolvidas por um determinado sistema.

Dentre essas formulações, encontra-se o **Plano Municipal de Educação (PME)**, instrumento de gestão que visa a tornar efetiva a cidadania e que contribui para a construção democrática de um sistema de educação. O PME é um dos processos de articulação da política educacional – a ser implementado – das legislações nacional, estadual e municipal que lhe dão suporte e das condições materiais, humanas e financeiras para a garantia da educação pública e privada. O principal objetivo deste Plano é atender as questões indispensáveis para garantir a educação como direito público e de qualidade de acordo com os interesses da maioria da população.

Como instrumento, o PME define a concepção do projeto municipal de educação e viabiliza a sua realização, superando rotinas, ações segmentadas e improvisações. Quando um município não tem elaborado seu Plano de Educação, fica à mercê de ações que, mesmo quando planejadas, não se encaixam em um propósito e, por vezes, representam improvisações. Sem Plano Municipal, não há visão de Estado nas ações, não há caminho a percorrer, apenas passos de acordo com as circunstâncias de cada governo.

Nessa perspectiva, a construção de um **Plano Municipal de Educação**, que é decenal, significa um grande avanço, por se tratar de um Plano de Estado e não somente um Plano de Governo. A sua aprovação pelo legislativo, transformando-o em lei municipal, garante o poder de ultrapassar diferentes gestões, conferindo o direito da continuidade das políticas públicas.

A elaboração de um PME constitui-se como o momento de um planejamento conjunto do governo com a sociedade civil, que, com base científica e com a utilização de recursos previsíveis, deve ter como propósito responder às demandas sociais.

O desafio do município é elaborar um Plano que tenha consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) e, ao mesmo tempo, garanta sua identidade e autonomia. Para isso, faz-se necessário instaurar um amplo processo democrático de participação, envolvendo diferentes atores que, de forma direta e indireta, influenciam na qualidade da educação do município. A participação permite a visão do todo e gera compromisso não só do governo, mas também da sociedade e responsabilidade com aquilo que foi planejado. Só com a visão

dos diferentes olhares, oriundos da pluralidade social, é possível a visão mais próxima do todo e a percepção das diferentes aspirações sociais. Um processo participativo fará com que todos se envolvam e que o resultado seja o produto pelo qual a sociedade deve sentir-se corresponsável.

O Plano Municipal de Educação vem ao encontro da articulação com um Sistema Nacional de Educação. Entendemos que um sistema se insere sempre num conjunto mais amplo do que ele próprio e a sua coerência com relação à situação de que faz parte se exprime pelo fato de, intencionalmente, operar para sua transformação. O ato de sistematizar pressupõe a consciência refletida, portanto, é um ato intencional que tem como consequência uma postura que, como indica Saviani (2009), tem as seguintes características:

1. tomar consciência da situação;
2. captar os seus problemas;
3. refletir sobre eles;
4. formulá-los em termos de objetivos realizáveis;
5. organizar meios para atingir os objetivos propostos;
6. intervir na situação, colocando em prática os meios referidos;
7. manter ininterrupto o movimento dialético ação-reflexão-ação, já que a ação sistematizada é exatamente aquela que se caracteriza pela vigilância da reflexão.

A implementação de um processo democrático do PME pode estar centrada em dois componentes: o primeiro é a garantia de participação de diferentes setores, entidades e segmentos; o segundo é a garantia de pessoal e suporte técnico que ofereça dados estatísticos, demográficos e educacionais das instituições municipais, estaduais, federais e privadas.

Desse modo, o sistema implica a ordem que o homem indica para lidar com a realidade. Organiza-se, a partir do sistema, uma estrutura que envolve a realidade, as formas como os diferentes aspectos institucionais se entrelaçam. Educadores e educandos sofrem a ação das estruturas, mas, na medida em que tomam consciência dessa ação, são capazes de manipular a sua força sobre a estrutura que se apresenta no Plano Municipal de Educação.

De forma sintética, podemos dizer que o PME implica responder a três perguntas básicas da estrutura educacional: Onde estamos? O que queremos? O que fazer? Assim, definem-se os rumos para a educação em seus diferentes níveis e modalidades.

2 A ELABORAÇÃO DO PME E AS CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA

A educação pressupõe um acontecimento, um encontro. Exige uma relação significativa entre seres humanos e com o mundo circundante para que haja o contato dos novos com o conhecimento acumulado pela humanidade. Nessa construção, o educador encontra aqueles que precisam apreender o conhecimento que foi construído culturalmente, bem como vive com crianças, jovens, adultos e idosos a possibilidade de produzir e recriar o conhecimento adquirido pela humanidade.

Saviani (2009) destaca que, levando-se em conta a “estrutura” de homem, caracterizada pelo trinômio situação-liberdade-consciência, *“constatamos que a educação, enquanto fenômeno, se apresenta como uma comunicação entre pessoas livres, em graus diferentes de maturação humana, numa situação histórica determinada; e o sentido dessa comunicação, a sua finalidade, é o próprio homem, quer dizer, sua promoção”*.

Esse processo se encontra em todas as sociedades: de maneira simples e homogênea, nas comunidades primitivas; de modo complexo e diversificado, nas sociedades atuais. As pessoas se comunicam sem o objetivo de se educarem, mas, mesmo assim, estão se educando. É o que chamamos de uma maneira informal de educar-se, que ocorre à consciência irrefletida. Quando o educar passa a ser objeto explícito da atenção, desenvolve-se uma ação educativa intencional, sistematizada. O que determina a passagem da primeira para a segunda forma é o fato de a educação aparecer aos humanos de forma problematizada, ou seja, quando educar se apresenta como algo que nos leva a interrogar a vida, a sociedade, a refletir sobre algo que não se entende, algo que se precisa fazer e não se sabe como fazer. É isso que faz com que a educação ocupe a consciência, conduzindo ao processo reflexivo que envolve a humanização.

Por meio da educação, há um exercício de preservar o que já está consolidando como significativo para a existência humana e, ao mesmo tempo, contribuir para um mundo em permanente mudança, por meio de processos de reinvenção que têm relação com as opções políticas implementadas. Brandão (2004, p. 10-11), ao definir *Educação*, assinala:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam-e-aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa

para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, forças que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar – às vezes a ocultar – de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem.

Assim como um movimento no processo de humanização, a tradição dos conhecimentos é acrescida das mudanças necessárias ao momento histórico, bem como do fazê-lo acontecer. Nesse percurso, o ser humano é aquele que imprime, por meio das relações sociais, direção ao mundo, e a educação, onde quer que aconteça, é o lugar privilegiado de encontro entre o novo e o velho mundo.

Não há humano fora da cultura, pois ela é o nosso ambiente e nela somos socialmente formados pelos valores, crenças, regras, objetos e conhecimentos historicamente determinados pelas concepções da época em que vivemos. Reafirmamos, então, que a educação pode ser compreendida em duas categorias: educação vivencial e espontânea, o “vivendo e aprendendo”, e educação intencional ou propositada, deliberada e organizada em locais predeterminados e com instrumentos específicos, como acontece na escola.

Compreende-se, então, que educar seres humanos não é tarefa exclusivamente pedagógica, que se resolve apenas aumentando o tempo de permanência na escola. Na educação, são necessários diálogos que favoreçam o desenvolvimento e a aprendizagem nas suas diversas dimensões, redimensionando sua leitura de mundo de forma integrada e interdisciplinar. Importa refletir que tempo tem sido dado à educação das crianças, dos jovens, dos adultos e dos idosos, e, nessa reflexão, cabe a pergunta: de que forma esse tempo, que busca ser integral na escola, tem sido vivido por todos os envolvidos na educação desses atores?

Num consenso teórico, a interdisciplinaridade consiste no diálogo entre as disciplinas para explicar e entender as coisas do mundo. É o eixo integrador que possibilita que as disciplinas sejam interligadas e não fragmentadas; portanto, o caráter interdisciplinar da educação fica ressaltado sempre que interpretamos os acontecimentos, sempre que dialogamos com o conhecimento que cada disciplina traz. Interpretamos os conhecimentos escolares a partir da nossa vivência e interpretamos o que vivemos a partir do que aprendemos na escola.

A escola, como espaço de formação humana e de redimensionamento da visão que o ser humano tem do mundo e de outros seres, deve repensar sobre o seu papel social, não se distanciando ou tornando incompatíveis as respostas a estas três perguntas complementares:

Que tipo de sociedade queremos? Que ser humano está sendo formado? Que papel a escola objetiva na formação do ser humano?

Cabe, entretanto, ao relacionar escola, sociedade e formação humana, explicitar a especificidade da escola em nossa sociedade e a sua responsabilidade com o conhecimento dos estudantes, pois, como afirma Saviani,

“a escola tem uma função especificamente educativa, propriamente pedagógica, ligada à questão do conhecimento; é preciso, pois, resgatar a importância da escola e reorganizar o trabalho educativo, levando em conta o problema do saber sistematizado, a partir do qual se define a especificidade da educação escolar.”
(SAVIANI, 2003, p. 98).

Ademais, hoje, a educação evidencia muitos desafios decorrentes das relações estabelecidas na dinâmica da instituição escola. Relações presentes na sociedade estão presentes na escola. Vivemos tempos de perplexidade, incerteza e apreensão diante das situações dramáticas do processo de humanização: desigualdade, injustiça, exclusão, violência. O momento exige nos interrogarmos sobre o papel da escola num mundo marcado pela barbárie, pela globalização excludente, ao mesmo tempo em que se ampliam as possibilidades de informação. Cabe lembrar que a instituição de ensino não deve ser onerada para além do papel pedagógico.

Por um lado, verificamos que os conhecimentos sistematizados não estão mais reunidos unicamente nas bibliotecas e nem o acesso a eles se dá apenas nas salas de aula. Devido aos avanços tecnológicos e informacionais do mundo contemporâneo, o conhecimento circula em complexas redes de informação, sendo veiculado não apenas pelos meios tradicionais de comunicação (rádio, jornais, revistas, televisão etc.), mas, também, pelo computador, pela internet. Devem ser garantidos esses recursos, em quantidades e condições de uso suficientes, para todas as unidades escolares do município.

A nossa realidade capitalista produziu, hegemonicamente, uma escola cuja base tem como referência uma tradição monocultural, caracterizada como eurocêntrica, branca, ocidental, cristã e sexista. Historicamente, a escola reduziu sua ação pedagógica a um determinado conhecimento e uma determinada cultura ao experimento, à prova pseudocientífica/analítica e demonstrativa, tendo como contorno um modelo fragmentário, disciplinar e hierarquizado de ciência. A expressão dessa prática escolar é a tendência homogeneizadora, unificadora e totalitária, em que outras formas de explicação da realidade são entendidas como não científicas, portanto, desprestigiadas. Assim, os saberes produzidos por outros grupos sociais podem deixar de ser reconhecidos como saber e nem são

considerados como ponto de partida que contribua com o desenvolvimento intelectual, social e cultural dos estudantes.

No que se refere aos processos organizativos e pedagógicos, o que se percebe é que a escola tem servido a um projeto de homogeneização e de assimilação à cultura dominante, em que a exclusão do diferente se dá de forma naturalizada. Isso indica a necessidade de uma educação que não só considere a diversidade, mas dialogue de modo igualitário com essa diversidade.

Nessa concepção de educação, é necessário criar espaços efetivos de participação nos processos de decisões em que sejam protagonistas as crianças, os jovens, os adultos, os idosos, as mulheres, os diversos grupos étnico-raciais, de interesse cultural, religiosos, de orientação sexual-afetiva e pessoas com necessidades especiais. Uma educação assim não se constrói de modo fechado e nem se muda apenas por meio de decretos. Ela exige que se pensem os valores humanos, científicos, sociais situados numa sociedade concreta cujas relações têm como base material interesses sociais antagônicos e contraditórios. O debate e o conflito devem ser explicitados e negociados para que se alcance um conjunto articulado de reflexões e se produzam ações educativas que garantam a educação como direito na cidade de Duque de Caxias nos próximos dez anos. É essa a expectativa sobre o alcance do **Plano Municipal de Educação**.

3 DIAGNÓSTICO DO MUNICÍPIO

3.1 DENOMINAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Duque de Caxias foi criado pelo Decreto Estadual nº 1.055, de 31 de dezembro de 1943. Antes de sua emancipação, Duque de Caxias era o 8º. Distrito do Município de Nova Iguaçu. De acordo com dados da prefeitura, ocupa uma área de 442km², correspondendo a cerca de 6,8% da área da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e, aproximadamente, a 35% da área da Baixada Fluminense. O Município de Duque de Caxias deve alcançar, até o ano de 2023, uma população de, aproximadamente, um milhão de habitantes. Hoje, com cerca de 755 mil pessoas, cresce de forma relativamente estável, com um acréscimo da ordem de cem mil pessoas em cada decênio, o que corresponde a uma taxa geométrica anual de 0,14%.

3.2 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

O histórico do município inicia-se com os dados da sua localização, que fica no fundo da Baía de Guanabara. As condições de clima eram favoráveis à plantação de cana-de-açúcar, milho, feijão e arroz para abastecimento interno das Capitânicas. Outro fator importante de atração na ocupação da região foi a instalação do Porto Estrela, localizado na sesmaria de Magepe (atualmente o município de Magé), pertencente a Cristóvão de Barros, e a instalação do Porto do Pilar, por D. Pedro I, para o escoamento da produção de ouro e diamante oriundos das Minas Gerais via Caminho Novo (hoje Avenida Presidente Kennedy). Em meados do século XIX, a região representava apenas um porto de escoamento de poucos produtos, dentre os quais a lenha e o carvão vegetal. A recuperação começou a insinuar-se com o advento da estrada de ferro que levava a produção de minerais para a capital. As hidroviárias, (Rios Iguaçu, Meriti, Sarapuí e Roncador) com seus barcos, portos e vilas, estavam com seus dias contados. Segundo Tôres (1992), a ferrovia, obedecendo à lógica do progresso, ditava novos traçados nos caminhos, fazendo surgir à volta de suas estações, povoados que se transformariam em populosas cidades. Quando a ferrovia atingiu o vale de Meriti, a região começou a sofrer os efeitos da expansão urbana da Cidade do Rio de Janeiro. Com a inauguração da “The Rio de Janeiro Northern Railway”, em 23 de abril de 1886, Duque de Caxias ficou definitivamente ligada ao antigo Distrito Federal. No início do século XX, as terras da Baixada serviam para aliviar as pressões demográficas da Cidade do Rio de Janeiro, já prenunciadas no “Bota Baixo” do prefeito Pereira Passos. Os dados estatísticos revelam que, em 1910, a população era de 800 pessoas, passando, em 1920, para 2920. O rápido crescimento populacional

provocou o fracionamento e loteamento das antigas propriedades rurais, naquele momento, improdutivas. Os anos 40 encontraram o distrito com uma população que já atingia a casa dos 100.000 habitantes. Nessa altura, a região assumia a característica de “dormitório”, pois a população concentrava sua atividade profissional no Distrito Federal. Na década de 60, com a instalação da Refinaria Duque de Caxias e a Fabrica Nacional de Motores, passou a ser considerada área de segurança nacional, o que perdurou até o ano de 1982. Uma das principais características do município de Duque de Caxias é sua expansão desenvolvimentista uniforme e não fragmentada, sempre voltada para o abastecimento externo. Essa expansão trouxe consigo uma degradação ambiental geométrica e, em alguns casos, irreversível, sempre em direção a região norte (4º distrito). Até a década de 80, a degradação provocada pela produção do espaço geográfico da região norte do município concentrava-se no sistema de abastecimento de água via mananciais dos 3º e 4º distritos. O grande desenvolvimento da região Central de Duque de Caxias (1º e 2º distritos) trouxe junto um acelerado processo de degradação ambiental. Tal desenvolvimento se dá, principalmente, por causa da rede viária que proporciona o escoamento rápido da produção e aquisição de insumos para a indústria e comércio. Outro fator importante é a instalação da Refinaria Duque de Caxias e suas subsidiárias.

4 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

4.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Tem como municípios limítrofes: ao norte, Miguel Pereira; a nordeste, Petrópolis; a leste, Magé; a oeste, Nova Iguaçu; a sudoeste, Belford Roxo e São João de Meriti; e, ao sul, o Rio de Janeiro. De acordo com o IBGE (2000), encontra-se a uma distância de 20Km da Capital do Estado. Em termos distritais, o 1º Distrito, Duque de Caxias, abrange uma área de aproximadamente 41km² e fica situada ao sul do território municipal, envolvendo os seguintes bairros: Parque Duque, 25 de Agosto, Vila São Luiz, Doutor Laureano, Gramacho, Parque Sarapuí, Olavo Bilac, Centenário, Periquitos, Bar dos Cavalheiros, Centro. O 2º Distrito, Campos Elíseos, possui 98km² no centro-leste; o 3º Distrito, Imbariê, ocupa uma área de 64km², situada à nordeste do território municipal e o 4º Distrito, Xerém, ocupa a maior extensão territorial do Município, com cerca de 239km², situado na sua porção noroeste. O Município de Duque de Caxias tem cerca de 468 km² (CIDE, 2005) e pertence à Baixada Fluminense, região incluída na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Duque de Caxias abriga a 3ª maior refinaria de petróleo da Petrobrás (em capacidade instalada e volume

processado), a Refinaria de Duque de Caxias – REDUC, e arrecada mais de 19% do ICMS do Estado do Rio de Janeiro, o que o situa no 2º lugar no ranking de arrecadação estadual, atrás apenas da capital (CIDE, 2006). De acordo com a metodologia adotada pelo IBGE, Duque de Caxias tem o 3º Produto Interno Bruto do Estado, atrás do Rio de Janeiro (1º lugar) e praticamente empatado com o 2º lugar (Campos).

4.2 HIDROGRAFIA

Duque de Caxias é drenada pela bacia hidrográfica dos principais Rios: Iguaçú, Meriti, Sarapuí e Estrela.

4.3 VEGETAÇÃO

A cobertura vegetal do município possui aproximadamente 45% de sua cobertura vegetal original, sendo sua maior representação na Rebio Tingua, APA Petrópolis e região litorânea e, o restante, em fragmentos espalhados pelos 1º e 2º distritos. A projeção de perda dessa cobertura vegetal é da ordem de 5% ao ano. O Plano Diretor Urbanístico de 2006 criou quinze Unidades de Conservação com a finalidade de reduzir essa projeção.

4.4 REDE VIÁRIA

Este Município conta com uma rede composta de duas rodovias federais, de suma importância no contexto nacional, e seis rodovias estaduais. A rede viária municipal atende praticamente todo o centro urbano. A rede ferroviária caracteriza-se por ser de passageiros, esta última pelo ramal Caxias com duas linhas, que ligam a Central do Brasil a Gramacho e a Saracuruna.

Rodovias Federais

BR 040 (Washington Luiz)

Esta rodovia representa a ligação mais importante entre o centro de Duque de Caxias e o restante do território municipal, além de ser o acesso para Belo Horizonte e Brasília.

BR 116-493 (Rio-Magé)

Esta rodovia serve como via de escoamento de produção entre as Regiões Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil. Em Duque de Caxias, corta Imbariê, sendo a principal ligação desta parte do município. Muito embora não participe diretamente deste sistema, a rodovia

Presidente Dutra (BR 116) é importante para Duque de Caxias, sendo a principal opção de acesso aos demais municípios da baixada, como São João do Meriti, Nova Iguaçu, Belford Roxo, Queimados e Japeri.

Rodovias Estaduais

As seis rodovias estaduais que atravessam o território caxiense apresentam uma configuração funcional que as caracteriza como ruas de tráfego urbano. A RJ 081 ou Linha Vermelha é a única que se diferencia desta caracterização. Tem como objetivo principal aliviar o fluxo de veículos da Avenida Brasil (BR 101), à qual tem traçado paralelo, e permitir rápido acesso ao Aeroporto Internacional, à Cidade Universitária e à Baixada Fluminense (conseqüentemente, a Duque de Caxias).

5 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

No que tange ao abastecimento de água no município como um todo, aproximadamente 80 % da população é atendida por rede, enquanto 16,8% faz uso de captação individual através de poço ou nascente e 3,2% utilizam-se de outras formas menos usuais. Esta assistência, no entanto, não é homogênea ao longo de todo o território. O distrito de Duque de Caxias é o que apresenta melhor serviço, pois 94,4% dos domicílios estão ligados à rede, enquanto apenas 3,5% realizam captação individual através de poço ou nascente e apenas 2,0% utilizam-se de outras formas. Em Campos Elíseos, embora a grande maioria dos domicílios esteja também ligado à rede geral, o número de domicílios que fazem uso de poços é mais expressivo (20,1%), enquanto em Imbariê estes percentuais são de 50,8% para rede geral e 46,9% para poço e, em Xerém, 36,2% e 39,6%, respectivamente. Uma análise mais dirigida para bairros revela que, no distrito de Duque de Caxias, as localidades menos assistidas são aquelas localizadas em trecho compreendido entre a rodovia Washington Luís e a Baía de Guanabara, mais especificamente nos bairros Gramacho e Parque Sarapuí. Salienta-se, no entanto, que o grande trecho localizado entre o eixo rodoviário e o município de São João de Meriti, apresenta a maior faixa de atendimento, entre 75 a 100% dos domicílios ligados à rede de abastecimento de água.

Abaixo, veremos um texto que sumariza a questão da água (e abastecimento) para as unidades da Secretaria Municipal de Educação, bem como breve relatório, apoiado em dois outros estudos realizados pela SEI/SME, que delineiam essa temática para o município de

Duque de Caxias.

Abastecimento de Água no Município de Duque de Caxias

A água é fundamental à vida e se encontra presente em proporções elevadas na constituição de todos os seres vivos, inclusive no homem, onde atinge cerca de 75% de seu peso. Dessa forma, ela participa de forma crucial no metabolismo dos seres vivos. A grande maioria das reações químicas que ocorrem no metabolismo dos seres vivos se dá em fase aquosa. Além disso, a água também desempenha papel primordial nos sistemas que regulam a temperatura corporal (Fundação Nacional de Saúde, 2002). Esse pequeno trecho introduz a importância da água na vida humana, mostrando sua influência na qualidade de vida de seus usuários. Apesar da plena convicção da necessidade e dos benefícios trazidos pela água, este recurso ainda não é acessível a toda população do município de Duque de Caxias, fato este que suscitou diversos debates sobre a questão.

Percebida como uma problemática pelos moradores da região, a distribuição da água não atende a sua totalidade, repercutindo, inclusive, na oferta às unidades escolares. Preocupada com as consequências desta oferta parcial, a Secretaria Municipal de Educação (SME) realizou, no presente ano, um estudo para identificar as escolas que são efetivamente atendidas pela empresa concessionária e àquelas que sofrem com a ausência do serviço ou mesmo o recebem precariamente, de forma descontínua. De um universo de 176 (cento e setenta e seis) unidades de ensino, 117 (cento e dezessete) recebem água pela Cedae, sendo as demais abastecidas por carro pipa. Cabe ainda ressaltar que das 117 (cento e dezessete) escolas receptoras de água pela Cedae, em média 18 (dezoito) solicitam mensalmente abastecimento à SME, em função de descontinuidade de recebimento pela Concessionária.

Face ao exposto, vivenciamos atualmente uma realidade em que a verba da Educação vem sendo utilizada para aquisição de um serviço meio, que não compõe o escopo da Pasta, quando muitas são as necessidades de viés educativo. Trata-se de um cenário bastante preocupante, que alerta para a necessidade de se pensar – Secretaria e Cedae – estratégias que venham a minimizar o efeito dessa atual defasagem.

5.1 LIMPEZA PÚBLICA E COLETA DE LIXO

Os Resíduos sólidos no município de Duque de Caxias - a coleta de lixo é realizada diretamente em cerca de 60% dos domicílios, através de empresa terceirizada pela Prefeitura Municipal. O distrito de Duque de Caxias tem mais de 80% dos domicílios atendidos por este serviço, enquanto em Campos Elíseos, Imbariê e Xerém o atendimento cai para cerca de 30%.

A frequência de coleta é de três vezes por semana, sendo que nas principais áreas comerciais, principalmente no centro e bairros adjacentes, a periodicidade é diária. O sistema de coleta é domiciliar (porta a porta) e seu destino encaminhava-se para o Aterro Sanitário de Gramacho, o qual recebia também todo o lixo metropolitano, com cerca de 6.000t por dia. Para o Aterro, seguia, em média, por mês, cerca de 21.000t de lixo, proveniente do município de Duque de Caxias. O município do Rio de Janeiro era responsável por 73% dos dejetos totais despejados em Gramacho, enquanto Duque de Caxias respondia por 14%, aproximadamente. Os demais municípios da Baixada Fluminense, em conjunto, respondiam por 13%. Embora o perfil do município, neste aspecto, seja aparentemente favorável, a realidade mostra o contrário. Todo o lixo coletado era vazado no Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho que, desde 2007, se encontra com sua capacidade esgotada. Hoje essa realidade mudou.

O Município precisa definir o local para a destinação final de seus resíduos, bem como a implementação da coleta seletiva.

5.2 SANEAMENTO

Déficit habitacional e déficit de acesso aos serviços de saneamento ambiental. Segundo a metodologia adotada pela Fundação João Pinheiro (FJP), o déficit habitacional básico de Duque de Caxias era, em 2.000, de 19.337 domicílios (19.260 na área urbana e 77 na área rural), o que representa 8,79% do total de domicílios do Município. A metodologia da FJP tem como base informações do Censo 2000 e soma os casos de coabitação familiar (famílias conviventes secundárias e famílias residentes em cômodos) com o número de domicílios improvisados e rústicos⁴. Registre-se, ainda, que o Censo apontou 30.857 domicílios vagos no Município, sendo 30.655 na área urbana e 202 na área rural. Excluídas as famílias sem rendimento, esse percentual ultrapassa 39%. Excluídas as famílias sem rendimento, esse percentual ultrapassa 67%. Os domicílios rústicos não foram contabilizados no Censo 2000. A FJP utiliza uma estimativa com base nas informações dos domicílios rústicos de 1991. Dos 219.064 domicílios urbanos (Censo 2000), de acordo com os critérios adotados pela Fundação João Pinheiro (FJP, 2005), 91.256 (41,66% do total) são inadequados, em função de carência de infraestrutura (iluminação elétrica, abastecimento de água, esgotamento sanitário ou coleta de lixo). 45.371 dos domicílios urbanos (20,71%) não têm rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica, 64.339 (29,37%) não têm ligação com rede geral de abastecimento de água e 22.650 (10,34% do total) não têm coleta direta ou indireta de lixo. 22.215 domicílios urbanos (10,14%) não têm, ao mesmo tempo,

abastecimento de água e esgotamento sanitário adequados. Em relação aos indicadores de acesso aos serviços de saneamento, o município de Duque de Caxias apresenta fortes desigualdades. Tabulação especial dos dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE) pelo Observatório das Metrôpoles (IPPUR/UFRJ e FASE) aponta grande disparidade entre o 1º distrito e as demais regiões da cidade (2º, 3º e 4º distrito). Em relação ao acesso ao esgotamento sanitário (rede geral ou fossa), enquanto a cobertura no 1º distrito é de 92,8%, nos demais distritos não ultrapassa 70%. No caso da coleta de lixo (direta ou indireta), enquanto o 1º distrito quase universalizou o acesso (97,6%), a cobertura dos demais não ultrapassa 86%. No caso do acesso à água, não temos indicadores por distrito. No município, o acesso à rede geral de água é de apenas 69,3% e, provavelmente, o grau de cobertura deve ser diferenciado entre os distritos. Acesso dos domicílios de Duque de Caxias ao esgotamento sanitário: Esgotamento sanitário, Domicílios com rede, Domicílios sem instalação por distritos, de Duque geral ou fossa ligada sanitária, fossa s/ escoadouro de Caxias ou rudimentar, vala negra ou outro: Distrito I – Centro 92,8% 7,2%; Distrito II – Campos Elíseos 70,1% 29,9%; Distrito III – Imbariê 69% 31%; Distrito IV – Xerém 41,7% 58,3%; Total 78% 22%.

Fonte: Censo Demográfico, IBGE – 2000 – Tabulação especial Observatório das Metrôpoles.

Acesso dos domicílios de Duque de Caxias ao serviço de coleta de lixo:

Distrito I – Centro

97,6% coleta direta

2,4% sem coleta direta

Distrito II – Campos Elíseos

80,2% coleta direta

19,8% sem coleta direta

Distrito III – Imbariê

85,9% coleta direta

14,1% sem coleta direta

Distrito IV – Xerém

77,5% coleta direta

22,5% sem coleta direta

Total: 89% coleta direta - 11% sem coleta direta

Fonte: Censo Demográfico, 2000 – IBGE / Tabulação especial Observatório das Metrôpoles

Domicílios de Duque de Caxias por tipo de abastecimento de água

69,3% tipo de rede geral

27,9% de poço

2,7% outro

Fonte: Censo Demográfico, 2000 – IBGE, Tabulação especial Observatório das Metrôpoles

Município de Duque de Caxias - Domicílios Urbanos

Inadequados em função de carência de infraestrutura 2000 Critérios Número % Iluminação elétrica 2960, Abastecimento de água(1) 64.3392937, Esgotamento sanitário (2) 45.37120,71 Abastecimento de água e esgotamento sanitário (3)22.21510,14 .Coleta de lixo (4)22.65010,34: Déficit Habitacional Básico, FJP (2005), com base no Censo 2000.

(1) Domicílios sem ligação com rede geral de água

(2) Domicílios sem rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica

(3) Domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados

(4) Domicílios sem coleta direta ou indireta de lixo

Observe-se que os dados do Censo não permitem informar sobre a frequência ou a qualidade do abastecimento de água ou sobre a ocorrência de enchentes e alagamentos, questões críticas na Baixada Fluminense.

5.3 INFRAESTRUTURA

5.3.1 Energia

O sistema duquecaxiense de distribuição de energia elétrica é gerido pela AMPLA e pela LIGTH.

6 ASPECTOS POPULACIONAIS

Estimativa da População de Duque de Caxias: 778.000 habitantes divididos em: **Homens Mulheres : 8,45% 51,55% - Urbana Rural : 99,60% 0,40%.**

Do ponto de vista demográfico, Duque de Caxias é o quarto maior município em população da Região Metropolitana, ocupando a mesma posição com relação ao estado, perdendo para os municípios do Rio de Janeiro (5.551.538 habitantes), de São Gonçalo (833.379 habitantes) e Nova Iguaçu (826.188 habitantes).

7 SAÚDE

De acordo com os dados fornecidos pela Prefeitura, este município possui 14 Unidades Hospitalares, 3 Hospitais de Referência e 3 postos de Atendimento Médico que funcionam 24h. Esta rede realiza uma média de 2,6 milhões de atendimentos de saúde e 1.089 mil atendimentos odontológicos por ano. Possui 24 ambulâncias, sendo que 3 destas são UTI's Móveis.

8 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

As principais atividades econômicas de Duque de Caxias são o comércio e a indústria.

As atividades agropecuárias são de pouca expressão econômica, concentrando-se apenas no 3º e 4º Distritos, onde a mandioca, a cana e a banana são os principais produtos cultivados.

-Percentual de empregos por setor:

Primário, Secundário, Terciário 0,90% - 27,50% - 71,60%

O parque industrial de Duque de Caxias é significativo. Possui 809 indústrias, além de abrigar a 2ª Refinaria do país - a Reduc. Principais segmentos industriais:

1. Químico / Petroquímico;
2. Metalúrgico / Gás;
3. Mobiliário
4. Têxtil / Vestuário;
5. Plástico.

De acordo com a Associação Comercial, Duque de Caxias possui 9.865 estabelecimentos comerciais. Seu comércio é intenso, principalmente no centro urbano. Além dos estabelecimentos comerciais, Duque de Caxias possui uma grande feira livre próximo à praça Roberto da Silveira, além de mais de 100 barracas de frutas, legumes e verduras ao longo da Avenida Presidente Kennedy.

Diagnóstico Social - Agosto 2005

A participação de Duque de Caxias na produção nacional de riquezas vem crescendo desde 1999, sendo o refino do petróleo o principal responsável por isso. A presença da Refinaria em Duque de Caxias fez com que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios para a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias passasse a ser o segundo maior do Estado do Rio de Janeiro, vindo apenas atrás do município do Rio. Em relação ao PIB per capita, o setor petrolífero foi o principal responsável pela elevação deste município aos primeiros lugares, que representam juntos 25% do PIB nacional - **1999 2002**

1º São Paulo (SP) 1º São Paulo (SP)

2º Rio de Janeiro (RJ) 2º Rio de Janeiro (RJ)

3º Brasília (DF) 3º Brasília (DF)

4º Belo Horizonte (MG) 4º Manaus (AM)

5º Manaus (AM) 5º Belo Horizonte (MG)

6º Curitiba (PR) **6º Duque de Caxias (RJ)**

7º Porto Alegre (RS) 7º Curitiba (PR)

8º Guarulhos

9º São José dos Campos

Duque de Caxias vive uma situação paradoxal. De um lado é o município que tem a 2ª arrecadação de ICMS do Estado, ou seja, tem a maior arrecadação tributária no âmbito estadual depois do Município do Rio de Janeiro e, por outro, lado dos 92 municípios que compõem o Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias figura como 52º Município no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - 2000), que leva em consideração Longevidade(expectativa de vida ao nascer), Escolaridade (índice de analfabetismo e taxa de matrícula em todos os níveis de ensino) e Renda.

a) População urbana e rural.

De acordo com a estimativa elaborada pelo IBGE para o Tribunal de Contas da União, em 2008, Duque de Caxias tem 864.392 habitantes. Como não foi realizada Contagem da População em Caxias, não é possível determinar para 2008 a distribuição da população segundo a situação do domicílio (rural ou urbano). De acordo com o Censo 2000, 772.327 habitantes viviam em área urbana, ou 96,4% do total, percentual que vem sistematicamente aumentando.

– Evolução da população do Município de Duque de Caxias – 1980 a 2008.

Entre 1980 e 1991, a população de Duque de Caxias cresceu 1,4% ao ano e, no período intercensitário seguinte (1991-2000), aumentou para 1,7% ao ano. A estimativa mais recente aponta para a diminuição do ritmo de crescimento para os mesmos patamares da década de 1980, ou 1,4% a.a., para o período de 2000 a 2008. Município de Duque de Caxias - Taxas médias geométricas de crescimento populacional – 1980 a 2008 e 1980-1991 1,4% 1991-2000 1,7% 1,4% , Fonte: IBGE. Em 2000 (única referência disponível para a distribuição da população do território municipal), a população de Caxias se concentrava nos Distritos de Duque de Caxias e Campos Eliseos, especialmente no primeiro, área de ocupação mais consolidada, que abriga o Centro da cidade. Com 338.542 habitantes, o Distrito de Duque de Caxias concentrava 44% da população, enquanto o restante se distribuía por

Campos Elíseos (31% do total), Imbariê (18%) e Xerém (7%), os dois últimos distritos com áreas rurais.

Fundação CIDE Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro em Dados – 2006. Internet. Acesso em abril de 2013. [HTTP://www.cide.rj.gov.br](http://www.cide.rj.gov.br). Fonte: IBGE.

b) Evolução da PEA por setor.

Não há dados mais recentes sobre a população economicamente ativa de Duque de Caxias. As informações censitárias (2000) indicam que 55,57% das pessoas em idade ativa (10 anos ou mais) eram economicamente ativas. Em 1991, esse percentual era de 52,15%.

- Município de Duque de Caxias - Pessoas de 10 anos ou mais de idade economicamente ativas no – 1991 e 2000.

1991 Total – Percentual – Total – Percentual - Total

622.862

100

527.036

100

Economicamente ativa

346.130

55,57

274.859

52,15

Não economicamente ativa

276.732

44,43

252.177

47,85

Fonte: IBGE

c) Estratificação da população por renda.

Em 2000, segundo o Censo do IBGE, 47,5% das famílias de Duque de Caxias tinham renda menor ou igual a 3 (três) salários mínimos, incluídas as famílias sem rendimento, 2.68,7% tinham renda entre 0 e 5 salários mínimos e apenas 9,6% tinham renda superior a 10 salários mínimos. Município de Duque de Caxias - Famílias residentes em domicílios particulares permanentes por classe de rendimento mensal familiar – participação das classes no total 2000. Classe de rendimento% Acumulado (1) Sem rendimento8,2%8,2%Até 2 salários mínimos25,4%33,6%Mais de 2 a 3 salários mínimos13,9%47,5%Mais de 3 a 5 salários mínimos21,2%68,7%Mais de 5 a 10 salários mínimos21,7%90,4%Mais de 10 a 15 salários mínimos5,4%95,8%Mais de 15 a 20 salários mínimos2,0%97,8%Mais de 20 salários mínimos2,2%100,0%. Fonte: IBGE.

(1) Inclui sem rendimento

Considerada a renda mensal familiar per capita, verifica-se que mais de 75% das famílias tem renda mensal per capita igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos, incluídas as famílias sem rendimento.

- Famílias residentes em domicílios particulares permanentes por classe de renda mensal familiar per capita - participação das classes no total - 2000. Até 1/4 de salário mínimo per capita 3,8% - Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo, 12,0% - Mais de 1/2 a 1 salário mínimo per capita, 24,4% - Mais de 1 a 2 salários mínimos per capita, 27,2% - Mais de 2 a 3 salários mínimos, 11,7% - Mais de 3 a 5 salários mínimos, 8,1% - Mais de 5 a 10 salários mínimos, 3,7% - Mais de 10 salários mínimos, 0,8% 8,2% .

Fonte:IBGE.

8.1 IDH

O último IDH - Índice de Desenvolvimento Humano do Município foi divulgado no censo de 2010/PNUD. Duque de Caxias ocupa o 49º lugar no ranking estadual com IDH-M de 0,711, tendo também outros índices como apresentados abaixo:

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – educação = 0,624

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – longevidade = 0,692

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – renda = 0,833

FONTE: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

No entanto, as taxas de pobreza do município e a desigualdade social ainda são grandes. No ano de 2010, de acordo com censo realizado pelo IBGE, os índices alcançados são os apresentados abaixo:

Incidência da Pobreza	53,53 %
Incidência da Pobreza Subjetiva	29,18 %
Índice de Gini	0,42
Limite inferior da Incidência da Pobreza Subjetiva	27,61 %
Limite inferior da Incidência de Pobreza	49,79 %
Limite inferior do Índice de Gini	0,40
Limite superior da Incidência de Pobreza	57,27 %
Limite superior do Índice de Gini	0,43
Limite superior Incidência da Pobreza Subjetiva	30,75 %

Dados mais recentes são fornecidos pelo Cadastro Único - Secretaria Nacional de

Renda e Cidadania.

Neste município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00 reduziu em 36,9%; para alcançar a meta de redução de 50%, deve ter, em 2015, no máximo 10,6%.

Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha da pobreza, foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha da pobreza os que possuem renda *per capita* até R\$ 140,00. No caso da indigência, este valor será inferior a R\$ 70,00.

Fonte: IBGE - Censo Demográfico – 2010

Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Informações Sociais

8.2 PIB

O município de Duque de Caxias, cuja contribuição para o PIB regional da indústria de transformação em 2000 foi de 14, 8% (CIDE, 2002), tem como destaque no setor secundário a indústria química, que em 2001 chegou a representar 76, 0% do total de indústria no município (CIDE, 2004). Boa parte deste percentual se deve ao funcionamento da refinaria da PETROBRÁS – REDUC, que contribui para que este constitua-se no principal polo petroquímico do estado. E a nível nacional, representa o sexto maior PIB, junto com Curitiba, PR (IBASE, 2005, p.8). Produto Interno Bruto per capita do município em 2008 foi de R\$ 32 266 475,600 mil e a renda per capita no ano de 2000 era de R\$ 37 328,52.

8.3 INVESTIMENTO EM HABITAÇÃO

São previstos os seguintes investimentos em habitação com recursos federais: Total de Investimentos em Habitação no Município (Fonte: SNH, MCIDADES) Produção ou Aquisição de Lotes Urbanizados:

R\$1.170.000,00

R\$ 60.000,00

R\$ 20.000,00 PLHIS

Tipologia Coletiva HIS

R\$ 3.250.000,00 2,03%

PPI-PAC R\$ 73,03 116.851.000,00

PRO-MORADIA R\$ 24,94% 39.900.000,00

Tipologia Mobilização e Organização Comunitária Produção ou Aquisição de

Unidades Habitacionais Urbanização de Assentamentos Precários Conjuntos Habitacionais:

R\$ 45.000,00

R\$ 1.955.000,00

R\$ 116.851.000,00

R\$ 39.900.000,00

9 ASPECTOS CULTURAIS

A cultura duquecaxiense é uma grande mescla das raízes culturais do povo nordestino. As manifestações artísticas da cidade são observadas através de eventos que são promovidos no local, como concursos, festivais, feiras e oficinas, que incentivam a atividade cultural entre os seus moradores.

10 CONSELHOS E MOVIMENTOS SOCIAIS

10.1 Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar de Duque de Caxias é um órgão não jurisdicional, fundado no ano de 1995, através da Lei Municipal 1278. Sua equipe de pessoal conta com conselheiros titulares e suplentes eleitos para mandato de três anos por cada distrito.

10.2 Conselhos Municipais:

- Conselho Municipal de Assistência Social;
- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente;
- Conselho Municipal dos Direitos do Idoso;
- Conselho Municipal Antidrogas
- Conselho Municipal de Saúde
- Conselho Municipal de Educação
- Conselho de Alimentação Escolar
- Conselho de Acompanhamento do FUNDEB
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
- Conselho Municipal de Agricultura
- Conselho Municipal de Desenvolvimento da Cidade
- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
- Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
- Conselho Municipal de Igualdade Racial
- Conselho de Segurança, dentre outros.

10.3 Sindicatos

- SEPE - Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação - Núcleo Duque de Caxias
- Sindicato dos Trabalhadores na Indústria

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- Sindicato dos Bancários
- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil
- Sindicato dos Condutores de Veículos
- Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas
- Sindicato dos Petroleiros

10.4 Associações de Moradores

Fundada em 1983, a Federação Municipal das Associações de Moradores de Duque de Caxias, adota a sigla MUB - Movimento União de Bairros, que nasceu dos movimentos reivindicatórios na década de 70, por melhorias principalmente na saúde e saneamento. Desse movimento, que atingiu toda a Baixada Fluminense, fundou-se as Federações Municipais que aglutinam como filiadas as Associações de Moradores.

No Município de Duque de Caxias, a maioria das Associações de Moradores são filiadas ao MUB, chegando à totalidade de quase todos os Bairros do Município, nos quatro distritos.

10.5 Associação de Pais e de Estudantes

Como organização de pais, o Município conta com a APAEP - DC - Associação de Pais e Amigos da Escola Pública de Duque de Caxias, fundada em 2006, com o apoio de Entidades e lideranças que acumulavam as lutas pela educação pública, principalmente a qualidade e o acesso. Atua nos Conselhos da Educação e afins e no fortalecimento dos Conselhos Escolares.

Como organização dos estudantes, o Município conta com a atuação da UEDC - União dos Estudantes de Duque de Caxias, que historicamente luta pelo passe livre e na organização dos estudantes, através da criação dos grêmios nas escolas.

11 ASPECTOS EDUCACIONAIS

11.1 Estrutura

A implementação das políticas públicas da educação, no âmbito municipal, é de competência da Secretaria Municipal de Educação, que é o órgão responsável por garantir o ingresso, a permanência e a aprendizagem dos alunos na sua formação inicial, abrangendo as dimensões históricas, sociais, culturais, políticas e de formação para o trabalho e para a cidadania. O Conselho Municipal de Educação de Duque de Caxias – CME - foi criado pela Lei Municipal nº1330, de 15 de julho de 1997, e Reformulado pela Lei nº 1869, de 15 de abril

de 2005, sendo regulamentado pelo Sistema de Decreto em 2003. É um órgão técnico normativo, que integra a estrutura básica da Secretaria Municipal de Educação como unidade administrativa e orçamentária, com atribuições em matéria doutrinária, normativa, de planejamento setorial, ligado a assuntos educacionais, observada a competência que lhe confere a legislação do ensino do estado e do país. Art. 3º O conselho Municipal de Educação (CME) é constituído por 1 (um) Presidente e por 12 (doze) membros nomeados pelo Prefeito Municipal, denominados Conselheiros, escolhidos entre pessoas de comprovada atuação na área educacional e de relevantes serviços prestados ao Município.

11.2 Rede Municipal de Ensino

Com relação a Unidades de Ensino, de acordo com informações da SME, o Município possui 175 instituições de ensino, sendo que 22 unidades pertenciam ao estado e foram municipalizadas.

O Censo demográfico do IBGE (2000) revela que existe no Município um total de 576.069 pessoas de 10 anos ou mais de idade, alfabetizadas, o que corresponde a um percentual de 92,40%.

No município, em 2010, 15,8% das crianças de 7 a 14 anos não estavam cursando o ensino fundamental.

A taxa de conclusão, entre jovens de 15 a 17 anos, era de 49,0%. Caso queiramos que em futuro próximo não haja mais analfabetos, é preciso garantir que todos os jovens cursem o ensino fundamental. O percentual de alfabetização de jovens e adolescentes entre 15 e 24 anos, em 2010, era de 98,7%

11.4 Matrícula Inicial

Evolução da matrícula na rede municipal por dependência administrativa, níveis e modalidades de ensino no período de 10 anos.

ANO	ESCOLAS		CRECHES		TOTAL	SALAS	TURMAS	FUNC	CE	CRECHE	PRÉ	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	EJA	ALUNOS
1996	88	5	93	555	1518	3445	291	787	1054	31375		16431	301		50239
1997	91	5	96	643	1658	3589	296	239	1524	32267		17666	0		51992
1998	94	5	99	671	1737	3646	272	601	1291	38080		19226	0		59470
1999	95	5	100	720	1855	3822	344	234	1296	37210		15725	6519		61328
2000	98	6	104	795	1964	3959	424	341	1044	39958		17450	7296		66513
2001	103	6	109	864	2117	4171	392	376	1118	42198		17091	7947		69122

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

2002	107	7	114	905	2301	4171	501	364	1602	46508	14706	8821	72502
2003	110	9	119	960	2450	4211	505	462	2122	49750	14292	8823	75954
2004	118	14	132	1105	2913	4880	482	543	3194	55951	14377	11785	86332
2005	133	14	147	1134	3238	5155	521	689	3990	59483	16552	14123	95358
2006	137	16	153	1374	3366	5647	557	798	4316	58568	17038	14606	95883
2007	136	18	154	1342	3387	6111	618	909	4230	56489	16957	13741	92944
2008	137	22	159	1392	3377	6156	652	1577	5087	54931	17886	13533	93666
2009	139	29	168	1553	3453	6176	651	2074	5494	52079	17789	12196	90283
2010	140	29	169	1560	3471	6614	732	2192	5581	48853	18015	11483	86856
2011	143	31	174	1584	3358	6614	769	2435	6202	47408	17083	10091	83988
2012	142	31	173	1576	3289	6614	739	2657	6748	45904	17004	8781	81833

12 Educação Infantil

Percentual de Matrículas em Lista de Espera da Educação Infantil segundo tabela demanda não atendida.

1º DISTRITO **CRECHES**
CRECHE ELISA MATHIAS **Rua Paulo Biar, s/nº - Parque Felicidade**

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	20	30 %
3 ANOS	24	30%

CRECHE GANDUR ASSED **Av.01, nº 02 km 0- Rod.Washington Luis- Pq das Missões**

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	36	60%
2 ANOS	22	60%
3 ANOS	32	60%

CRECHE GRACIESE LUIZ DA S.LOUREIRO LOURENÇO **Rua Leandro da Mota, nº 159 – Doutor Laureano**

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	15	70%
2 ANOS	10	70%
3 ANOS	10	70%

CRECHE IRACY MOREIRA THEODORO **Rua Alcantara, esquina Henrique Valadares, s/nº - Prainha**

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	35	70%
3 ANOS	40	70%

CRECHE LAURA MENEZES DE FREITAS LIMA **Rua Mariz e Barros, nº 205 – 25 de Agosto**

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	10	70%
3 ANOS	08	70%

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

CRECHE MARIA JOSÉ DA CONCEIÇÃO Rua Viçosa, s/nº - Vila Leopoldina

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	23	70%
2 ANOS	35	70%
3 ANOS	26	70%

CRECHE PARTEIRA ODETE MARIA DE OLIVEIRA Rua Aristides Caire, s/nº - Olavo Bilac

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	20	70%
2 ANOS	13	70%
3 ANOS	25	70%

CRECHE E ESCOLA POETISA CECÍLIA MEIRELES Av. República do Paraguai, nº 120 – Sarapuí

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	70	90%
2 ANOS	98	90%
3 ANOS	77	90%

CRECHE PROFª. LAURA D'AQUINO LONGO Rua Curusá, s/nº - Olavo Bilac

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	23	70%
3 ANOS	16	70%
PRÉ - 4 ANOS	16	70%
PRÉ - 5 ANOS	08	70%

CRECHE SÃO SEBASTIÃO – Rua Exp. José Amaro, 1353 – Vila São Luiz

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	19	60%
3 ANOS	25	60%
PRÉ - 4 ANOS	08	40%

CRECHE TERESA LISIEUX Rua Caibar Schutell, Lt.19, Qd.89 – Itatiaia

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	18	90%
2 ANOS	23	90%
3 ANOS	25	90%

CRECHE UBALDINA ALVES DA SILVA Rua Caramuru – Jardim Gramacho

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	15	30%
3 ANOS	20	30%

CRECHE PROFª. JOÃO DE OLIVEIRA Rua Manoel Vieira, s/nº - Centenário

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	34	90%
2 ANOS	40	90%
3 ANOS	58	90%

2º DISTRITO

CRECHES

CRECHE AYRTON SENNA

Rua Andorinhas, nº 05 – Jardim Primavera

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	26	30%

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

3 ANOS	23	30%
--------	----	-----

● **CRECHE MARIA LÚCIA ANDRADE RIBEIRO** Rua Tereza Cristina,s/n° - Praça da Figueira – Figueira

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	24	50%
2 ANOS	68	50%
3 ANOS	*	*

CRECHE PROFª JESUÍNA FÁTIMA DE ANDRADE Rua das Camélias, Qd.12- Cidade dos Meninos- Jardim das Flores

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	14	60%
3 ANOS	19	60%
PRÉ – 4 ANOS	02	60%

CRECHE PROFª ROSA ANGÉLICA FONSECA DE OLIVEIRA Rua da Fortuna ,n° 73 – Pilar

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	36	30%
3 ANOS	23	30%

● **CRECHE SEVERINA DOS RAMOS DA SILVA** Rua Pitágoras, 938 Lt.26 Qd.24 – Bairro Figueira

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	23	30%
3 ANOS	30	30%

CRECHE VEREADOR JOSÉ CARLOS THEODORO Av. Presidente Roosevelt,s/n° - Parque Independência

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	25	30%
3 ANOS	23	30%

3º DISTRITO **CRECHES**

CRECHE R PRÉ ESCOLA PROFª ARMANDA ÁLVARO ALBERTO Av. A, Qd.93 – Nova Campinas

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	44	70%
3 ANOS	58	70%

CRECHE IRMÃ ARNALDA DA SILVA NEVES DA SILVA NEVES – Estrada Cachoeira das Dores,n° 1693 – casa- 23 – Taquara

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	58	60%
3 ANOS	45	60%

CRECHE MONSEHOR LIBRELLOTO Rua Y, s/n° - Conjunto Residencial 22 de Abril – Imbariê

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	40	30%
3 ANOS	35	30%
4 ANOS	10	30%

4º DISTRITO **CRECHE**

CRECHE E PRÉ ESCOLA PROFª MARÍLIA S. SIQUEIRA Estrada de Xerém , 27-B – Xerém

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
1 ANO	*	*
2 ANOS	72	60%
3 ANOS	42	60%
PRÉ – 4 ANOS	20	60%
PRÉ - 5 ANOS	18	60%

LEGENDA: ___ * Não atende a essa faixa etária.

DEMANDA NÃO ATENDIDA DAS ESCOLA MUNICIPAIS QUE POSSUEM PRÉ-ESCOLA

1º DISTRITO

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ - 4 ANOS	15	60%
PRÉ - 5 ANOS	35	70%

2º DISTRITO

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ - 4 ANOS	10	70%
PRÉ - 5 ANOS	20	70%

3º DISTRITO

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ - 4 ANOS	10	60%
PRÉ - 5 ANOS	20	70%

4º DISTRITO

IDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ - 4 ANOS	10	50%
PRÉ - 5 ANOS	10	50%

LOCAIS DE GRANDE DEMANDA DE MATRÍCULA NÃO ATENDIDA

1º DISTRITO

BAIRRO: VILA SÃO LUIZ

- ESCOLA MUNICIPAL EXPEDICIONÁRIO AQUINO DE ARAÚJO
- ESCOLA MUNICIPAL LIONS
- ESCOLA MUNICIPAL VINTE E UM DE ABRIL

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ - 4 ANOS	5	60%
PRÉ - 5 ANOS	10	60%
1º ANO		60%
2º ANO	5	60%
3º ANO	10	60%
4º ANO	12	60%
5º ANO	14	60%
6º ANO	12	60%
7º ANO	11	60%
8º ANO	5	60%
9º ANO	2	60%

BAIRRO: VILA SÃO LUIZ

- ESCOLA E. MUNICIPALIZADA CASTRO ALVES
- ESCOLA MUNICIPAL MARECHAL MALLET

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ - 4 ANOS	8	40%
PRÉ - 5 ANOS	5	40%
1º ANO	*	
2º ANO	3	40%
3º ANO	6	40%

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

4º ANO	<u>8</u>	40%
5º ANO	<u>3</u>	40%
6º ANO	*	
7º ANO	*	
8º ANO	*	
9º ANO	*	

BAIRRO: CENTENÁRIO

- ESCOLA MUNICIPAL CARLOTA MACHADO
- ESCOLA MUNICIPAL HELENA DE AGUIAR DE MEDEIROS
- ESCOLA MUNICIPAL PROFª. ZILLA JUNGER DA SILVA

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	20	70%
1º ANO	*	<u>70%</u>
2º ANO	<u>15</u>	<u>70%</u>
3º ANO	<u>8</u>	70%
4º ANO	<u>16</u>	70%
5º ANO	<u>8</u>	70%
6º ANO	<u>5</u>	<u>70%</u>
7º ANO	<u>5</u>	<u>70%</u>
8º ANO	<u>5</u>	<u>70%</u>
9º ANO	<u>5</u>	<u>70%</u>

BAIRRO: JARDIM GRAMACHO

- ESCOLA MUNICIPAL JARDIM GRAMACHO
- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ MEDEIROS CABRAL
- ESCOLA MUNICIPAL MAURO DE CASTRO

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	12	50%
PRÉ – 5 ANOS	23	50%
1º ANO	*	50%
2º ANO	5	50%
3º ANO	8	50%
4º ANO	10	50%
5º ANO	9	50%
6º ANO	5	50%
7º ANO	4	50%
8º ANO	2	50%
9º ANO	5	50%

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

BAIRRO: LAGUNAS E DOURADOS

- ESCOLA MUNICIPAL ANA DE SOUZA HERDY
- ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ROMEU MENEZES DOS SANTOS
- ESCOLA MUNICIPAL DARCY RIBEIRO

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	*	
PRÉ – 5 ANOS	10	70%
1º ANO	6	70%
2º ANO	15	70%
3º ANO	20	70%
4º ANO	18	70%
5º ANO	20	70%
6º ANO	20	70%
7º ANO	5	70%
8º ANO	5	70%
9º ANO	5	70%

BAIRRO: OLAVO BILAC

- ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR RICARDO AUGUSTO DE AZEREDO VIANNA
- ESCOLA MUNICIPAL GUSTAVO ARMBRUST

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	15	90%
PRÉ – 5 ANOS	10	90%
1º ANO	*	90%
2º ANO	25	90%
3º ANO	24	90%
4º ANO	20	90%
5º ANO	15	90%
6º ANO	15	90%
7º ANO	10	90%
8º ANO	10	90%
9º ANO	10	90%

BAIRRO: PARQUE FELICIDADE – VILA OPERÁRIA

- ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM DA SILVA PEÇANHA
- ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ONERES NUNES DE OLIVEIRA
- ESCOLA MUNICIPAL VILA OPERÁRIA

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	5	80%
PRÉ – 5 ANOS	15	80%
1º ANO	10	80%

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

2º ANO	15	80%
3º ANO	5	80%
4º ANO	10	80%
5º ANO	25	80%
6º ANO	25	80%
7º ANO	10	80%
8º ANO	10	80%
9º ANO	5	80%

BAIRRO: GRAMACHO

- ESCOLA BARÃO DO RIO BRANCO
- ESCOLA MUNICIPAL CORA CORALINA
- CIEP – 097 – CARLOS CHAGAS
- ESCOLA MUNICIPAL RUI BARBOSA

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	10	60%
PRÉ – 5 ANOS	20	60%
1º ANO	15	60%
2º ANO	15	60%
3º ANO	25	60%
4º ANO	12	60%
5º ANO	10	60%
6º ANO	14	60%
7º ANO	2	60%
8º ANO	8	60%
9º ANO	2	60%

BAIRRO: PARQUE LAFAIETE

- ESCOLA PROFª. OLGA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
- ESCOLA MUNICIPAL SANTA TEREZINHA
- ESCOLA MUNICIPAL TODOS OS SANTOS

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	10	70%
PRÉ – 5 ANOS	12	70%
1º ANO	25	70%
2º ANO	24	70%
3º ANO	30	70%
4º ANO	18	70%
5º ANO	27	70%
6º ANO	10	70%
7º ANO	13	70%
8º ANO	5	70%
9º ANO	4	70%

2º DISTRITO BAIRRO: CAMPOS ELÍSEOS

- ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR MANOEL REIS
- ESCOLA MUNICIPAL MONTEIRO LOBATO
- ESCOLA MUNICIPAL PROF. MARIA ANGER DIAS GUARINO

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	25	70%
PRÉ – 5 ANOS	18	70%
1º ANO	20	70%
2º ANO	18	70%
3º ANO	24	70%
4º ANO	16	70%
5º ANO	15	70%
6º ANO	14	70%
7º ANO	5	70%
8º ANO	4	70%
9º ANO	5	70%

BAIRRO: PILAR

- ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA DO PILAR
- ESCOLA MUNICIPAL PROF.SÔNIA REGINA SCUDESE
- ESCOLA MUNICIPAL SOLANO TRINDADE

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	90%
PRÉ – 5 ANOS	25	90%
1º ANO	30	90%
2º ANO	35	90%
3º ANO	40	90%
4º ANO	25	90%
5º ANO	34	90%
6º ANO	15	90%
7º ANO	6	90%
8º ANO	3	90%
9º ANO	3	90%

BAIRRO: PILAR

- ESCOLA MUNICIPAL BAIRRO CALIFÓRNIA
- ESCOLA MUNICIPAL PROF.AMÉLIA CÂMARA DOS SANTOS

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	30	100%
PRÉ – 5 ANOS	30	100%
1º ANO	60	100%
2º ANO	40	100%
3º ANO	35	100%
4º ANO	45	100%
5º ANO	30	100%
6º ANO		
7º ANO		
8º ANO		
9º ANO		

BAIRRO: SARACURUNA

- ESCOLA MUNICIPAL JAYME FICHMAN
- ESCOLA MUNICIPAL PROF.MARIA DAS GRAÇAS CARDOSO BIGHI

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	30	70%
PRÉ – 5 ANOS	30	70%

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

1º ANO	40	70%
2º ANO	40	70%
3º ANO	30	70%
4º ANO	20	70%
5º ANO	20	70%
6º ANO	25	70%
7º ANO	15	70%
8º ANO	10	70%
9º ANO	5	70%

BAIRRO: SARACURUNA

- CIEP 318 – PAULO MENDES CAMPOS
- ESCOLA MUNICIPAL MARCÍLIO DIAS

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	30	70%
1º ANO	40	70%
2º ANO	30	70%
3º ANO	30	70%
4º ANO	20	70%
5º ANO	20	70%
6º ANO	15	70%
7º ANO	10	70%
8º ANO	10	70%
9º ANO	10	70%

BAIRRO: SARACURUNA (CANGULO)

- ESCOLA MUNICIPAL ALBERT SABIN
- ESCOLA MUNICIPAL GOVERNADOR MARIO COVAS JUNIOR
- ESCOLA MUNICIPAL PEDRO RODRIGUES DO CARMO

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	30	70%
PRÉ – 5 ANOS	30	70%
1º ANO	50	70%
2º ANO	30	70%
3º ANO	25	70%
4º ANO	20	70%
5º ANO	20	70%
6º ANO		
7º ANO		

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

8º ANO		
9º ANO		

BAIRRO: PANTANAL

- ESCOLA MUNICIPAL MARIA CLARA MACHADO

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	30	90%
PRÉ – 5 ANOS	40	90%
1º ANO	50	90%
2º ANO	40	90%
3º ANO	30	90%
4º ANO	25	90%
5º ANO	20	90%
6º ANO	20	90%
7º ANO	15	90%
8º ANO	10	90%
9º ANO	10	90%

BAIRRO: VILA ROSÁRIO

- ESCOLA MUNICIPAL PROF. ALBERTO RIBEIRO VASCONCELLOS
- ESCOLA MUNICIPAL JOSÉ CAMILO DOS SANTOS

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	30	70%
1º ANO	40	70%
2º ANO	20	70%
3º ANO	20	70%
4º ANO	15	70%
5º ANO	15	70%
6º ANO		
7º ANO		
8º ANO		
9º ANO		

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

BAIRRO: PARQUE FLUMINENSE

- ESCOLA MUNICIPAL ELIZABETH LOPES CABRAL
- ESCOLA MUNICIPAL PROF. PAULO FREIRE
- ESCOLA MUNICIPAL MINAS GERAIS

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	20	70%
1º ANO	40	70%
2º ANO	20	70%
3º ANO	20	70%
4º ANO	15	70%
5º ANO	15	70%
6º ANO	10	70%
7º ANO	10	70%
8º ANO	8	70%
9º ANO	5	70%

BAIRRO: SÃO BENTO

- ESCOLA MUNICIPAL NÍSIA VILELA
- ESCOLA MUNICIPAL PAULO ROBERTO DE MORAES LOUREIRO
- ESCOLA MUNICIPAL SETE DE SETEMBRO
-

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	30	70%
1º ANO	40	70%
2º ANO	30	70%
3º ANO	20	70%
4º ANO	20	70%
5º ANO	15	70%
6º ANO	15	70%
7º ANO	10	70%
8º ANO	8	70%
9º ANO	5	70%

BAIRRO: JARDIM PRIMAVERA

- ESCOLA MUNICIPAL BOM RETIRO
- ESCOLA MUNICIPAL MASCARENHAS DE MORAES
- ESCOLA MUNICIPAL PROFª. WANDA GOMES

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	30	90%

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

PRÉ – 5 ANOS	40	90%
1º ANO	50	90%
2º ANO	30	90%
3º ANO	20	90%
4º ANO	20	90%
5º ANO	15	90%
6º ANO	20	90%
7º ANO	10	90%
8º ANO	8	90%
9º ANO	5	90%

BAIRRO: SANTA CRUZ DA SERRA

- ESCOLA MUNICIPAL PROF. JOÃO FAUSTINO F. SOBRINHO

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	30	70%
1º ANO	30	70%
2º ANO	20	70%
3º ANO	15	70%
4º ANO	15	70%
5º ANO	10	70%
6º ANO	10	70%
7º ANO	8	70%
8º ANO	8	70%
9º ANO	5	70%

3º DISTRITO BAIRRO: PARQUE PAULISTA

- ESCOLA MUNICIPAL LUIZ GAMA BORGES
- CIEP 015 - HENFIL

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	30	70%
1º ANO	40	70%
2º ANO	20	70%
3º ANO	20	70%
4º ANO	15	70%
5º ANO	15	70%
6º ANO	20	70%
7º ANO	10	70%

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

8º ANO	10	70%
9º ANO	8	70%

BAIRRO: PARADA MORABI

- ESCOLA MUNICIPAL CAPITÃO FUZILEIRO NAVAL EDUARDO GOMES DE OLIVEIRA

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	80%
PRÉ – 5 ANOS	30	80%
1º ANO	40	80%
2º ANO	20	80%
3º ANO	20	80%
4º ANO	15	80%
5º ANO	15	80%
6º ANO	20	80%
7º ANO	15	80%
8º ANO	10	80%
9º ANO	10	80%

BAIRRO: AMAPÁ

- ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DO AMAPÁ

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	20	70%
1º ANO	30	70%
2º ANO	20	70%
3º ANO	15	70%
4º ANO	15	70%
5º ANO	10	70%
6º ANO		
7º ANO		
8º ANO		
9º ANO		

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

BAIRRO: JARDIM ANHANGÁ

- CIEP 319 – ODUVALDO VIANA FILHO
- ESCOLA MUNICIPAL GENERAL MOURÃO FILHO
- ESCOLA MUNICIPAL JARDIM ANHANGÁ

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	30	70%
1º ANO	40	70%
2º ANO	20	70%
3º ANO	20	70%
4º ANO	15	70%
5º ANO	15	70%
6º ANO	20	70%
7º ANO	15	70%
8º ANO	10	70%
9º ANO	5	70%

BAIRRO: IMBARIÊ

- ESCOLA MUNICIPAL NOVA CAMPINA
- CIEP 227 – PROCÓPIO FERREIRA

ANO DE ESCOLARIDADE	MATRÍCULA NÃO ATENDIDA	PROBABILIDADE DE AUMENTO DE DEMANDA
PRÉ – 4 ANOS	20	70%
PRÉ – 5 ANOS	30	70%
1º ANO	40	70%
2º ANO	20	70%
3º ANO	15	70%
4º ANO	15	70%
5º ANO	10	70%
6º ANO	20	70%
7º ANO	10	70%
8º ANO	10	70%
9º ANO	5	70%

13 BREVE SISTEMATIZAÇÃO DO LEVANTAMENTO DE DADOS PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

As escolas das redes públicas municipais e estaduais, as escolas privadas, as universidades e os movimentos sociais participaram, no período de 22 de março a 9 de abril de 2010, do Levantamento de Dados para a elaboração do Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias. Os objetivos desse levantamento foram: 1) mobilizar a sociedade, as escolas, seus profissionais e a comunidade escolar para participarem do processo de elaboração do PME; 2) levantar dados para subsidiar a construção do documento referência para a elaboração do PME.

A finalidade nesse item do documento é sistematizar os resultados do Levantamento de Dados para que possam auxiliar nas discussões sobre as diretrizes, os objetivos e as metas nas discussões nas escolas, nas pré-conferências e na conferência para a elaboração do PME do Município de Duque de Caxias nos próximos anos.

No total, participaram, do Levantamento de Dados, 289 instituições; foram elaborados dois questionários que foram respondidos conforme os gráficos abaixo:

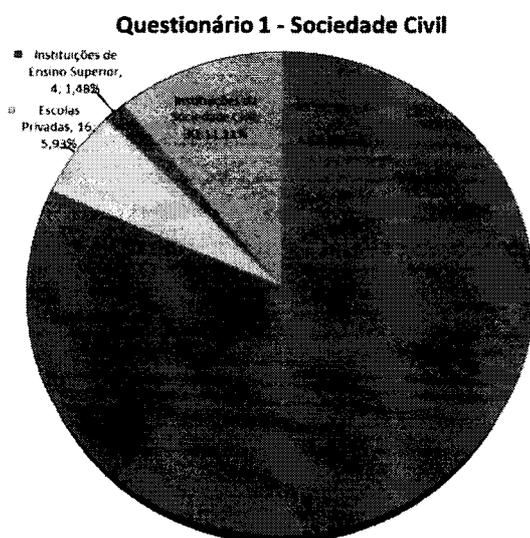


Gráfico – Estatísticas da coleta de dados – Sociedade Civil

Instituição (categoria)	Qtd 2011/2013	%
Escolas Municipais	164/174	60,74
Escolas Estaduais	56/84	20,74
Escolas Privadas	16	5
Instituições de Ensino Superior	4	1
Instituições da Sociedade Civil	30	11,11
Total	270	100,0

Questionário 2 - Unidades Escolares

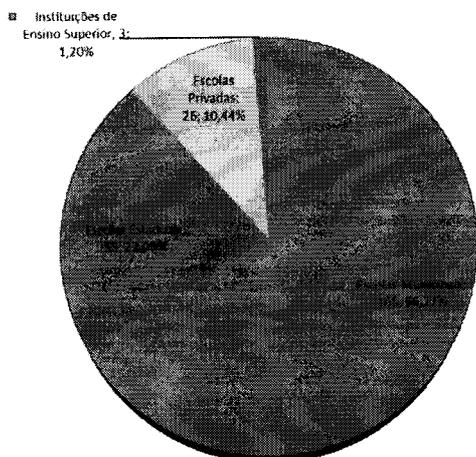


Gráfico – Estatísticas da coleta de dados – Unidades Escolares

Instituição	Qtd 2011/2013	% em 2011
Escolas Municipais	165/174	66,27
Escolas Estaduais	55/84	22,09
Escolas Privadas	26	10,44
Instituições de Ensino Superior	3	1,20
Instituições da Sociedade Civil	n/a	n/a
T	249	100,00

Somatório Geral

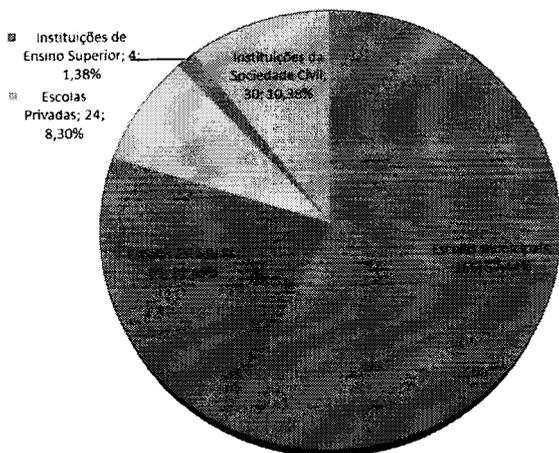


Gráfico – Estatísticas da coleta de dados – Somatório Geral

Instituição (categoria)	Qtd 2011/2013	% em 2011
Escolas Municipais	166/174	57,44
Escolas Estaduais	65/84	22,49
Escolas Privadas	24	8,30
Instituições de Ensino Superior	4	1,38
Instituições da Sociedade Civil	30	n/a
Total	289	100,00

O Instrumento de Coleta de Dados foi organizado em dois questionários. No primeiro, constam as perguntas sobre os aspectos populacionais (segurança alimentar, assistência social e problemas gerais) e culturais (informações socioculturais, esportes e religiosidade); no segundo questionário, os aspectos sobre as Unidades Escolares, de acordo com os níveis (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Médio e Superior) e as modalidades (Educação de Jovens, Adultos e Idosos, Educação Profissional e Educação Especial) com os dados físicos, formação dos professores, formas de contratação dos profissionais, financiamento, gestão escolar e questões gerais, tais como: violência e alimentação escolar.

As instituições da sociedade civil responderam especificamente às perguntas do primeiro questionário; a grande maioria das Unidades Escolares respondeu ao conjunto de perguntas dos dois questionários. As instituições de Ensino Superior responderam apenas às questões sobre o Ensino Superior em Duque de Caxias. Esse Levantamento de Dados não teve como objetivo ser um diagnóstico quantitativamente preciso da realidade social e educacional do município de Duque de Caxias. No entanto, permitiu um diálogo com aspectos da realidade da cidade essenciais para contribuir com a elaboração do Plano Municipal de Educação.

De acordo com o *Documento Norteador para Elaboração do PME* (MEC, 2005), existem três princípios norteadores do processo de elaboração dos Planos Municipais: o princípio da gestão democrática da educação, o princípio da autonomia e o princípio da colaboração. Quanto aos princípios da autonomia e do regime de colaboração, consta no documento que a aplicação de um princípio requer a colaboração do outro para que os propósitos da educação, que são de todos, sejam respeitados no espaço próprio de cada ente federativo. Nessa perspectiva, o fato é que existem responsabilidades comuns e outras da realização prioritária por um ou mais entes federativos, cuja execução depende de colaboração de todos. É muito importante ter em mente as ações de cada ente federativo para poder eleger as ações que prioritariamente serão assumidas pela esfera municipal, considerando que, em alguns casos, a área de atuação do estado pode coincidir com a do município ou mesmo ser realizada em parceria (MEC, 2005, p. 19).

O Plano Municipal de Educação (PME) é um dos exercícios de autonomia dos Municípios. Ele deve ser um dos parâmetros para essa construção. No entanto, outros aspectos e documentos devem servir de referência no processo de elaboração para alicerçar os debates na construção do PME de Duque de Caxias.

Assim, uma das justificativas para a realização desse Levantamento de Dados tem relação com os princípios da autonomia e da colaboração. O Município deve exercer sua

autonomia de ente federativo e instaurar na sociedade de Duque de Caxias um Plano de Estado que terá força de lei e informações de aspectos da realidade que permitirão a continuação da política educacional neste município nos próximos dez anos.

Atualmente, levantamentos estatísticos e censos têm feito parte da realidade escolar brasileira como tarefa da União, como consta no inciso v do artigo 9º da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96): “*coletar, analisar e disseminar informações sobre educação*”. No entanto, cabe ressaltar que a Constituição em vigor fortaleceu o espaço municipal ao apostar na descentralização como alternativa mais democrática nas relações de poder. Maior liberdade, todavia, implica maior responsabilidade. Nesse contexto, se, por um lado, compete à União coletar e disseminar, de forma sistematizada, dados mais gerais sobre a educação, cabe ao município, pelo papel a ele atribuído, não se ater aos dados fornecidos pela União, mas aprofundar o conhecimento da sua realidade educacional, envolvendo os profissionais da escola, os estudantes e a comunidade em torno da escola com a finalidade de compreender os problemas vigentes, os desafios e as alternativas viáveis para as escolas de Duque de Caxias.

Por isso, essa coleta de dados será essencial para conhecer, analisar os problemas educacionais e apresentar propostas e metas comprometidas com a superação das dificuldades mapeadas. De acordo com Baptista (1979, p. 37), “*o planejador deve se preocupar com a visão objetiva dos fatos, baseada em dados concretos, aos quais são acrescentadas informações relacionadas com o significado desses dados para as pessoas deles participarem (dados subjetivos)*”.

Com relação ao princípio da colaboração, a sistematização desse Levantamento de Dados legará, aos governos Estadual e Federal, um Plano Municipal organizado a partir da realidade na qual o Plano será implementado.

Concorda-se com Baptista (1979, p. 23) que o Levantamento de Dados – como um dos aspectos do diagnóstico é uma “*fase do planejamento - é caracterizado pela investigação e pela reflexão, com fins operativos e sentido programático*”. O sentido programático tem relação com conhecer e analisar uma determinada realidade com vistas a intervir de forma racional e organizada.

O processo de coleta de dados permitiu envolver os diferentes setores das redes escolares (rede pública – municipal e estadual - e a rede privada) e dos movimentos sociais e instituições de Ensino Superior. Sem dúvida, esse envolvimento é um aspecto central para que os poderes públicos e a sociedade em geral participem e tenham uma visão global da realidade

educacional. Este conhecimento permitirá um olhar ampliado que, por sua vez, possibilitará a construção de alternativas para alcançar a qualidade educacional no Município de Duque de Caxias.

Alguns aspectos do espaço físico das escolas no Município de Duque de Caxias e o direito à educação

Nas tabelas a seguir, serão expostos os resultados dos aspectos físicos e materiais do Levantamento de Dados realizado nas Unidades de Ensino localizadas no Município de Duque de Caxias. Organizamos os dados em três tabelas que tratam dos seguintes aspectos: a) as condições físicas para o trabalho pedagógico e administrativo (Tabela 1); b) as condições do material permanente (Tabela 2); c) as condições físicas da unidade escolar para garantir o trabalho pedagógico e o direito à educação dos estudantes (Tabela 3).

	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11		12	
Escolas Municipais	Qtd	%																						
possui, funcionando plenamente	87	52,73	72	43,64	40	24,24	50	30,30	70	42,42	20	12,12	59	35,76	12	7,27	69	41,82	66	40,00	9	5,45	10	6,06
possui, funcionando precariamente	73	44,24	50	30,30	45	27,27	52	31,52	86	52,12	71	43,03	87	52,73	11	6,67	76	46,06	85	51,52	9	5,45	14	8,48
possui, mas não está em funcionamento	1	0,61	1	0,61	1	0,61	3	1,82	2	1,21	0	0,00	1	0,61	7	4,24	0	0,00	1	0,61	0	0,00	0	0,00
Não possui	4	2,42	42	25,45	79	47,88	60	36,36	7	4,24	74	44,85	18	10,91	135	81,82	20	12,12	13	7,88	147	89,09	141	85,45
Total	165	100,00																						
Escolas Estaduais	Qtd	%																						
possui, funcionando plenamente	50	90,91	49	89,09	23	41,82	45	81,82	46	83,64	31	56,36	42	76,36	11	20,00	42	76,36	44	80,00	20	36,36	17	30,91
possui, funcionando precariamente	5	9,09	4	7,27	6	10,91	10	18,18	6	10,91	13	23,64	7	12,73	6	10,91	13	23,64	9	16,36	4	7,27	4	7,27
possui, mas não está em funcionamento	0	0,00	0	0,00	2	3,64	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,82	14	25,45	0	0,00	1	1,82	0	0,00	1	1,82
Não possui	0	0,00	2	3,64	24	43,64	0	0,00	3	5,45	11	20,00	5	9,09	24	43,64	0	0,00	1	1,82	31	56,36	33	60,00
Total	55	100,00																						
Escolas Privadas	Qtd	%																						
possui, funcionando plenamente	26	100,00	24	92,31	20	76,92	24	92,31	10	38,46	21	80,77	22	84,62	13	50,00	8	30,77	25	96,15	5	23,08	2	7,69
possui, funcionando precariamente	0	0,00	0	0,00	1	3,85	1	3,85	1	3,85	1	3,85	1	3,85	0	0,00	1	3,85	0	0,00	0	0,00	1	3,85
possui, mas não está em funcionamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	3,85	0	0,00
Não possui	0	0,00	2	7,69	5	19,23	1	3,85	15	57,69	4	15,38	3	11,54	13	50,00	17	65,38	1	3,85	19	73,08	23	88,46
Total	26	100,00																						
Instituições de Ensino Superior	Qtd	%																						
possui, funcionando plenamente	2	66,67	2	66,67	1	33,33	2	66,67	2	66,67	1	33,33	2	66,67	1	33,33	1	33,33	2	66,67	0	0,00	0	0,00
possui, funcionando precariamente	0	0,00	0	0,00	1	33,33	0	0,00	0	0,00	1	33,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
possui, mas não está em funcionamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Não possui	1	33,33	1	33,33	1	33,33	1	33,33	1	33,33	1	33,33	1	33,33	2	66,67	2	66,67	1	33,33	3	100,00	3	100,00
Total	3	100,00																						
Somatório Geral	Qtd	%																						
possui, funcionando plenamente	165	66,27	147	59,04	84	33,73	121	48,59	128	51,41	73	29,32	125	50,20	37	14,86	120	48,19	137	55,02	35	14,06	29	11,65
possui, funcionando precariamente	78	31,33	54	21,69	53	21,29	63	25,30	93	37,35	86	34,54	95	38,15	17	6,83	90	36,14	94	37,75	13	5,22	19	7,63
possui, mas não está em funcionamento	1	0,40	1	0,40	3	1,20	3	1,20	2	0,80	0	0,00	2	0,80	21	8,43	0	0,00	2	0,80	1	0,40	1	0,40
Não possui	5	2,01	47	18,88	109	43,78	62	24,90	26	10,44	90	36,14	27	10,84	174	69,88	39	15,66	16	6,43	200	80,32	200	80,32
Total	249	100,00																						

Tabela – Espaço físico das escolas (pedagógico e administrativo) Legendas: 1) Secretaria 2) Sala da direção 3) Sala da Equipe Pedagógica 4) Sala de professores 5) Despensa 6) Almojarifado 7) Banheiro de funcionário 8) Vestiário 9) Refeitório 10) Banheiro de estudantes: masculino e feminino separados 11) Bicicletário 12) Estacionamento

A partir desse quadro, organizamos os dados das condições físicas em dois aspectos:

1. quanto ao trabalho pedagógico dos profissionais da educação;
2. quanto ao atendimento direto aos estudantes.

No primeiro aspecto, evidencia-se que 40,56% correspondem à somatória de dois eixos avaliativos: do funcionamento precário (21,69%) e da falta de sala para a direção desenvolver o seu trabalho (18,88%). Percentual maior aparece quando se trata da sala para equipe pedagógica, pois 65,06% expressam a soma dos eixos avaliativos do funcionamento precário (21,29%) e da ausência de sala (43,78%). Percentagem similar consta nas condições da sala dos professores, isto é, 50,2% dividem-se entre funcionamento precário (25,3%) e a falta de sala (24,9%). Outro aspecto que merece atenção nesse PME é a percentagem do eixo avaliativo do funcionamento precário do almoxarifado (34,54%) e da despensa (37,35%). Quanto ao segundo aspecto, a grande ausência é de vestiário (69,88%) para os estudantes. De outro lado, encontram-se 36,14% dos refeitórios e 37,75% dos banheiros separados (menino/menina) funcionando precariamente.

Uma última observação é que, nos questionários respondidos pela sociedade civil e por algumas escolas, constam que os meios de transporte predominantes na Cidade de Duque de Caxias são os ônibus (90,87%) e as bicicletas (66,67%). Esse fato põe em debate a questão da necessidade do bicicletário nas Unidades Escolares e de ciclovias na Cidade.

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		11		12		13		14		15		16	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
Escolas Municipais	87	52,73	72	43,64	40	24,24	50	30,30	42	25,45	11	6,67	70	42,42	20	12,12	59	35,76	12	7,27	69	41,82	66	40,00	9	5,45	10	6,06	87	52,73	72	43,64
possui, funcionando plenamente	73	44,24	50	30,30	45	27,27	52	31,52	47	28,48	7	4,24	86	52,12	71	43,03	87	52,73	11	6,67	76	46,06	85	51,52	9	5,45	14	8,48	73	44,24	50	30,30
possui, funcionando precariamente	1	0,61	1	0,61	1	0,61	3	1,82	6	3,64	1	0,61	2	1,21	0	0,00	1	0,61	7	4,24	0	0,00	1	0,61	0	0,00	0	0,00	1	0,61	1	0,61
possui, mas não está em funcionamento	4	2,42	42	25,45	79	47,88	60	36,36	70	42,42	146	88,48	7	4,24	74	44,85	18	10,91	135	81,82	26	12,12	13	7,88	47	89,09	141	85,45	4	2,42	42	25,45
Não possui	4	2,42	42	25,45	79	47,88	60	36,36	70	42,42	146	88,48	7	4,24	74	44,85	18	10,91	135	81,82	26	12,12	13	7,88	47	89,09	141	85,45	4	2,42	42	25,45
Total	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00	165	100,00
Escolas Estaduais	50	90,91	49	89,09	23	41,82	45	81,82	12	21,82	19	34,55	46	83,64	31	56,36	42	76,36	11	20,00	42	76,36	44	80,00	20	36,36	17	30,91	50	90,91	49	89,09
possui, funcionando plenamente	5	9,09	4	7,27	6	10,91	10	18,18	3	5,45	4	7,27	6	10,91	13	23,64	7	12,73	6	10,91	13	23,64	9	16,36	4	7,27	4	7,27	5	9,09	4	7,27
possui, funcionando precariamente	0	0,00	0	0,00	2	3,64	0	0,00	2	3,64	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	1,82	14	25,45	0	0,00	1	1,82	0	0,00	1	1,82	0	0,00	0	0,00
possui, mas não está em funcionamento	0	0,00	2	3,64	24	43,64	0	0,00	38	69,09	32	58,18	3	5,45	11	20,00	5	9,09	24	43,64	0	0,00	1	1,82	31	56,36	33	60,00	0	0,00	2	3,64
Não possui	0	0,00	2	3,64	24	43,64	0	0,00	38	69,09	32	58,18	3	5,45	11	20,00	5	9,09	24	43,64	0	0,00	1	1,82	31	56,36	33	60,00	0	0,00	2	3,64
Total	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00	55	100,00
Escolas Privadas	26	100,00	24	92,31	20	76,92	24	92,31	13	50,00	9	34,62	10	38,46	21	80,77	22	84,62	13	50,00	8	30,77	25	96,15	6	23,08	2	7,69	26	100,00	24	92,31
possui, funcionando plenamente	0	0,00	0	0,00	1	3,85	1	3,85	0	0,00	0	0,00	1	3,85	1	3,85	1	3,85	0	0,00	1	3,85	0	0,00	0	0,00	1	3,85	0	0,00	0	0,00
possui, funcionando precariamente	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	3,85	0	0,00	0	0,00
possui, mas não está em funcionamento	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Não possui	0	0,00	2	7,69	5	19,23	1	3,85	13	50,00	17	65,38	15	57,69	4	15,38	3	11,54	13	50,00	17	65,38	1	3,85	19	73,08	23	88,46	0	0,00	2	7,69
Total	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00
Instituições de Ensino Superior	2	66,67	2	66,67	1	33,33	2	66,67	1	33,33	1	33,33	2	66,67	1	33,33	2	66,67	1	33,33	1	33,33	2	66,67	0	0,00	0	0,00	2	66,67	2	66,67
possui, funcionando plenamente	0	0,00	0	0,00	1	33,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	1	33,33	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
possui, funcionando precariamente	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
possui, mas não está em funcionamento	1	33,33	1	33,33	1	33,33	1	33,33	2	66,67	2	66,67	1	33,33	1	33,33	2	66,67	2	66,67	1	33,33	3	100,00	3	100,00	1	33,33	1	33,33	1	33,33
Não possui	1	33,33	1	33,33	1	33,33	1	33,33	2	66,67	2	66,67	1	33,33	1	33,33	2	66,67	2	66,67	1	33,33	3	100,00	3	100,00	1	33,33	1	33,33	1	33,33
Total	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00	3	100,00
Somatório Geral	165	56,27	147	59,04	84	33,73	121	48,59	68	27,31	40	16,06	128	51,41	73	29,32	125	50,20	37	14,86	120	48,19	137	55,02	35	14,06	29	11,65	165	66,27	147	59,04
possui, funcionando plenamente	78	31,33	54	21,69	53	21,29	63	25,30	50	20,08	11	4,42	93	37,35	86	34,54	95	38,15	17	6,83	90	36,14	94	37,75	13	5,22	19	7,63	78	31,33	54	21,69
possui, funcionando precariamente	1	0,40	1	0,40	3	1,20	3	1,20	8	3,21	1	0,40	2	0,80	0	0,00	2	0,80	21	8,43	0	0,00	2	0,80	1	0,40	1	0,40	1	0,40	1	0,40
possui, mas não está em funcionamento	5	2,01	47	18,88	109	43,78	62	24,90	123	49,40	197	79,12	26	10,44	90	36,14	27	10,84	174	69,88	39	15,66	15	6,43	200	80,32	200	80,32	5	2,01	47	18,88
Não possui	5	2,01	47	18,88	109	43,78	62	24,90	123	49,40	197	79,12	26	10,44	90	36,14	27	10,84	174	69,88	39	15,66	15	6,43	200	80,32	200	80,32	5	2,01	47	18,88
Total	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00	249	100,00

Tabela – Espaço físico das escolas (uso dos alunos)

Legendas: 1) Quadra Coberta 2) Quadra Descoberta 3) Parquinho 4) Pátio 5) Auditório 6) Biblioteca 7) Sala de leitura 8) Sala de Informática 9) Sala de Música 10) Sala de Jogos 11) Sala de Vídeo 12) Sala de Grêmios Estudantis 13) Sala de Recursos 14) Laboratório de Ciências 15) Horta 16) Espaço de Memória/História

Os itens acima abrangem um conjunto de condições essenciais para o trabalho pedagógico quanto ao esporte, ao lazer, à leitura, às ciências, à inclusão e ao espaço para trabalhar a memória escolar. Em todos, a porcentagem de unidades escolares que não atendem satisfatoriamente a essas condições é consideravelmente alta, exceções feitas ao pátio (19,28%) e à sala de informática (39,76%). No entanto, quando somamos a estes o funcionamento precário e os espaços não utilizados, a porcentagem aumenta para pátio (54,22%) e sala de informática (66,67%).

A falta ou a precariedade de espaços para leitura, biblioteca (79,12%) ou sala de leitura (72,69%) indicam que alguns dos aspectos determinantes da qualidade social e educacional apresentam um funcionamento precário ou inexistente na cidade de Duque de Caxias. A ausência de espaços para música (97,59%) e laboratórios de ciências (87,55%) também indica outro desafio para se construir uma escolarização de qualidade.

Como garantir uma gestão democrática, de fato, (81%) - conforme informado no Levantamento de Dados - se não existem salas de grêmios em 95,58% das escolas e, também, são reduzidos os espaços culturais para os estudantes (72% das escolas não têm espaços culturais), além do fato de não haver eleições diretas para diretores em todas as escolas da rede pública de ensino?

O levantamento indica a necessidade de se estabelecerem as condições para que o

Centro de Memória e de Pesquisa de Educação de Duque de Caxias e o Centro de Referência Patrimonial e Histórico de Duque de Caxias possam ampliar o seu trabalho nas Unidades Escolares, pois 98,80% das escolas não têm garantido esse espaço. Trabalhar com memória e história demanda, por exemplo, espaço e pessoal para desenvolver o trabalho, gravador de voz e de áudio, materiais de mídia, câmera digital, filmadora etc. O levantamento nas 249 instituições educacionais de Duque de Caxias que responderam o questionário revela que apenas 23,29% das escolas têm filmadora e 50,20% têm câmera fotográfica; faltam computadores em 49,40% das salas da direção e 25,30% das secretarias. Assim, como garantir, ao longo da implementação do PME de Duque de Caxias, as condições para o desenvolvimento do trabalho desses dois Centros nas Unidades Escolares?

O conjunto dessas três tabelas indica, portanto, a necessidade da criação de metas para que, nos próximos anos, os problemas estruturais e materiais das instituições de ensino na Cidade de Duque de Caxias sejam superados, pois são espaços e materiais imprescindíveis para o trabalho na escola e garantia do direito à educação.

Ademais, é necessário fornecer condições adequadas de espaço, iluminação, sinalizações adequadas a pessoas surdas e cegas, ventilação, acústica, climatização, recursos audiovisuais, incluindo microfone para uso do professor, principalmente na sala de aula, instalações sanitárias e condições mínimas de higiene, em todo o espaço escolar, além da construção/reforma com acessibilidade dos espaços de recreação, quadra de esporte e aquisição de mobiliário, equipamento, material didático-pedagógico (livros, brinquedos e outros de apoio às atividades escolares e pedagógicas), garantindo ainda condições gerais de acessibilidade.

Os níveis de ensino na Cidade de Duque de Caxias e algumas questões pedagógicas

	1		2		3		4		5	
Escolas Municipais	Qtd	%								
Sim	118	71,52	134	81,21	57	34,55	0	0,00	49	29,70
Não	47	28,48	31	18,79	108	65,45	165	100,00	116	70,30
Total	165	100,00								
Escolas Estaduais	Qtd	%								
Sim	0	0,00	19	34,55	54	98,18	44	80,00	45	81,82
Não	55	100,00	36	65,45	1	1,82	11	20,00	10	18,18
Total	55	100,00								
Escolas Privadas	Qtd	%								
Sim	21	80,77	22	84,62	20	76,92	14	53,85	5	19,23
Não	5	19,23	4	15,38	6	23,08	12	46,15	21	80,77

Total	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00	26	100,00
Somatório Geral	Qtd	%								
Sim	139	56,50	175	71,14	131	53,25	58	23,58	99	40,24
Não	107	43,50	71	28,86	115	46,75	188	76,42	147	59,76
Total	246	100,00								

Tabela – Níveis de ensino e a garantia do direito ao acesso à Educação Básica Legendas: 1) Educação Infantil; 2) Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 3) Anos Finais do Ensino Fundamental; 4) Ensino Médio; 5) Ensino Noturno

A tabela mostra que as vagas oferecidas no município, principalmente em escolas públicas, tem sido insuficientes.

Quanto ao ensino noturno e Ensino Médio, respectivamente, 59,76% e 76,42% do total de 246 escolas não oferecem essa modalidade e nível de ensino.

Cabem os seguintes questionamentos: a oferta de vagas nesses níveis e nessa modalidade tem sido suficiente em Duque de Caxias? No caso das escolas públicas, como enfrentar essa situação e traduzir a problemática em metas no Plano Municipal? Os resultados desse Levantamento de Dados parcial se aproximam dos índices de escolarização disponíveis organizados pelos órgãos oficiais?

14 EIXOS NORTEADORES

a. **Papel do Município na garantia do direito à educação de qualidade para todos**

Dentro do rol dos direitos humanos fundamentais encontra-se o direito à educação, amparado por normas nacionais e internacionais. Trata-se de um direito fundamental, porque inclui um processo de desenvolvimento individual próprio à condição humana. Além dessa perspectiva individual, esse direito deve ser visto, sobretudo, de forma coletiva, como um direito a uma política educacional, a ações afirmativas do Estado e do Município que ofereçam à sociedade instrumentos para alcançar seus fins.

Para se pensar a educação como direito, com qualidade e para todos, é preciso considerar o que diz a Constituição de 1988, em seu artigo 23, inciso V, quando fala da garantia de acesso à cultura, à educação e à ciência: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. É necessária uma fiscalização por parte da comunidade escolar e/ou por meio do Conselho Escolar quanto à efetiva disponibilização desses meios, pois tal acesso, embora garantido por lei, precisa ser facilitado.

Tanto a Constituição de 1988 quanto a LDB, de 1996, definem a abrangência e a responsabilidade de cada um dos sistemas de ensino (Federal, Estadual, Distrital e

Municipal), no sentido de autorizar, credenciar e supervisionar todas as instituições sob sua jurisdição, assim como organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais de seu sistema específico. Isso implica o envolvimento de todas as instituições públicas e privadas de ensino na garantia do direito à educação de qualidade para todos.

A Constituição Federal define como um dos princípios do ensino brasileiro a garantia de padrão de qualidade (inciso VII, art. 206). A CF estabelece que a União deve garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade (art. 211, parágrafo 1º) e determina vinculação de recursos por esfera administrativa a serem aplicados para a realização dessas finalidades (art. 212). Nesse sentido, faz-se necessária a intensificação desse acompanhamento por parte da União perante as demais esferas.

A LDB prescreve também que o dever do Estado para a efetivação do direito à educação será concretizado mediante a garantia de *“padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem”* (inciso IX, art. 4º). Além disso, prevê que a União, em regime de colaboração com os entes federados, estabelecerá padrão mínimo de oportunidades educacionais para o Ensino Fundamental, com base em um custo-aluno mínimo que assegure um ensino de qualidade.

Dentro dessa perspectiva, na elaboração do Plano Municipal de Educação, existem grandes desafios que precisam ser considerados:

- i. desigualdades sociais;
- ii. questões étnico-raciais;
- iii. questões de gênero;
- iv. sexualidade;
- v. violência;
- vi. desigualdades regionais;
- vii. educação inclusiva;
- viii. inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais;
- ix. analfabetismo funcional.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 53), *“a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”*. Nesse sentido, a Lei assegura:

1. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
2. direito de ser respeitado por seus educadores;

3. direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

4. acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Para que esses direitos sejam observados, o ECA também estipula os deveres do Estado (artigo 54). São eles:

- garantir Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- assegurar progressivamente a extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio;
- oferecer atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- garantir acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;
- ofertar ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;
- promover atendimento no Ensino Fundamental, através de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Tomando a Legislação como ponto de partida, podemos dizer que a educação, como um direito fundamental, estrutura-se como um dever compartilhado entre estado, família e sociedade. Somente com o debate público, articulado entre todas as instituições públicas e privadas de Educação Básica e superior e os movimentos sociais, é possível considerar esses desafios na construção de uma proposta para educação de qualidade.

Diante da necessidade de universalização do acesso à etapa obrigatória de escolarização, bem como pesquisas e estudos relacionados ao cotidiano escolar quanto aos estudantes que estão na escola, mas não se apropriam do mínimo indispensável para viver em sociedade, parece que o grande desafio do atual momento histórico, no que diz respeito ao direito à educação, é fazer com que ele seja, além de garantido e efetivado por meio de medidas de universalização do acesso e permanência qualificada, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social. Portanto, que o direito à educação tenha como pressuposto um Ensino Básico de qualidade para todos e que não (re)produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social.

Neste momento em que articulamos ações para a elaboração do Plano Municipal de

Educação, é importante ressaltar objetivos que deverão permear as propostas a serem incluídas no documento, a saber:

a. pensar a educação na cidade como um todo, mas contemplando diferenças regionais através de articulação, planejamento e ações entre as redes de ensino no atendimento qualificado em todos os níveis e modalidades;

b. articular o sistema municipal de ensino com os demais níveis de educação e instituições existentes no município;

c. articular as diferentes secretarias e instituições públicas, garantindo o atendimento das necessidades de nossos estudantes.

d. assegurar a autonomia das escolas e universidades públicas na elaboração do Projeto Político Pedagógico de acordo com as características e necessidades da comunidade, com financiamento público e gestão democrática, garantida por meio de eleições diretas para diretores das Unidades Escolares da rede pública na perspectiva da consolidação do sistema nacional de educação;

e. abrir debate acerca dos instrumentos de avaliação diagnóstica interna e externa, sem vínculo salarial, em todos os segmentos com a participação dos envolvidos no processo educacional através de uma dinâmica democrática, legítima e transparente que parta das condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar aos resultados socialmente significativos;

f. garantir, a partir da implantação do PME, a educação pública e de qualidade para crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com necessidades educacionais especiais aparelhando as Unidades Escolares, adequando-lhes os espaços, alocando-lhes recursos humanos suficientes e devidamente qualificados, em todos os níveis e modalidades de ensino, sendo necessária a integração entre as secretarias de transporte, saúde, assistência social e outras, ampliando os serviços de suporte à inclusão.

g. investir na efetivação, através de concurso público com provas e títulos, de profissionais que atendam às demandas pedagógicas, psicossociais, de atendimento à educação especial e à educação em saúde, que emergem do contexto social no qual os sujeitos da educação sejam provenientes;

h. assegurar os processos de transição e articulação entre todas as etapas da Educação Básica, por meio da garantia de espaços interdependentes e articulados entre si. Nesse sentido, cabe compreender a construção com acessibilidade de espaços coletivos para a formação em serviço dos profissionais da educação na organização curricular, na elaboração das propostas pedagógicas das escolas.

Observa-se a necessidade de transformar a realidade e construir uma educação de qualidade para todos, na qual as diferenças, histórias de vida, formas de interação com o mundo, mecanismos de construção de conhecimento, processos de desenvolvimento, relações e expectativas sociais sejam consideradas.

15 METAS E ESTRATÉGIAS ORÇAMENTÁRIAS

15.1 Aplicar os investimentos públicos direcionados à educação pública de forma a atingir 10% (dez por cento) do PIB até 2018.

15.2 Aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento dos recursos destinados à educação;

15.3 Aplicar os investimentos em educação pública pelo município em 35%;

15.4 Manter em regime de colaboração e com a participação dos respectivos Tribunais de Contas, programas articulados e permanentes de formação de membros dos Conselhos do FUNDEB, CAE, CME e Conselhos Escolares, com o objetivo de qualificar sua atuação no acompanhamento, avaliação e controle social dos recursos vinculados à educação e ao ensino;

15.5 Promover Audiências Públicas da Educação quadrimestrais e manter atualizado e amplamente divulgado o Portal da Transparência no que se refere aos recursos públicos da educação, fortalecendo os mecanismos e os instrumentos que promovem a transparência e o controle social, mobilizando a sociedade civil no acompanhamento e fiscalização da utilização dos recursos da educação, garantidos por lei;

15.6 Instituir o Programa de Descentralização dos Recursos da Educação, garantindo as instituições públicas o repasse de recurso para uso em pequenos reparos e manutenção dos prédios escolares;

15.7 Prover, após publicação do PME, com a colaboração técnica e financeira da União, os conselhos do FUNDEB, do CAE e CME, do suporte técnico contábil e jurídico necessário ao exercício pleno e autônomo de suas atribuições no acompanhamento, avaliação e controle social dos recursos vinculados à educação e ao ensino;

15.8 Tomar como referência ao financiamento o mecanismo do custo-aluno-qualidade (CAQ) que deve ser definido a partir do custo anual por aluno dos insumos educacionais necessários para que a educação básica pública adquira e se realize com base em um padrão mínimo de qualidade;

15.9 Garantir junto a União a complementação de recursos financeiros quando não atingir o valor do CAQ;

15.10 Buscar junto à União a garantia de que 75% dos valores financeiros que compõem o Fundo Social advindos da camada pré-sal sejam destinados aos Estados, Distrito Federal e Municípios para o desenvolvimento dos programas de educação básica por meio de uma política de transferências equivalente ao salário educação;

15.11 Buscar junto a União a garantia de que 50% dos créditos advindos do pagamento de royalties decorrentes de atividade de produção energética (extração, tratamento, armazenagem e refinamento de hidrocarbonetos) sejam destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

16 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A conquista e inclusão, pela primeira vez, na Constituição Brasileira de 1988, do princípio da gestão democrática na educação, foi um marco na história e consequência da luta dos movimentos sociais organizados pela democratização do país. A participação e a tomada de decisões coletivas possibilitaram a formação de Conselhos nas mais diversas instâncias para o controle social de várias políticas públicas. Na área da educação, o movimento social defendia como formulação a “*gestão democrática do ensino, com a participação de docentes, estudantes, funcionários e comunidade*”, porém o preceito constitucional para a educação ficou definido como “*gestão democrática do ensino público, na forma da lei*” (art. 206, VI). Esse preceito também foi consagrado na Lei 9394/96 – LDB (art. 3º, VIII).

A fundamentação da gestão democrática está, assim, na constituição de um espaço público de direito que deve promover condições de igualdade, garantir estrutura material para um trabalho de qualidade, criar um ambiente de trabalho coletivo que vise à superação de um sistema educacional seletivo e excludente e, ao mesmo tempo, que possibilite a

crítica desse sistema com o modo de produção e a forma de distribuição de riqueza, com a organização da sociedade, a organização política, a definição de papéis do poder público, as teorias do conhecimento, as ciências, as artes e as culturas.

A gestão deve estar inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, de tal forma a possibilitar aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade social na educação. Nessa perspectiva, a instituição educacional deve ter como princípios fundamentais: o caráter público, apartidário e laico da educação, a inserção social e a gestão democrática, na qual as práticas participativas, a descentralização do poder, a socialização das decisões desencadeiem um permanente exercício de conquista da cidadania. Esta concebida como materialização dos direitos fundamentais legalmente constituídos, entre eles o direito à educação.

Imbuídos desses princípios, queremos resgatar, neste Plano Municipal de Educação, a luta histórica das entidades municipais do movimento popular, social e sindical de Duque de Caxias em defesa da organização e da participação da comunidade e da sociedade civil nas decisões da política educacional. A defesa desse princípio implica, também, a escolha de diretores escolares de forma democrática, por meio de eleições diretas, a serem realizadas até o final do primeiro semestre do ano de 2014.

Neste Plano Municipal de Educação, devemos instalar e/ou recuperar instâncias de organização e gestão democrática da educação, tais como: a criação do Fórum Municipal em Defesa da Educação (deliberação **I CONFEDUC/CONAE 2010**), definido como instância deliberativa do sistema municipal de educação, e os Conselhos Escolares, enquanto instrumentos de gestão democrática da educação.

As propostas aqui consolidadas resgatam parte do esforço pela democratização da educação, colocando-a, inclusive, na luta pela construção de um estado democrático. Os objetivos, as diretrizes e as metas devem traduzir uma visão de democracia, de cidadania, de gestão e de educação pública que interesse a todos os segmentos da população. Suas formulações devem contemplar a instituição educacional pública como um espaço de direito, duramente conquistado ao longo das diversas lutas dos educadores organizados juntamente com diversos setores da população.

16.1 Instrumentos e mecanismos da gestão democrática

No processo de construção da gestão democrática da educação, alguns indicadores são imprescindíveis: autonomia, representatividade social e formação da cidadania. Assim, a gestão democrática da educação não constitui um fim em si mesma, mas um objetivo

estratégico no processo de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades socioeconômicas. Deve contribuir para que as instituições educacionais – escolas e universidades –, articuladas com outras organizações da comunidade, possam participar da construção de uma sociedade fundada na justiça social, na igualdade e na democracia.

As experiências democráticas concorrem para o aperfeiçoamento da gestão, reforçam a participação de todos os segmentos constitutivos da comunidade escolar, norteiam-se pela construção de projetos político-pedagógicos participativos e convivem com os colegiados e as representações dos grupos sociais existentes no interior das instituições escolares. As eleições diretas para diretor das escolas públicas, quando fazem parte de um processo mais amplo de gestão, que inclui a consolidação de instâncias, como os Conselhos Escolares, por exemplo, podem favorecer a melhoria das condições de aprendizagem, da organização escolar, contribuir para o respeito a identidades sociais diferenciadas, formar novas lideranças e democratizar as instituições.

A gestão democrática é um processo e, como tal, suas referências não são estanques nem imutáveis, implicando valores e construção de conceitos vinculados à própria dinâmica social. Ao mesmo tempo, alguns mecanismos são importantes para a materialização de uma gestão educacional. Destacam-se, entre esses mecanismos, os Conselhos de Educação, do FUNDEB, de Alimentação Escolar, os Conselhos Escolares - participativos e representativos de toda comunidade escolar, com caráter consultivo, deliberativo e avaliador na competência de sua área de abrangência e constituídos com maior participação da sociedade, devendo seu regimento ser revisto e debatido com ampla participação -, os Grêmios Estudantis e o Projeto Político-Pedagógico. Outros mecanismos igualmente importantes são a relação com outros espaços sociais, estabelecendo o Fórum Municipal em Defesa da Educação, e a eleição direta para diretores das escolas.

A eleição de diretores de instituições educacionais deve ser direta e integrar o Projeto Político-Pedagógico da instituição. Este deve garantir o trabalho coletivo de todos os segmentos da comunidade escolar. É inconcebível pensar em gestão

democrática sem eleições. É comum também confundir-se gestão democrática com a figura do dirigente indicado quando isso se transfere para avaliação pessoal, principalmente quando o dirigente não tem o respaldo da escolha do coletivo. No entanto, a gestão democrática da educação, praticada por meio dos mecanismos aqui descritos, dentre os quais os Conselhos Escolares, tem por objetivo o desenvolvimento e o estabelecimento de canais e formas de atingir maior participação e qualidade social, no caminho da construção

da transformação da escola e da sociedade.

O Conselho Municipal de Educação deve ser um órgão de representação paritária, deliberativo, consultivo, normativo, fiscalizador do sistema municipal de ensino. É uma instância de articulação entre o poder público e a sociedade civil, tendo dotação orçamentária que lhe assegure eficiente funcionamento e autonomia administrativa para agir e decidir em conformidade com as funções e atribuições que lhes são conferidas pela Legislação. Deve ser uma instância de avaliação do sistema educacional e estar vinculado ao Estado, não aos governos. Nesse sentido, o CME de Duque de Caxias deve ter seu regimento interno revisto em 2014, em fórum convocado para esse fim, com ampla e efetiva participação das unidades escolares e sociedade civil. Sendo os Conselhos expressão da participação na construção e controle social das políticas públicas no município, deve ser vedado ao governo o cargo da presidência dos Conselhos, conforme aprovado no PNE 2010, devendo a presidência ser eleita dentre os membros da sociedade civil, sendo votado por esses membros.

O Conselho Escolar deve ser uma instância deliberativa e representativa da comunidade, com a finalidade de propor, acompanhar, avaliar e fiscalizar o Projeto Político-Pedagógico da escola. Deve ser constituído de forma equitativa por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, inclusive pela direção da escola eleita por esta comunidade, através de eleição direta. Entende-se como comunidade escolar o conjunto dos estudantes, pais, mães e responsáveis pelos estudantes, os profissionais da educação, entidades da sociedade civil organizada da comunidade local. Dada a nossa realidade, vale ressaltar a necessidade de ampla campanha de informação, esclarecimento e debate sobre esse nível de participação e o efetivo funcionamento dos Conselhos Escolares.

O Conselho Escolar é entendido como parte integrante do processo de gestão democrática, sendo desenvolvido de modo coletivo. É composto por representantes das comunidades escolar e local, que têm como atribuição deliberar sobre questões políticas, pedagógicas, administrativas e financeiras no âmbito da unidade escolar. Cabe aos Conselhos, também, analisar as ações a empreender e os meios a utilizar para cumprimento das finalidades da escola. As comunidades escolar e local devem atuar em conjunto e definir caminhos para tomada de deliberações que são de sua responsabilidade. Os Conselhos representam, assim, um espaço de participação e decisão, um lugar de discussão, negociação e encaminhamento das demandas educacionais, possibilitando a participação social e promovendo a gestão democrática, participativa e cidadã. Dessa forma, o presidente do Conselho não precisa ser prioritariamente o diretor da escola.

Neste processo, percebemos que ainda é preciso sensibilizar as pessoas quanto à importância da sua participação na busca de transformações que têm como objetivo o pleno atendimento da demanda da comunidade a partir da realidade de cada escola e que deve primar pelo exercício da sua própria autonomia.

A gestão democrática implica a efetivação de novos processos de organização e gestão baseados em uma dinâmica que favoreça os processos coletivos e participativos de decisão. Nesse sentido, a participação de todos constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelas diferentes pessoas que constroem o cotidiano escolar. Assim, faz-se necessário regulamentar, tão logo seja aprovado o PME, a Lei Orgânica Municipal que trata das eleições diretas para diretores das Unidades Escolares, além de garantir o direito à livre e autônoma organização estudantil em abrangência municipal, com sua entidade representativa, e em sua unidade escolar, com o Grêmios Estudantil, que está assegurada pela Lei Federal 7398/85 e pela Lei Estadual 1949/92.

O exercício da participação efetiva no Conselho é, por si só, um aprendizado que faz parte do processo democrático de garantia de direitos e divisão de responsabilidades no processo de gestão escolar, levando em conta as normas do sistema de ensino e da legislação em vigor, mas, sobretudo, a autonomia da escola (prevista na LDB) e o seu empenho no processo de construção de um Projeto Político-Pedagógico coerente com os seus objetivos e prioridades, definidos em função das reais demandas das comunidades escolares, sem deixar de lado o horizonte emancipado das atividades desenvolvidas nas escolas públicas.

Diretrizes e metas

- a. garantir a autonomia político-didático-pedagógica e administrativa às instituições educacionais públicas, sendo-lhes asseguradas, a partir da aprovação do Plano, condições físicas, materiais e financeiras adequadas e suficientes, por meio de verbas públicas das esferas municipal, estadual e federal, geridas pelo Conselho Escolar;
- b. regulamentar a Lei Orgânica Municipal que trata das eleições diretas para diretores das Unidades Escolares, promovendo amplo debate, no segundo semestre de 2014, para os critérios a serem estabelecidos no projeto de lei.
- c. estimular a discussão sobre o direito à tomada de decisão pela comunidade escolar, enquanto exercício de cidadania, realizando campanhas, com

- materiais adequados, que incentivem a participação e o envolvimento das comunidades na gestão das escolas, garantindo condições adequadas (informações, materiais, locais, entre outros) para o exercício da gestão democrática da educação em nível local e mais amplo, em caráter imediato;
- d. criar estratégias para o acompanhamento da implementação do Plano Municipal de Educação. Tais estratégias devem resultar de processo deliberativo do Fórum Municipal de Educação convocado para esse fim;
 - e. garantir, até o final do ano letivo de 2014, as discussões acerca da regulamentação da eleição de diretores e da gestão democrática, para a sua implantação e efetivação no primeiro semestre de 2014;
 - f. garantir a ampla participação da comunidade escolar e local no debate para a regulamentação da eleição direta para diretores das escolas;
 - g. criar, no prazo de dois anos, o Fórum Municipal em Defesa da Educação, com atribuições deliberativas de acompanhamento, avaliação e reorientação das políticas educacionais e de implementação do PME com a participação democrática de representantes da sociedade civil organizada, com a garantia de autonomia, orçamento e infraestrutura.
 - h. rever, de forma participativa e democrática, em 2014, o regimento escolar e o regimento dos Conselhos Escolares a fim de que estejam em conformidade com o PME;
 - i. efetivar os Conselhos Escolares deliberativos como instrumentos de construção coletiva e democrática das propostas político-pedagógicas das Unidades Escolares, garantindo a representação e paridade de todos os segmentos da comunidade escolar e a capacitação dos conselheiros escolares por instituição competente;
 - j. assegurar o pleno funcionamento dos Conselhos Municipais: de Educação, do FUNDEB e de Alimentação Escolar, com autonomia, orçamento e infraestrutura adequados e divulgação pública de suas avaliações, com representação paritária e pleno acesso às informações necessárias à execução de suas funções, com transparência na prestação de contas;
 - k. garantir e incentivar as organizações estudantis, por meio dos Grêmios em todas as Unidades Escolares da rede pública e privada, oferecendo estrutura para que os mesmos funcionem adequadamente, garantindo o acesso da

entidade estudantil ao espaço escolar;

- l. garantir e incentivar a participação dos pais, mães e responsáveis como integrantes, de fato, da comunidade escolar, auxiliando nas decisões da Unidade Escolar;
- m. realizar, a cada 2 anos, a Conferência Municipal de Educação, conforme previsto no item Avaliação e Acompanhamento;
- n. assegurar ampla participação da comunidade escolar e sociedade civil organizada na construção de proposta de projeto de lei que estabeleça os critérios e garanta eleições diretas para diretores;
- o. garantir a implementação do Portal de Transparência da Educação, que terá como função assegurar o registro, a divulgação e o acompanhamento dos processos de participação na esfera educacional, tais como: registrar e divulgar as atas e deliberações do CME, dos Conselhos Escolares das Unidades Escolares do município e das eleições diretas para diretores e Grêmios Estudantis das Unidades Escolares do município.

16.2 Democratização do acesso e permanência

16.2.1 Educação Infantil

Das 246 instituições de ensino (municipais, estaduais e particulares) que responderam ao questionário, 139 (56,5%) têm Educação Infantil no município de Duque de Caxias. O número de docentes regentes nesse nível de ensino é de 456, 372 dos quais atuam na rede pública municipal, enquanto que os 84 restantes se encontram distribuídos nas escolas particulares.

Os dois quadros a seguir expressam a situação de contrato de trabalho e de titulação dos estimuladores materno-infantis na cidade de Duque de Caxias.

	Escolas Municipais	Escolas Particulares	Total
Quantidade de estimuladores materno-infantis CONCURSADOS	36	0	36
Ensino Fundamental Incompleto	1	0	1
Ensino Fundamental	3	0	3
Ensino Médio Regular	11	0	11
Ensino Médio (Formação de Professores)	9	5	14
Ensino Superior (Área Pedagógica)	7	0	7
Ensino Superior (Outras áreas)	3	0	3
Especialização (Pós-Graduação)	2	0	2
Mestrado	0	0	0
Doutorado	0	0	0

Tabela – Estimuladores materno-infantis CONCURSADOS – Formação

	Escolas Municipais	Escolas Particulares	Total
Quantidade de estimuladores materno-infantis CONTRATADOS	374	18	392
Ensino Fundamental Incompleto	0	0	0
Ensino Fundamental	12	0	12
Ensino Médio Regular	21	0	21
Ensino Médio (Formação de Professores)	310	17	327
Ensino Superior (Área Pedagógica)	33	1	34
Ensino Superior (Outras áreas)	10	0	10
Especialização (Pós-Graduação)	3	1	4
Mestrado	0	0	0
Doutorado	0	0	0

Tabela – Estimuladores materno-infantis CONTRATADOS - Formação

Podem-se observar dois aspectos quanto aos estimuladores materno-infantis: primeiro é que o grande número de contratados indica a necessidade de realização de concurso público, a partir do ano de 2014, como única forma de ingresso na rede pública nessa função; um segundo aspecto é estabelecer como formação mínima necessária a estes profissionais que atuam nas creches o Ensino Médio com a modalidade Normal.

Ainda na discussão da carreira, consta, no Levantamento de Dados, que 74,82% dos profissionais da Educação Infantil conhecem o Plano de Cargos e Salários da sua carreira e 25,18% não o conhecem. Quanto às temáticas de estudo, nas reuniões pedagógicas e grupos de estudo na Educação Infantil, constam as seguintes percentagens: 43,08% responderam que a escolha dos temas dos grupos de estudo é discutida com todos os profissionais, 52,52% afirmaram que a escolha é realizada pela equipe pedagógica e 3,6% informaram não realizar grupos de estudo.

Números similares aparecem quanto às escolhas das temáticas das reuniões pedagógicas, isto é, 45,32% das unidades consultadas afirmam que, na Educação Infantil, as temáticas das reuniões são discutidas por todos os profissionais, 52,52% que a discussão é feita apenas pela equipe pedagógica, e 2,16% informaram não realizar reuniões pedagógicas.

Diagnóstico

A Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos e onze meses em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade. A educação na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses é realizada em creches e a de 4 a 5 anos e 11 meses em pré-escolas.

Esta etapa da educação pode ser vista por vários aspectos interligados, pois a expansão da oferta de vagas e a melhoria da qualidade das experiências de educação das

crianças de 0 a 5 anos exigem tanto ações de natureza pedagógica como medidas políticas e socioeconômicas. Tais medidas deverão ser reforçadas nas famílias, contando com a participação direta e ativa do Conselho Tutelar.

Na década de 80, ocorreu uma expansão significativa na Educação Infantil. Como um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, essa área, que antes tinha o cunho assistencialista, passou a figurar como um direito à educação desde o nascimento. Embora não com o caráter de obrigatoriedade para as famílias, as creches, definidas para o atendimento às crianças de 0 a 3 anos, passaram a ser uma necessidade de oferta pelo Estado.

A década de 90 iniciou-se pelo direito assegurado na Constituição Federal (1988), em seu art. 208, inciso IV, que prevê Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade (redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). Essa conquista foi reforçada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 1990), que afirma os direitos das crianças e as protege; e pela LDB, que, em um capítulo próprio, reconhece a Educação Infantil como uma etapa de significativa importância no desenvolvimento humano, embora na realidade educacional brasileira, com a implementação do FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério -, tenha permanecido a exclusão desse nível de ensino no conjunto das políticas públicas.

A partir de 2000, a Educação Infantil tornou-se pauta de diferentes fóruns de debates. As novas concepções de infância, baseadas nas múltiplas áreas do desenvolvimento e na condição de sujeito ativo e de direito, indicam que a educação da criança deve promover a aprendizagem, considerando a integralidade e a indivisibilidade das dimensões de seu desenvolvimento.

Em consonância com os propósitos de expansão do atendimento às crianças de 0 a 5 anos, o Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10.172/2001, estabeleceu metas decenais para que, no final do período de sua vigência, 2014, a oferta da Educação Infantil alcance 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos, metas que ainda persistem como um grande desafio a ser enfrentado pelo país.

As necessárias mudanças de concepções e de práticas na Educação Infantil, bem como a garantia de maior financiamento, acesso e permanência das crianças de zero a 5 anos na Educação Infantil representam investimento na construção com acessibilidade de novas unidades de creches, CAICS (Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense) e pré-escolas. Tal investimento se faz necessário para que essa etapa da educação venha a contribuir efetivamente para a vivência plena da infância. A Educação Infantil vive um

intenso processo de revisão de concepções sobre a educação de crianças em espaços coletivos, de seleção e fortalecimento das práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças.

A Emenda Constitucional nº 59/09 dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da Educação Básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211, ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção, nesse dispositivo, do inciso VI - *“I - Educação Básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria”*.

16.2.1.1 A Educação Infantil em Duque de Caxias

Hoje, a Secretaria Municipal de Educação tem 94 escolas que atendem a pré-escola e 29 unidades de atendimento educacional às crianças de 1 a 5 anos. Destas, 22 unidades oferecem creche e pré-escola e 7 unidades são Centros de Atendimento à Infância Caxiense (CCAICs), que, além do atendimento educacional de 1 a 5 anos, acompanham o desenvolvimento de crianças com baixo peso. Esse atendimento é feito em parceria com a Pastoral da Criança e com as Secretarias de Saúde e Assistência Social.

Há, também, no município, objetivando o atendimento à demanda de educação da criança de 0 a 5 anos, a expansão do atendimento na rede privada e em várias creches e pré-escolas comunitárias. Muitas dessas instituições, conveniadas com instituições filantrópicas, são acompanhadas pela Inspeção Escolar da rede municipal e autorizadas, quanto ao funcionamento, pelo Conselho Municipal de Educação.

A análise da oferta de Educação Infantil no município de Duque de Caxias indica a necessidade de expansão quanto ao atendimento público. Faz-se necessário um mapeamento indicativo das demandas regionais para ampliação do atendimento, com a criação de creches e escolas mantidas e administradas diretamente pelo órgão municipal, buscando a absorção da demanda em sua totalidade e as condições necessárias para a adequação e ampliação da oferta de Educação Infantil (sem suprimir os espaços de outros segmentos) com uma infraestrutura que viabilize educação de qualidade para todos. Cabe, ainda, a necessidade de docente em todas as turmas de Educação Infantil, incluindo turmas de 1 ano de idade em CCAICs – Creche Centro de Atendimento à Infância Caxiense.

Ressalta-se a responsabilização da rede municipal no atendimento educacional às

crianças de 0 a 5 anos, buscando assegurar condições efetivamente adequadas para a implementação de projetos pedagógicos que atendam aos princípios éticos, políticos e estéticos da área da Educação Infantil.

Vale ressaltar, ainda, a importância dada à formação inicial e continuada do professor e do estimulador materno-infantil, de creche e pré-escola. Essa formação é pensada e proposta a partir da especificidade e da integralidade dos processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança, processos que têm revelado uma constante necessidade de associar o cuidar e o educar, em consonância com o Referencial Curricular da Educação Infantil.

Observa-se a necessidade de garantir aos educadores condições de organização de espaços, tempos, materiais e das interações em que a prática educativa possa voltar-se para as experiências concretas da vida cotidiana, a aprendizagem da cultura, as relações com o meio ambiente, a convivência na vida coletiva, a brincadeira, a narrativa e os usos de diferentes formas de linguagem.

A perspectiva do atendimento aos direitos da criança na sua integralidade requer que as instituições de Educação Infantil, em seu Projeto Político Pedagógico, assegurem espaço e tempo para a participação efetiva das famílias, promovendo diálogo e escuta que envolvam o respeito às diferentes formas como as famílias se organizam.

O cotidiano das relações familiares tem sido motivo de preocupação dos educadores quanto à maneira como algumas crianças parecem ser tratadas em casa. Essas relações precisam ser discutidas para que haja esclarecimentos e possíveis encaminhamentos. O diálogo e a escuta às famílias têm mostrado a necessidade de integração com outras Secretarias e as parcerias com outras instituições. Cabe ao Sistema Municipal de Educação a garantia dessa integração e da efetivação dessas parcerias.

Diretrizes

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Refletindo o Art. 29 da LDB, a Educação Infantil, como um direito público e subjetivo, tem como prioridade o desenvolvimento integral da criança nos seus primeiros anos de vida, a fim de organizar o trabalho com essa demanda populacional e garantir a aprendizagem como sinônimo de mudança, ampliação de atitudes e participação social,

numa interação estreita com a diversidade cultural onde a criança está inserida (família, gestos, significados, linguagens, etc.).

A Educação Infantil estabelece as seguintes diretrizes:

- a. a dimensão do educar-cuidar deve se dar numa situação e num espaço físico adequado e compatível com as necessidades de cada faixa etária e que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, social e afetivo das crianças;
- b. a aprendizagem, mediada pelas ações dos profissionais que trabalham na Educação Infantil, deverá ser o resultado da relação entre os conhecimentos da cultura da criança e os conhecimentos universais;
- c. as instituições de Educação Infantil deverão obedecer aos critérios de infraestrutura mínima, estabelecidos pelo Ministério da Educação, com equipamentos, brinquedos e materiais pedagógicos que viabilizem um ambiente agradável e prazeroso, favorável ao desenvolvimento integral da criança;
- d. as propostas pedagógicas devem priorizar uma educação de qualidade, com projetos que valorizem a cultura e os conhecimentos prévios do educando, com vistas ao acesso ao mundo letrado que abre as portas para a criação, a imaginação, a produção de ideias e de novas realidades sociais e ambientais;
- e. garantir tempo para a formação e a qualificação dos educadores em serviço, pautadas em reflexões contínuas das práticas em sala de aula;
- f. garantia de convivência em um ambiente cultural enriquecedor que favoreça a criatividade, a construção artística e a possibilidade de preservação ambiental;
- g. sensibilizar responsáveis quanto à importância das atividades desenvolvidas na Educação Infantil, garantindo, assim, a presença/permanência dos estudantes na escola;
- h. o acesso de todos os funcionários que atuam na Educação Infantil deve se por meio de concurso público;
- i. garantia de profissionais de educação física;
- j. garantia de psicólogos por concurso;
- k. garantia da presença do Orientador Pedagógico e do Orientador Educacional sem que haja a substituição de um pelo outro;
- l. eliminar o índice de desnutrição entre as crianças de 0 a 5 anos, com trabalho desenvolvido nos CCAICs, sendo garantido o atendimento pedagógico pela

SME e o atendimento médico, nutricional e social pelas Secretarias de Saúde e Assistência Social. Sendo assim, os CCAICs são de responsabilidade orçamentária dessas três Secretarias.

O currículo da Educação Infantil é concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (art. 3º da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil).

Propostas pedagógicas da Educação Infantil deverão considerar que a criança, centro do planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos e que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (art. 4º da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil).

Objetivos e Metas

Turma	Quantidade máxima de estudantes	Quantidade de professores por turno	Quantidade de estimuladores
1 ano	10	1	3
2 anos	15	1	3
3 anos	20	1	3
4 anos	20	2*	2
5 anos	20	2*	2

Tabela – Metas: quantitativo de estudantes, professores e estimuladores

** Sendo 1 no turno da manhã e 1 na turma da tarde.*

- a. universalizar o atendimento à demanda pré-escola (4 e 5 anos) e o crescimento da oferta de vagas em creches e CCAICs (0 a 5 anos), acompanhando o crescimento populacional e suprindo, gradativamente, o déficit acumulado, buscando atender à população de Educação Infantil, até o término de vigência deste Plano, expandindo a oferta de forma a atender:
 1. 60% da demanda total do município em 2014;
 2. 80% da demanda total do município em 2016;
 3. 100% da demanda total do município em 2018;
- b. garantir programas de formação continuada, dentro do horário de trabalho, aos professores que atuam nas escolas, creches municipais e CCAICs, bem como aos demais profissionais de Educação Infantil, pertencentes a essas

Unidades Escolares;

- c. realizar concurso público para o cargo de estimulador materno-infantil, tendo como requisito a formação mínima na modalidade Ensino Normal, estabelecendo salários e Plano de carreira que valorizem os profissionais que atuam nessa área;
- d. estabelecer convênios com as universidades para proporcionar a graduação em curso superior e pós-graduação para gestores, orientadores, professores atuantes na Educação Infantil, estimulador materno-infantil e psicólogo educacional, a partir da instituição deste Plano, estabelecendo convênios com universidades públicas;
- e. assegurar o fornecimento contínuo de material didático-pedagógico de qualidade, diversificado, adequado e em quantidade suficiente aos estudantes e professores da Educação Infantil, de acordo com suas especificidades;
- f. expandir o atendimento às crianças de 0 a 5 anos em tempo integral em creches e ou CCAICs, respeitando as normas de estrutura física, humana e pedagógica;
- g. avaliar permanentemente as condições de infraestrutura das instituições de Educação Infantil, garantindo o suporte adequado tanto no que diz respeito ao espaço físico, quanto ao material didático e mobiliário adequado a essa faixa etária, de acordo com os padrões indicados pelo MEC, assegurando recursos para essa adequação a partir da homologação deste Plano;
- h. adequar os espaços de Educação Infantil em relação aos aspectos físicos com mobiliário próprio, interno e externo garantindo a acessibilidade, nos próximos 3 anos, de acordo com as normas da ABNE;
- i. assegurar atendimento especializado para as crianças com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em todas as creches e Unidades Escolares;
- j. garantir, às creches e pré-escolas, ações de integração das áreas da saúde e educação com atendimento de profissionais específicos (fonoaudiólogos, nutricionistas, médicos, assistentes sociais) da rede pública;
- k. garantir transporte escolar, em especial aos estudantes e professores das escolas da área rural e aos estudantes com necessidades especiais e acompanhamento dos responsáveis, adequado ao número de estudantes, à faixa etária, com

- equipamento de segurança, manutenção preventiva dos veículos e substituição do veículo quando necessário;
- l. garantir treinamento de motoristas e auxiliares de transporte;
 - m. garantir a alimentação escolar, de acordo com as normas nutricionais, buscando atender as especificidades quanto às questões de saúde, culturais e religiosas;
 - n. garantir atendimento às necessidades nutricionais das crianças atendidas na Educação Infantil, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como à promoção da formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio de investimentos financeiros da União e do município;
 - o. consolidar a formação continuada dos profissionais que atuam na Educação Infantil, assegurando o desenvolvimento de Grupo de Estudos mensais ou quinzenais nas Unidades Escolares, respeitando a autonomia das mesmas, garantindo que os temas desses grupos de estudos sejam escolhidos pelos profissionais da escola;
 - p. garantir a entrega do uniforme escolar completo de qualidade, no início do ano letivo, em quantidade e numeração adequadas para todos os educandos da Educação Infantil e Ensino Fundamental da rede pública de ensino;
 - q. garantir que o uniforme escolar, material didático e todas as documentações escolares da rede municipal sejam padronizados com o brasão e as cores do município, sendo proibida a veiculação político-partidária;
 - r. garantir, por meio de formação continuada específica, que a equipe técnico-pedagógica esteja completa, inclusive com psicólogo, e atenda às especificidades da Educação Infantil dentro de sua área de competência, em todas as Unidades Escolares;
 - s. organizar critérios, inclusive quantitativos, a partir de 2014, para assegurar a matrícula de todas as crianças de 0 a 5 anos nas creches e CCAICs, garantindo o ingresso direto, com o aumento de vagas, dessas crianças em uma escola da rede de ensino fundamental ao término da educação infantil, assegurando matrícula na unidade escolar mais próxima de sua residência;
 - t. assegurar que creches, CCAICs e Unidades Escolares que atendam a Educação Infantil pautem seus projetos pedagógicos no Referencial Curricular para a Educação Infantil;

- u. garantir aos educadores condições para realizar trabalho que vise ao lúdico, com espaços alternativos (de leitura, informática, artes e outros), materiais didáticos de qualidade e em quantidade suficiente, pela matrícula real do ano em curso, e assessoramento pedagógico, a partir do início da homologação do PME;
- v. conhecer a realidade e as condições socioeconômicas e culturais das crianças e suas famílias, para viabilizar um plano de ação que promova o conhecimento pessoal e do mundo, por meio de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem a movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança;
- w. tomar a realidade e os conhecimentos das crianças e de seu grupo social como referência fundamental de todo o trabalho a partir do conhecimento que a criança traz para a escola, oferecer as condições (espaço, tempo e material) que assegurem a apropriação do conhecimento acumulado (ciências sociais e naturais, matemáticas e língua portuguesa) e a criação de novos saberes;
- x. incentivar a curiosidade, a exploração, o encantamento, o questionamento, a indagação e o conhecimento das crianças em relação ao mundo físico e social, ao tempo e à natureza;
- y. implementar formas de participação, de diálogo, de escuta às famílias, compartilhando com elas a educação da criança;
- z. retomar e garantir progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 5 anos, na rede pública, de forma que todas as novas unidades estejam funcionando dessa maneira, sendo garantidas, pelo poder público, condições físicas e materiais adequadas para o pleno atendimento dessas unidades, no prazo de 5 anos, com adequação da rede física escolar já existente, por meio de um planejamento arquitetônico que respeite o projeto pedagógico da escola e as especificidades dos níveis e modalidades de ensino;
- aa. realizar estudos sobre custo da Educação Infantil com base nos parâmetros de qualidade, citados no documento do MEC, garantindo a qualidade do atendimento.
- bb. oferecer a modalidade de educação infantil na rede municipal de educação sem convênios com quaisquer outras instituições;
- cc. realizar concurso público para estimulador materno-infantil, educação física e professor de artes a partir de 2014 em todas as unidades escolares de

educação infantil;

- dd. o poder público municipal deverá cumprir sua função de acompanhamento e fiscalização do atendimento educacional na rede privada de ensino, de forma a exigir o cumprimento das metas previstas neste plano para este nível de ensino.

16.2.1.2 METAS E ESTRATÉGIAS

Universalizar até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos e atender no mínimo 50% da população de 3 anos. E até 2023 universalizar o atendimento da demanda manifesta por creche.

1.1) Manter e implementar o planejamento para o Plano Plurianual objetivando a aplicação dos recursos de forma a garantir a execução das metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação;

1.2) Garantir a oferta de matrículas na Educação Infantil Pública de 0 a 5 anos e onze meses através da construção com acessibilidade de novas unidades e /ou ampliação das unidades já existentes, com base em diagnóstico da realidade considerando os percentuais de solicitação de vaga registrados nas Listas de Espera de cada Creche, com recurso próprio e /ou adesão a Programa Nacional;

1.3) Definir em regime de colaboração entre as Secretárias Municipal de Obras, Secretaria de Urbanismo, Secretaria Municipal de Planejamento e Secretaria Municipal de Educação a **criação de Lei Municipal que regulamente critérios de infraestrutura para construção com acessibilidade e ampliação de prédios escolares com base nos Parâmetros Nacionais de Infraestrutura do Ministério da Educação;**

1.4) Realizar a Avaliação Institucional nas Instituições de Educação Infantil do Município de Duque de Caxias com base nos Indicadores de Qualidade da Educação Infantil;

1.5) Desenvolver Programa de Formação Continuada para os profissionais que atuam na Educação Infantil;

1.6) Promover a oferta de cursos de Pós-graduação *stricto sensu* na área da educação, em Universidades Públicas, bem como cursos de formação de professores para a Educação Básica (Educação Infantil) com objetivo de garantir a construção de Currículos capazes de incorporar os avanços da ciências no atendimento da população de 0 a 5 ;

1.7) Garantir o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da Educação Especial na Educação Infantil;

1.8) Garantir a matrícula das crianças do campo de 4 à 5 anos na Educação Infantil de Escola e ofertar vagas de 0 à 3 anos em creche de acordo com as especificidades da comunidade rural;

1.9) No crescimento da oferta de vagas no atendimento de crianças de zero a três anos deve-se garantir que em 2015 estejam sendo atendidas por creches pelo menos 40% das crianças oriundas do quinto mais pobre da população brasileira e que em 2023 a diferença entre a taxa de freqüência entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre da população não varie acima de 10%.

16.2.2 *Ensino Fundamental*

Apontamentos sobre o Levantamento de Dados do Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

Das 246 instituições de ensino (municipais, estaduais e particulares) que responderam ao Levantamento de Dados, 71,14% têm o primeiro segmento do Ensino Fundamental no município de Duque de Caxias. O número de docentes nesse nível de ensino, de acordo com o Questionário, é 2.324 docentes. Cabe destacar ainda que, no resultado do Levantamento, aparece o número de 563 docentes exercendo Dobra/GLP no município.

No quadro a seguir, pode-se observar a titulação dos professores do Ensino Fundamental na cidade de Duque de Caxias.

	Escolas Municipais	%	Escolas Estaduais	%	Escolas Privadas	%	Somatório Geral	%
Docentes que atuam nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2053	100,00	119	100,00	152	100,00	2324	100,00

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

Docentes com dobra/GLP	537	26,16	10	8,40	16	10,53	563	24,23
Curso de formação nos cursos adicionais (formação de Professores)	720	35,07	45	37,82	74	48,68	839	36,10
curso de formação em licenciatura curta	76	3,70	4	3,36	8	5,26	88	3,79
Nível Superior	1234	60,11	93	78,15	57	37,50	1384	59,55
Especialização (pós-graduação)	651	31,71	23	19,33	19	12,50	693	29,82
Mestrado	36	1,75	1	0,84	0	0,00	37	1,59
Doutorado	10	0,49	0	0,00	0	0,00	10	0,43

Tabela – Titulação dos docentes do Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

Consta, no Levantamento de Dados, que 80% dos profissionais do primeiro segmento do Ensino Fundamental conhecem o Plano de Cargos e Salários e 19% não o conhecem. Quanto às temáticas de estudo nas reuniões pedagógicas e grupos de estudo no primeiro segmento do Ensino Fundamental, constam as seguintes percentagens: 53% responderam que a escolha dos temas dos grupos de estudo é feita em discussão que envolve todos os profissionais e 42% afirmaram que a escolha é realizada pela Equipe Pedagógica.

*Apontamentos sobre o Levantamento de Dados no Ensino Fundamental
(Anos Finais)*

Das 246 instituições de ensino (municipais, estaduais e particulares) que responderam ao questionário, 53,25% oferecem o segundo segmento do Ensino Fundamental e 46,75% não oferecem esse segmento no município de Duque de Caxias, ou seja, constata-se uma redução da oferta do segundo segmento em relação ao primeiro. Isso significa que a demanda por vaga não tem sido atendida na cidade de Duque de Caxias.

O número de docentes nesse nível de ensino, de acordo com o Levantamento, é de 2563 docentes. O número de Dobras/ GLPs é de 659.

No quadro a seguir, pode-se observar a titulação dos professores do segundo segmento do Ensino Fundamental na cidade de Duque de Caxias.

	Escolas Municipais	%	Escolas Estaduais	%	Escolas Privadas	%	Somatório Geral	%
Docentes que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental	1144	100,00	1144	100,00	251	100,00	2539	100,00
Docentes com dobra/GLP	345	30,16	273	23,86	41	16,33	659	25,96
curso de formação nos cursos adicionais (formação de Professores)	11	0,96	60	5,24	4	1,59	75	2,95
curso de formação em licenciatura curta	11	0,96	6	0,52	3	1,20	20	0,79
Nível Superior	809	70,72	961	84,00	204	81,27	1974	77,75
Especialização (pós-graduação)	514	44,93	375	32,78	63	25,10	952	37,50
Mestrado	79	6,91	24	2,10	15	5,98	118	4,65
Doutorado	10	0,87	3	0,26	0	0,00	13	0,51

Tabela – Titulação dos docentes do Ensino Fundamental (Anos Finais)

Quanto à escolha dos temas do Grupo de Estudo, consta, nos resultados do levantamento, que 39% das escolhas são feitas em conjunto com todos os profissionais da escola, 36% apenas pela Equipe Pedagógica. Chama a atenção o número considerável de unidades escolares (24%) que não realizam Grupo de Estudo.

Diagnóstico

O artigo 208, § 1º, da Constituição Federal afirma: “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo”, e seu não oferecimento pelo poder público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente.

Existe hoje, no Brasil, um consenso sobre a situação do Ensino Fundamental e os problemas enfrentados por esse segmento, o que nos leva a pensar sobre os seus desafios para a educação das crianças de 6 a 14, ou seja, para os nove anos de escolaridade. Além disso, a partir da Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, que aponta para a universalização obrigatória da escola básica (para os estudantes de 4 a 17 anos), aumentam os desafios para a educação.

A exclusão, da escola, de estudantes na idade própria, seja por incúria do poder público, seja por omissão da família e da sociedade, é a forma mais perversa de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro (PNE, 2001).

A consciência desse fato e a mobilização social que dela decorre têm promovido esforços coordenados das diferentes instâncias do poder público que resultaram numa evolução muito positiva do sistema de Ensino Fundamental como um todo, especialmente quanto à ampliação do atendimento. O Brasil avançou em direção à democratização do acesso e da permanência dos estudantes no Ensino Fundamental, pois, hoje, 97% das crianças estão na escola, o que está próximo da universalização. Entretanto, pode-se constatar que o modelo educacional vigente não trouxe mudanças efetivas de qualidade na aprendizagem das crianças e adolescentes que frequentam o Ensino Fundamental e há o registro de um inchaço no número de estudantes devido ao atraso no percurso escolar. Tomando como referência apenas as crianças de 14 anos, verificamos que, em 1988, dos 3,5 milhões de adolescentes nessa faixa etária, apenas cerca de 622 mil frequentavam a 8ª série do Ensino Fundamental. De acordo com dados do MEC, esse atraso é um dos principais fatores de evasão.

O Plano Nacional de Educação (PNE - 2000/2001) indica que a existência de crianças fora da escola e as taxas de analfabetismo estão associadas. O documento ressalta, também, que, na maioria das situações que se apresentam no contexto da educação, o fato de ainda haver crianças fora da escola não tem como causa determinante o déficit de vagas, mas a precariedade do ensino e as condições de exclusão e marginalidade social em que vivem segmentos da população brasileira. Assim, não basta abrir vagas, há de se dar assistência às famílias para que as crianças possam ter acesso à escola de qualidade e nela permaneçam.

Diretrizes

Os desafios a enfrentar para a educação no Ensino Fundamental indicam a necessidade de alcançarmos a sua universalização, considerando três processos que só podem ser vistos a partir de sua complementariedade: o acesso, a permanência e o sucesso na educação escolar. Há de haver um percurso que leve à conclusão do que é o Ensino Fundamental para a formação do aluno.

A distorção ano de escolaridade-idade, resultante de repetência, evasão ou qualquer outro motivo de atraso, indica a necessidade de políticas públicas que melhorem a trajetória de vida escolar dos estudantes.

A educação deverá criar condições próprias para a aprendizagem das crianças na faixa etária de 6 a 14 anos, entendendo as significativas necessidades do desenvolvimento humano. Para todos os anos escolares, deverão ser considerados os espaços, o tempo, os recursos didáticos e as formas de aprendizagem que envolvem a infância e a adolescência. É necessária a integração dos órgãos competentes para oferecer os recursos primordiais para execução dos projetos que serão implementados nas redes públicas de ensino.

O atendimento, em horário integral, oportunizando orientação no cumprimento da aprendizagem escolar, práticas esportivas, atividades artísticas e alimentação adequada, é um avanço significativo para diminuir as desigualdades sociais e ampliar democraticamente os processos de aprendizagem e, conseqüentemente, de formação humana. A implementação do horário integral deve se dar de forma planejada e organizada em relação a profissionais, espaços físicos e infraestrutura, com seriedade política e prioridade real. O atendimento deverá ser feito com profissionais qualificados e concursados na rede pública de ensino, tendo suas ações norteadas pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da unidade escolar.

A LDB, em seu art. 34, § 2º, propõe a progressiva implantação do ensino em

tempo integral para os estudantes do Ensino Fundamental. Mudanças significativas devem ocorrer para a expansão da rede física da escola, atendimento à merenda escolar, disponibilidade dos professores, livros didáticos e transporte escolar para atender à diversidade de atividades de um ensino integral.

Cabe também refletir coletivamente (Secretaria Municipal de Educação, CRRMV - Coordenadoria Regional da Região Metropolitana V, profissionais de educação e comunidade escolar) na construção de um instrumento avaliativo de todo o processo pedagógico e institucional, podendo dimensionar as necessidades e qualidade do Ensino Fundamental oferecido pelos sistemas de ensino, ressaltando, entretanto, que o resultado dessas avaliações não podem ser usados como meios para premiação ou punição das Unidades Escolares, tampouco como critério de remuneração para os profissionais de educação;

Objetivos e Metas

- a. realizar o Censo Escolar Municipal, em 2014, com período de 5 em 5 anos;
- b. definir o número máximo de estudantes por turma, em todos os anos de escolaridade, considerando os casos de estudantes com necessidades educacionais especiais;
- c. garantir que todas as Unidades Escolares tenham acesso aos Documentos Norteadores do Ensino Fundamental e os tenham disponibilizado de forma impressa;
- d. garantir que todas as Unidades Escolares criem momentos de estudos desses Documentos Norteadores com a comunidade escolar;
- e. estabelecer medidas para que todas as escolas tenham formulado seus Projetos Pedagógicos, observando os Documentos Norteadores;
- f. garantir, a toda comunidade escolar, o acesso a obras literárias ficcionais e não ficcionais, além dos livros enviados pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
- g. destinar, a cada unidade escolar, uma verba específica para compra de livros, definidos pelos profissionais da escola, para a biblioteca e sala de leitura;
- h. garantir, a todos os estudantes, inclusive os com necessidades educacionais especiais, recebimento de livros paradidáticos, visando à criação de vínculo

afetivo com a leitura;

- i. garantir transporte escolar aos estudantes das zonas rurais e urbanas, bem como o acesso aos bens culturais (cinemas, bibliotecas, teatro, museus, entre outros) de forma a garantir o acesso e a permanência na escola. Adequar, de acordo com as normas do DETRAN, o transporte à quantidade de estudantes;
- j. garantir o passe livre a todos os estudantes da rede pública, incluindo sábados, domingos e feriados;
- k. garantir o direito aos responsáveis dos estudantes do primeiro segmento do Ensino Fundamental a acompanhar seus filhos, sem ônus com transporte na ida à escola e na vinda dela;
- l. garantir transporte escolar adaptado, próprio da Prefeitura, aos estudantes com necessidades especiais e ao seu acompanhante, de forma a viabilizar o acesso e a permanência na escola e o acesso aos bens culturais;
- m. implementar e ampliar programas de informatização nas escolas de Ensino Fundamental, garantindo condições de infraestrutura para o uso e funcionamento de salas de informática educativa, atualizando-as com a manutenção contínua de softwares e aparelhos, com professores mediadores concursados com habilitação específica. Oferecer acesso à rede mundial de computadores a todos os estudantes e professores das escolas, no prazo máximo de dois anos após aprovação deste Plano;
- n. implementar e garantir um projeto de obtenção de computadores e acesso gratuito à internet que serão destinados, sem custo aos professores, além de computadores específicos aos professores com necessidades especiais;
- o. garantir a merenda escolar, levando em consideração a qualidade e variedade dos alimentos, com acompanhamento nutricional adequado, realizado por nutricionistas concursados (com ênfase ao atendimento de estudantes com baixo e excesso de peso e problemas de saúde relacionados à alimentação);
- p. garantir formação continuada para as merendeiras, com periodicidade

- bimestral;
- q. garantir condições de infraestrutura adequada para o funcionamento de cozinhas, despensas e/ou depósitos de alimentos, no prazo máximo de dois anos após a aprovação deste Plano;
 - r. ampliar, progressivamente, de forma a cumprir esta meta em dez anos, sendo 50% em cinco anos, a extensão do tempo de permanência dos estudantes nas escolas, de forma a garantir o Ensino Fundamental em tempo integral, não por meio de programas, mas por meio de políticas educacionais. Garantir, para esse fim, a contratação de profissionais específicos, qualificados e concursados. Garantir, ainda, espaço físico e materiais adequados, alimentação, atividades artísticas, culturais e esportivas;
 - s. investir em reformas, ampliações e construções de novas unidades de ensino, oferecendo instalações que atendam aos aspectos de higiene pessoal, climatização, alimentação e a realização das atividades artísticas, culturais e esportivas;
 - t. garantir a implantação e a manutenção de salas-ambientes nas escolas de Ensino Fundamental, com acessibilidade, assegurando a obrigatoriedade da distribuição dos recursos didático-pedagógicos, pelo poder público, nas escolas públicas;
 - u. garantir autonomia às Unidades Escolares para organizarem projetos de apoio à aprendizagem e recuperação paralela, fundamentado num diagnóstico claro e preciso inserido no PPP, com docentes na Unidade Escolar para realizar o acompanhamento contínuo e sistemático dos estudantes com dificuldade de aprendizagem, visando reduzir o índice de retenção e melhorar a qualidade de ensino. Garantir, nesse processo, a participação de psicólogos educacionais concursados para atendimento aos estudantes;
 - v. garantir mecanismos de apoio à aprendizagem com recursos didáticos, financeiros e humanos provenientes da esfera correspondente;
 - w. implementar e garantir espaço físico para a organização de Grêmios Estudantis, como espaço de participação democrática, formação de lideranças e exercício da cidadania;
 - x. assegurar, por meio da realização de concurso público, o número de funcionários em cada unidade escolar proporcional ao número de educandos

- atendidos. Adequar o número de funcionários quando houver necessidades especiais a serem atendidas. Para tanto, será necessário alterar o lotaciograma vigente;
- y. garantir padrões de infraestrutura a todas as modalidades e níveis de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior), durante a vigência deste Plano, incluindo:
1. espaço físico adequado, iluminações elétrica e natural, ventilação, água potável, rede elétrica, comunicação, segurança e ambiente climatizado;
 2. instalações sanitárias e para higiene pessoal adequadas e proporcionais às necessidades e quantidade de educandos, seguindo os princípios do desenho universal;
 3. espaços adequados para desenvolvimento da aprendizagem: linguagens artísticas, aulas de educação física (com quadra coberta, sala de dança, desenvolvimento psicomotor, entre outros), recreação, biblioteca, sala de leitura, sala de multimídia, auditório, sala de recursos para educandos com necessidades especiais equipadas com recursos tecnológicos e pedagógicos, refeitórios e cozinhas equipadas;
 4. adaptação dos prédios escolares para atendimento dos estudantes com necessidades especiais, atendendo ao desenho universal com 50% em cinco anos e 100% até o final do PME;
 5. atualização e ampliação do acervo das bibliotecas;
 6. mobiliários, equipamentos e materiais pedagógicos e laboratórios seguindo o desenho universal, no prazo máximo de três anos;
 7. isolamento acústico das salas dos CIEPs;
- z. assegurar, durante a vigência deste Plano, a universalização do atendimento a todos os educandos do Ensino Fundamental, garantindo o acesso, a permanência, a qualidade e o sucesso de todas as crianças na escola, e que toda a verba pública destinada a essa finalidade seja investida apenas em escolas públicas;
- aa. abrir debate, em 2014, sobre sistema de avaliação, no qual possa ser construído esse sistema pelos profissionais de educação, respeitando a autonomia das Unidades Escolares, considerando as limitações de espaço físico e recursos didáticos disponíveis apontados neste documento, a fim de diagnosticar o nível de desempenho dos estudantes do ensino da rede municipal de ensino e desenvolver ações direcionadas à superação das dificuldades apresentadas, com

objetivo de melhorar a qualidade do ensino, sem que haja qualquer vinculação entre a avaliação e o salário dos profissionais de educação e a destinação de verbas;

- bb. assegurar o atendimento, na rede municipal de ensino, aos estudantes com defasagem no processo de aprendizagem, por meio de políticas públicas e medidas de acompanhamento psicopedagógico e pedagógico, orientados pelas secretarias de educação em conjunto com as escolas, criando Centros de Atendimento próximos à escola (com profissionais de fonoaudiologia e psicologia) para o atendimento dos estudantes e seus familiares;
- cc. assegurar o atendimento adequado aos estudantes com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino, com profissional especializado, concursado e em número suficiente para atender a demanda;
- dd. garantir a criação, em cada distrito, de, no mínimo, dois Centros públicos, que serão responsáveis pelo atendimento especializado aos estudantes com necessidades educacionais especiais;
- ee. promover programas de integração entre escola e famílias, visando efetivar o acompanhamento do rendimento escolar de seus filhos e participação nas questões pedagógicas da escola;
- ff. assegurar, dentro da carga horária de trabalho, um programa de formação continuada aos profissionais da educação da rede pública, por meio de cursos, seminários, oficinas, grupos de estudo e palestras para todos os interessados de acordo com as necessidades, sem prejuízo para o educando;
- gg. facilitar e estimular o acesso dos profissionais da educação a cursos de pós-graduação em programas de mestrado e doutorado, através de parcerias com instituições públicas e privadas, ofertas de bolsas de estudo, com licença remunerada para estudos e progressão de nível;
- hh. consolidar a participação da comunidade na gestão democrática das escolas, instituindo, em até dois anos, a partir da aprovação deste Plano, Conselhos Escolares, com caráter deliberativo, em todas as Unidades Escolares no município;
- ii. promover a participação dos membros da APAEP – Associação de Pais e Amigos da Escola Pública -, AAE – Associação dos Amigos da Escola - e dos Conselhos Escolares da rede pública de ensino em cursos, seminários e

palestras gratuitos e de ampla divulgação com temas que tratem do papel da comunidade na gestão democrática, cidadania e outros temas de interesse específico dos colegiados, inclusive promovendo parcerias com as instituições superiores de ensino e de pesquisa;

- jj. garantir a participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar na revisão permanente do Projeto Político Pedagógico das instituições de ensino da rede municipal, com observância dos Documentos Norteadores em vigência para o Ensino Fundamental;
- kk. assegurar e expandir, a partir da aprovação deste Plano, o atendimento da educação em tempo integral, garantindo, além do núcleo comum, propostas diferenciadas de trabalho com novas Unidades Escolares especializadas nesse atendimento;
- ll. garantir, a partir da aprovação deste Plano, a reforma das bibliotecas já existentes, assegurando o aumento do acervo e o acesso às diversas mídias, garantindo livros em braile e *e-book*;
- mm. criar espaço físico adequado para implantação e expansão de bibliotecas nas escolas do município de Duque de Caxias, sendo 50% nos primeiros cinco anos e 100% ao final de sete anos;
- nn. garantir a acessibilidade a todos os estudantes, de acordo com o desenho universal, sendo 50% nos cinco primeiros anos e o restante durante a vigência do PME;
- oo. garantir, a partir da vigência deste Plano, a continuidade do ingresso, por meio de concurso público, de professores de educação física para atuarem em todas as escolas do município de Duque de Caxias a partir do 1º ano do Ensino Fundamental;
- pp. garantir, a partir da vigência deste Plano, a continuidade do ingresso, por meio de concurso público, de professores de língua estrangeira (inglês e espanhol) para atuarem nas escolas da rede, além de assegurar a oferta do ensino de língua estrangeira para os estudantes do Ensino Fundamental;
- qq. assegurar, com a colaboração da União e do Estado, o provimento da merenda escolar, de qualidade, aos estudantes do Ensino Fundamental, garantindo o acompanhamento de um profissional da área de nutrição;

- rr. inserir, gradativamente, até o terceiro ano de implementação deste Plano, em todo o município, o ensino de artes e educação física com profissionais habilitados e concursados, a partir do primeiro ano de escolaridade do Ensino Fundamental;
- ss. realizar, até 2014, o Censo Escolar de forma a diagnosticar as necessidades do Ensino Fundamental em todas as Unidades Escolares do município;
- tt. considerar os critérios da Tabela 10 para a organização das turmas no Ensino Fundamental, respeitando o espaço físico de um aluno por metro quadrado.

Ano de escolaridade	Quantidade máxima de estudantes
1º ao 3º ano	20
4º e 5º	25
6º ao 9º	30

Tabela – Metas: quantitativo de estudantes por turma no Ensino Fundamental

- uu. matricular no máximo dois estudantes com necessidades educacionais especiais por turma, com a redução de dois estudantes do número de alunos permitido.
- vv. promover, em 2014, discussão sobre o Ciclo de Alfabetização da rede municipal;
- ww. extinguir, gradativamente, até 2015, o turno intermediário (11h às 15h) nas Unidades Escolares da rede municipal, oferecendo em igual proporção, todos os anos de escolaridade nos demais turnos.

16.2.3 Ensino Médio

Apontamentos sobre o Levantamento de Dados do Ensino Médio

Das 250 instituições de ensino (municipais, estaduais, particulares e Ensino Superior) que responderam ao Levantamento de Dados, 24% oferecem Ensino Médio em Duque de Caxias. Constata-se, assim, uma redução da oferta do Ensino Médio neste município. De acordo com a Emenda Constitucional nº 59, Art. 1º § 4º, “Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.”; a questão da universalização tem que ser resolvida até 2016. No caso da cidade de Duque de Caxias, é preciso fazer um levantamento para conhecer a oferta e a distribuição do Ensino

Médio nos distritos.

Os dados levantados no Questionário registram 1303 docentes atuando nesse nível de ensino, enquanto o número de Dobra/GLP é de 213 profissionais.

No quadro a seguir, observa-se a titulação dos professores do Ensino Médio na cidade de Duque de Caxias.

	Escolas Estaduais		Escolas Privadas		Somatório Geral	
Docentes que atuam no Ensino Médio	1166	100,00	87	100,00	1253	100,00
Docentes com dobra/GLP	209	17,92	4	4,60	213	17,00
Curso de formação nos cursos adicionais (formação de Professores)	12	1,03	2	2,30	14	1,12
Curso de formação em licenciatura curta	3	0,26	0	0,00	3	0,24
Nível Superior	937	80,36	73	83,91	1010	80,61
Especialização (pós-graduação)	328	28,13	33	37,93	361	28,81
Mestrado	55	4,72	8	9,20	63	5,03
Doutorado	6	0,51	0	0,00	6	0,48

Tabela – Titulação dos docentes do Ensino Médio

A Rede estadual de educação no município de Duque de Caxias

A Constituição de 1988 prevê e a Emenda Constitucional nº 14/96 ratifica, como dever do Estado, a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96, em seu artigo 10, inciso VI, estabelece que compete ao Estado oferecer, com prioridade, o Ensino Médio, última etapa da Educação Básica.

O parecer CNE/ CEB nº 15/98 fixa diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio, rompendo e superando a dualidade histórica entre orientações propedêuticas ou profissionalizantes, entre objetivos humanistas ou econômicos, decorrentes dos privilégios e das exclusões de acordo com a origem social. Para o Ensino Médio, entretanto, consolidar-se como etapa final da Educação Básica, dever do Estado e direito de cidadania, faz-se necessário desenvolver ações voltadas para o efetivo cumprimento das bases legais que estabelecem suas diretrizes, preveem-lhe finalidades e fixam proposta para sua organização curricular.

Temos, então, que a transformação do Ensino Médio deve ser no sentido de que cumpra sua finalidade dentro dessa nova destinação social, já prevista na Constituição, já inscrita na LDB, já relevada no parecer CNE/ CEB 15/98, qual seja, o de ser efetiva etapa final da Educação Básica, assim denominada porque é básica para o exercício da cidadania, para a inserção em atividades produtivas do mundo do trabalho, para o prosseguimento de estudos em níveis mais elevados, com destaque para a compreensão do significado da

ciência, das letras e das artes, para a educação tecnológica básica, para os princípios filosóficos e o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura, para a língua portuguesa, como instrumento de comunicação, de acesso ao conhecimento e de exercício de cidadania, para a educação religiosa, como instrumento razoável de realização de uma convivência que respeite as diferenças e promova a paz, para o progresso de uma sociedade em contínua transformação, marcada pela crescente incorporação de novas tecnologias, com novas formas de organização do trabalho e de organização social, a exigir novos saberes, novos conhecimentos, novas habilidades, aprendizado contínuo de novos códigos, que nos tornem capazes de ler as novas formas de organização do trabalho e de organização social, e de nelas atuar criticamente. E, para que seja universal, faz-se necessário um currículo articulado a ser desenvolvido em toda e qualquer escola que ofereça, sob a denominação de Ensino Médio, a etapa final da Educação Básica, necessária ao progresso de todo e qualquer indivíduo, de toda e qualquer sociedade. No entanto, faltam recursos didáticos, como livros específicos para cada disciplina bem como bibliotecas e videotecas mais amplas e diversificadas. Os professores não recebem a devida valorização por seu empenho no cumprimento das diretrizes educacionais propostas; falta, obviamente um salário que dignifique o importante papel exercido pelo professor.

SEE/RJ - METROPOLITANA V

A Secretaria de Estado de Educação desempenha, no grande contexto da administração pública, um relevante papel de agente executor e avaliador do cumprimento das políticas educacionais emanadas do governo Federal, sob a égide da Lei Maior da Educação Brasileira, a Lei nº 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Cabe à Secretaria executar a política estadual de educação na busca da elevação do patamar de cultura da sociedade, fazendo uma escola pública democrática e de qualidade.

A finalidade da Secretaria Estadual de Educação é a de assegurar uma educação que garanta o acesso e a permanência, com sucesso, dos educandos na sala de aula. Todo o trabalho dos profissionais que implementam a educação deve estar voltado para a meta não só de garantir o acesso de crianças, jovens, adultos e idosos como também propiciar condições para o seu desenvolvimento integral.

As ações que norteiam o trabalho dos profissionais que atuam no poder central da educação no Estado devem estar voltadas para o funcionamento eficaz das escolas, por

meio do estímulo ao aperfeiçoamento dos professores, os recursos materiais necessários ao trabalho de estudantes, direção e professores, a orientação de todo o fazer pedagógico, incluindo-se os processos de criação de políticas de valorização do magistério. Todas as ações devem estar voltadas para a conquista de uma escola pública de qualidade.

Criar e manter condições para que se realize com êxito todo processo ensino/aprendizagem nas Unidades Escolares da rede estadual deve ser a preocupação inicial do órgão gestor da educação.

A Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, representada pela Coordenadoria Regional Metropolitana V, em Duque de Caxias, atende a população deste município atualmente com 85 Unidades Escolares. Tal atendimento se dá no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Ensino Fundamental:

- Anos Iniciais – 24 Unidades Escolares – 4.572 estudantes matriculados;
- Anos Finais – 81 Unidades Escolares – 36.418 estudantes matriculados;

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos é oferecida, no Ensino Fundamental, em 23 escolas, sendo que 5 da Fase I a Fase V, com 302 estudantes matriculados; nas outras escolas são oferecidas a Fases VI a IX, com 3.593 estudantes matriculados.

O Ensino Médio, na modalidade EJA, é oferecido em 11 Unidades Escolares (I a III Fase), com um total de 4.124 estudantes matriculados.

No Ensino Médio regular, há 63 escolas que oferecem esse segmento. Como matrícula inicial nessa modalidade, há 31.276 estudantes.

Objetivos e Metas

- a. dar condições de acesso ao conhecimento sistemático e universal, bem como aos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática nas áreas curriculares;
- b. estimular o aprimoramento pessoal e social do aluno, com ênfase na formação ética e no desenvolvimento da autonomia, garantindo a preparação básica do aluno para o trabalho, prosseguimento dos estudos e o exercício da cidadania;
- c. estimular o desenvolvimento da atitude crítico-reflexiva, do espírito de investigação, criatividade e solidariedade;
- d. propiciar compreensão e utilização dos conhecimentos das áreas de linguagens, seus códigos e tecnologias, ciências da natureza, matemática e suas

tecnologias e ciências humanas e suas tecnologias, possibilitando o prosseguimento dos estudos;

- e. promover a ampliação da oferta de vagas no Ensino Médio;
- f. universalizar o Ensino Médio e garantir a expansão de escolas técnicas e profissionalizantes de nível médio até 2014, tornando-o acessível a adolescentes e adultos, favorecendo seu crescimento pessoal, social e profissional;
- g. reorganizar os espaços para atendimento aos diferentes níveis e modalidades de ensino, objetivando a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros e a construção com acessibilidade de novos prédios onde for detectada a demanda;
- h. atender a todos os concluintes do Ensino Fundamental, respeitando e garantindo a disposição de 1m² por aluno, com ocupação máxima de 35 estudantes no espaço da sala de aula, inclusive no atendimento noturno;
- i. adaptar os edifícios escolares, garantindo a acessibilidade dos estudantes com necessidades educacionais especiais, de acordo com o desenho universal;
- j. definir e garantir padrões mínimos de infraestrutura para as escolas de Ensino Médio, prevendo:
 - sala de artes com estrutura para a realização de trabalhos à base de água;
 - espaços adequados para as aulas de educação física (salas de dança com espelho, quadra poliesportiva coberta, vestiários, enfim, espaço físico adequado e seguro para atividades físicas em geral);

- biblioteca em cada unidade escolar dotada de acervo bibliográfico, específico e atualizado, para estudantes e professores, com a admissão de profissional de biblioteconomia, por meio de concurso público;
 - laboratório de ciências da natureza;
 - salas de informática educativa e inclusão digital, compatível com os avanços tecnológicos da atualidade e adequado à quantidade de estudantes de cada unidade escolar;
 - auditório para realização de espetáculos e eventos da escola (com palco e camarim);
- k. adaptar as escolas quanto às condições físicas, de acordo com a realidade escolar, bem como mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos para estudantes e professores, incluindo as adaptações necessárias a estudantes com necessidades educacionais especiais, de acordo com o desenho universal;
- l. manter as instalações com conforto e segurança, que garantam melhores condições de ensino e de aprendizagem, de acordo com a realidade e a necessidade de cada escola;
- m. oferecer infraestrutura que viabilize a identidade do Ensino Médio, com o número máximo 35 estudantes por turma, tornando a escola atraente e significativa para o aluno à medida que atenda às novas necessidades da vida social, com uma proposta curricular e de atividades diversificadas para atender os diferentes focos de interesse humano, em suas dimensões individual e social, conforme o estabelecido nas diretrizes curriculares para o Ensino Médio (Parecer CNE/CEB 15/98);
- n. realizar fóruns regionais e estaduais anuais, a partir da aprovação do Plano, para redefinir e consolidar proposta curricular do Ensino Médio, inclusive do curso normal;
- o. garantir políticas públicas para viabilizar as condições materiais e de pessoal necessárias à melhoria da qualidade do ensino da rede pública, objetivando diminuir, gradativamente, a repetência e a evasão, bem como a distorção idade/série;
- p. incentivar e garantir a participação da comunidade na melhoria das escolas, por meio da Associação de Apoio à Escola – AAE;
- q. oferecer curso de formação continuada aos professores, no sentido de efetivar uma política educacional inclusiva que atenda, efetivamente, aos estudantes com necessidades educacionais especiais e aos estudantes com defasagem de idade;

- r. estabelecer estratégias que permitam promover encontro de professores das Unidades Escolares, objetivando uma reflexão sobre a escola, sua finalidade, seus problemas e possíveis propostas para a melhoria do Ensino Médio, dentro do próprio calendário letivo;
- s. articular e viabilizar parcerias, prioritariamente, com as instituições públicas de Ensino Superior e técnico profissionalizante, para o desenvolvimento de ações que propiciem a melhoria do atendimento do educando e conseqüente qualidade de ensino e realizar ampla divulgação de cursos superiores e técnicos profissionalizantes aos estudantes do Ensino Médio;
- t. criar parcerias com a entidade estudantil municipal (UEDC), para o fortalecimento e permanência do grêmio estudantil em todas as escolas;
- u. desenvolver a educação ambiental, tratada como tema transversal, como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, em conformidade com a lei nº 9.795/99;
- v. garantir, em um ano, a partir da aprovação do Plano, a obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia para os três anos do Ensino Médio, com a tarefa básica da construção da cidadania e do pensamento crítico;
- w. oferecer o ensino técnico-profissionalizante e/ou Ensino Médio regular na mesma Unidade Escolar, visando à qualificação dos estudantes e assegurando o acesso e permanência dos estudantes com necessidades educacionais especiais;
- x. buscar parcerias para cursos com estágios remunerados contando como experiência de trabalho perante a Lei 6465 do ECA;
- y. garantir o ensino de artes (visuais, cênicas, danças e música) em todas as séries do Ensino Médio;
- z. garantir a criação da sala para o Grêmio Estudantil, informatizada e com materiais de consumo.

16.2.4 Ensino Superior

Considerando a urgência de somar esforços para garantir um ensino com qualidade social, faz-se necessária a participação das instituições do Ensino Superior localizadas neste município na busca do compromisso com a escola básica, conforme preconizado na LDB, no artigo 43, nos seguintes incisos:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

Os incisos I a VII do artigo 43 justificam a responsabilidade do Ensino Superior com a educação pública como direito na cidade de Duque de Caxias. Essas instituições, Universidade, Faculdades Integradas e Centros Universitários, como patrimônio social, têm muito a contribuir no processo estratégico e de construção de identidade social do município de Duque de Caxias.

As finalidades do Ensino Superior que constam na **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** explicitam uma dimensão pública dessas instituições que se concretizam pela sua capacidade de expressão social, cultural, intelectual e científica. Sem dúvida, os elementos que garantem as condições dessas expressões têm relação com a produção de conhecimento crítico e inovador que deve ser produzido pela Universidade e que requer espaços à diversidade e ao pluralismo. Cabe também às Instituições de Ensino Superior exercer os questionamentos críticos às políticas implementadas e contribuir com ações

propositivas por meio da pesquisa, ensino e extensão que são indispensáveis na contribuição para o desenvolvimento social e educacional.

O documento de Levantamento de Dados foi enviado para seis Instituições de Ensino Superior, sendo 5 (cinco) instituições privadas (Feuduc, Unigranrio, Estácio de Sá, Santa Luzia e Flama) e 1(uma) instituição pública (UERJ/FEBF). Destas apenas a Unigranrio e a FEBF responderam ao documento.

Tendo em vista os temas sugeridos pela Universidade, devem constar como metas para o Ensino Superior a partir de 2014:

- a. adequação dos conteúdos das disciplinas à realidade social dos estudantes da Educação Básica e Ensino Superior;
- b. criação, manutenção e estímulo ao uso de espaços públicos destinados ao estudo e à cultura (bibliotecas e centros culturais nos quatro distritos do município);
- c. passe livre no transporte municipal e intermunicipal para estudantes da Educação Básica e da graduação das instituições públicas e para os estudantes das instituições privadas oriundos do PROUNI;
- d. adequação da estrutura física das Instituições de Ensino Superior para garantir a inclusão e a acessibilidade, obedecendo o desenho universal;
- e. autonomia das Instituições de Ensino Superior para gerir suas necessidades básicas;
- f. valorização da cultura local e regional articulada com a cultura geral da sociedade;
- g. Educação Ambiental no município;
- h. tecnologia e inclusão digital;
- i. pesquisa como princípio educativo;
- j. curso de libras e braile para professores;
- k. integração universidade e escola;
- l. estudo geográfico, histórico e cultural do município;
- m. capacitação de agentes multiplicadores nas temáticas citadas acima;
- n. contribuição na formação profissional do docente por meio de convênios na graduação, especialização, extensão, entre outros;
- o. estreitamento de laços entre a universidade pública e as redes públicas municipal e estadual;
- p. oferecimento de cursos, palestras, seminários e jornadas que atendam às demandas dos educandos e educadores;
- q. elaboração de projetos que viabilizem espaços culturais;

- r. mobilização dos centros acadêmicos, estudantes secundaristas e demais entidades organizadas para a busca de uma educação de qualidade;
- s. conscientização dos trabalhadores da educação quanto à importância da busca da sua autonomia e da autonomia da escola;
- t. formação de grupos de teatro, contação de histórias, corais, gincanas;
- u. proposta de ações dos estagiários nas escolas da rede pública;
- v. capacitação dos professores para uso das tecnologias;
- w. capacitação dos profissionais quanto à pesquisa como princípio metodológico para a aprendizagem;
- x. capacitação dos profissionais quanto às questões ambientais e de sustentabilidade;
- y. capacitação dos educadores no uso da Libras (Língua Brasileira de Sinais);
- z. incentivo a projetos que tenham como foco a identidade cultural e o respeito à diversidade;
- aa. incentivo aos estudantes da rede pública quanto à importância de conservar o bem público;
- bb. mobilização dos estudantes universitários e secundaristas para conquista do passe livre.

Metas

A partir do exposto apresentam-se as seguintes metas para o Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias:

- a. oferecer/aumentar vagas e garantir a permanência na educação superior pública, por meio de compromissos firmados entre os diversos níveis da administração pública no sentido de construir novas instalações, ampliar as existentes, bem como garantir condições de transporte gratuito, bolsas e outras modalidades de auxílio financeiro aos estudantes;
- b. desenvolver programas e projetos de pesquisa e cooperação técnica para a identificação e atendimento de demandas do município em diferentes áreas;
- c. estabelecer convênios para fomentar estágios a graduandos das Instituições de Ensino Superior, bem como aos graduandos moradores no município;
- d. garantir, a partir de critérios democraticamente estabelecidos, a oferta de bolsas-auxílio para estudantes oriundos da rede pública moradores do município de Duque de Caxias que ingressem em instituições públicas de

Ensino Superior em outros municípios do estado.

16.2.5 Jovens, adultos e idosos e o direito à educação

A EJA em Duque de Caxias

Não se pode considerar a história da Educação de Jovens, Adultos e Idosos em Duque de Caxias descolada do contexto da EJA na sociedade brasileira. Para isso o quadro abaixo permite sistematizar os principais marcos históricos dessa modalidade na realidade internacional e nacional ao longo das décadas.

Breves apontamentos sobre os marcos históricos e legais da EJA na realidade brasileira:

Ano/ Marcos históricos e Legislação:

- 1947 - Primeira iniciativa pública – Campanha Nacional de Educação de Adultos 1950 (final) – II Congresso de Educação de Adultos
- 1960 - Elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE) (Paulo Freire)
- 1967 - Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral)
- 1971 - Lei 5692/71- artigo 42 - Ensino Supletivo 1972 - Parecer 699/72
- 1985 - Extinção do Mobral e criação da Fundação Nacional para Educação de Jovens, Adultos e Idosos (Fundação Educar)
- 1988 – Constituição nos artigos 205, 208, 294: uma nova concepção de Educação de Jovens, Adultos e Idosos
- 1990 - Conferência de Jomtien
- 1996 - LDB 9394/ 96: os artigos 37 e 38 tratam da EJA
- 2000 - CNE/CEB 11
- 2001 - No PNE constam 26 Objetivos e Metas que tratam especificamente da EJA Os primeiros registros da EJA, em nosso município, datam de 1946, ocupando espaços coletivos como igrejas e associações. Nos anos 50, poucas escolas trabalhavam com esse público, utilizando uma metodologia baseada no ensino supletivo. Na década seguinte, a teoria de Paulo Freire permeou algumas iniciativas, mas, por serem consideradas revolucionárias, tiveram de ser abandonadas por força do Golpe Militar. Surge o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), que vem ocupar as lacunas deixadas e perdura até 1985, sendo substituído pela Fundação Educar – Programa direcionado ao ensino de

jovens, adultos e idosos, ainda que seu caráter compensatório fosse marcante. Essa fundação desenvolveu suas atividades em Duque de Caxias por apenas quatro anos.

A implementação da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, no município, deve valorizar a identidade específica dos jovens, adultos e idosos.

Ressalta-se que o aluno da Educação de Jovens, Adultos e Idosos traz conhecimentos não escolarizados presentes nas práticas sociais, mas falta a ele sistematizá-los. A dimensão política e social deve fazer parte das discussões em aula a partir do momento em que o interesse do jovem, do adulto e do idoso, trabalhador ou não, é estar engajado e participante no contexto social e cultural em que está inserido.

A necessidade de se adequar as práticas educativas à realidade desses estudantes deve-se ao fato de os mesmos já possuírem um conhecimento cultural e um nível de subjetividade diferenciado das crianças do ensino regular. Faz-se necessária a promoção de ações pelo poder público que garantam a aprendizagem nas escolas da rede pública, regulem a rede privada e acompanhem as iniciativas da sociedade civil, evitando a evasão escolar e os altos índices de retenção. Inclui-se, nesse processo, a necessidade de dar significado à aprendizagem desse aluno.

Todos podem e devem contribuir para o desenvolvimento da EJA: os governantes devem implantar políticas integradas para a EJA; as escolas devem elaborar um projeto adequado para seus estudantes e não seguir modelos prontos e impostos que não contemplem a realidade; os professores devem estar sempre atualizando seus conhecimentos e métodos de ensino. À sociedade cabe contribuir na discussão e na cobrança da implementação de políticas públicas para EJA.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos deve ser sempre uma educação multicultural, uma educação que desenvolva o conhecimento e a integração na diversidade cultural, como afirma Gadotti (1979), uma educação para a compreensão mútua, contra a exclusão por motivos de raça/etnia, sexo (orientação sexual), gênero, cultura, classe social, regionalismo ou outras formas de discriminação e, para isso, o educador deve conhecer bem o próprio meio do educando, o que contribui para uma educação de qualidade.

As redes de ensino públicas e privadas deverão oferecer, aos profissionais que atuam nesta modalidade, formação continuada para que os mesmos possam refletir e criar estratégias e práticas coerentes com a realidade cultural que melhor venham atender às especificidades dos educandos.

Caberá, também, às redes públicas, o investimento necessário para subsidiar materiais didáticos, nas suas unidades escolares, adequados a essa clientela específica em tempo hábil, ou seja, no início do ano letivo, para que se possam criar ambientes estimuladores do processo ensino-aprendizagem.

Alguns aspectos do Levantamento de Dados sobre o ensino noturno na cidade de Duque de Caxias:

Escolas Municipais	Qtd	%
Ensino Regular	36	73,47
EJA	6	12,24
Ambos	1	2,04
Outros	6	12,24
Total	49	100,00
Escolas Estaduais	Qtd	%
Ensino Regular	26	57,78
EJA	11	24,44
Ambos	5	11,11
Outros	3	6,67
Total	45	100,00
Escolas Privadas	Qtd	%
Ensino Regular	0	0,00
EJA	3	60,00
Ambos	0	0,00
Outros	2	40,00
Total	5	100,00
Somatório Geral	Qtd	%
Ensino Regular	62	62,63
EJA	20	20,20
Ambos	6	6,06
Outros	11	11,11
Total	99	100,00

Tabela – Tipologia do Ensino Noturno

Das 246 escolas da cidade de Duque de Caxias que responderam ao Levantamento de Dados, 147 (59,76%) não oferecem EJA. Cabe avaliar se 40,24% das unidades escolares presentes neste município são suficientes para atender a demanda de jovens, adultos e idosos. Caso não seja suficiente, garantir nas outras escolas o atendimento para essa modalidade de ensino.

Embora a legislação tenha contribuído para alguns avanços, ainda é grande a dívida social para com essa modalidade. Poucas são as iniciativas nesse âmbito: encontram-se ações isoladas, fragmentadas e desarticuladas. Programas e campanhas se extinguem sem resultados efetivamente satisfatórios, pois não são políticas voltadas efetivamente para a questão. Sendo assim, urge garantir políticas públicas para minimizar e, se possível, extinguir

os entraves que impossibilitam os avanços em relação a essas dívidas sociais.

Escolas Municipais	Qtd	%
15-25 anos	22	44,90
25-50 anos	27	55,10
-50 anos	0	0,00
Total	49	100,00
Escolas Estaduais	Qtd	%
15-25 anos	19	42,22
25-50 anos	26	57,78
+50 anos	0	0,00
Total	45	100,00
Escolas Privadas	Qtd	%
15-25 anos	3	60,00
25-50 anos	2	40,00
-50 anos	0	0,00
Total	5	100,00
Somatório Geral	Qtd	%
15-25 anos	44	44,44
25-50 anos	55	55,56
-50 anos	0	0,00
Total	99	100,00

Tabela – Distribuição dos alunos de EJA por faixa etária

Como pensar metas para o atendimento curricular e social das faixas etárias apresentadas no gráfico acima?

Escolas Municipais	Estudantes que trabalham		Estudantes Evadidos por causa do trabalho	
	Qtd	%	Qtd	%
100%	0	0,00	0	0,00
De 99% a 80%	4	8,16	2	4,08
De 79% a 60%	13	26,53	2	4,08
De 59% a 40%	15	30,61	7	14,29
De 39% a 20%	7	14,29	13	26,53
Menos de 20%	2	4,08	12	24,49
Não sei responder	8	16,33	13	26,53
Total	49	100,00	49	100,00
Escolas Estaduais	Qtd	%	Qtd	%
100%	1	2,22	0	0,00
De 99% a 80%	5	11,11	2	4,44
De 79% a 60%	16	35,56	2	4,44
De 59% a 40%	14	31,11	6	13,33
De 39% a 20%	6	13,33	13	28,89
Menos de 20%	1	2,22	21	46,67
Não sei responder	2	4,44	1	2,22
Total	45	100,00	45	100,00
Escolas Particulares	Qtd	%	Qtd	%

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

100%	0	0,00	0	0,00
De 99% a 80%	1	20,00	0	0,00
De 79% a 60%	2	40,00	0	0,00
De 59% a 40%	0	0,00	0	0,00
De 39% a 20%	2	40,00	0	0,00

Estudantes que trabalham		Estudantes Evadidos por causa do trabalho		
Menos de 20%	0	0,00	5	100,00
Não sei responder	0	0,00	0	0,00
Total	5	100,00	5	100,00
Somatório Geral	Qtd	%	Qtd	%
100%	1	1,01	0	0,00
De 99% a 80%	10	10,10	4	4,04
De 79% a 60%	31	31,31	4	4,04
De 59% a 40%	29	29,29	13	13,13
De 39% a 20%	15	15,15	26	26,26
Menos de 20%	3	3,03	38	38,38
Não sei responder	10	10,10	14	14,14
Total	99	100,00	99	100,00

Tabela – A EJA e a questão do trabalho

Escolas Municipais	Qtd	%
Sim, com parceria	8	16,33
Sim, sem parceria	6	12,24
Não possui	35	71,43
Total	49	100,00
Escolas Estaduais	Qtd	%
Sim, com parceria	11	24,44
Sim, sem parceria	9	20,00
Não possui	25	55,56
Total	45	100,00
Escolas Privadas	Qtd	%
Sim, com parceria	1	20,00
Sim, sem parceria	1	20,00
Não possui	3	60,00
Total	5	100,00
Somatório Geral	Qtd	%
Sim, com parceria	20	20,20
Sim, sem parceria	16	16,16
Não possui	63	63,64
Total	99	100,00

Tabela – Escolas com projetos que abordem a questão do trabalho

O mundo do trabalho e o trabalho como princípio educativo são temáticas presentes no universo dos jovens, adultos e idosos do ensino noturno.

A proposta de EJA, embora não esteja diretamente orientada na direção do

trabalho, trata, em suas concepções pedagógicas, da necessidade de que as múltiplas áreas do currículo discutam temas como necessidades básicas, cultura, meio ambiente, relações sociais, cidadania e formação profissional.

Os currículos devem considerar a realidade de vida dos estudantes. Compete, aos sistemas de ensino, ampliar e efetivar as articulações com instituições locais voltadas para educação profissional - conforme preconizado no § 3º do art. 37 da LDB/96 – que possam contribuir com ações voltadas para o trabalho, oferecendo encaminhamentos para esse mercado, na busca de mudança do processo excludente que ainda perpassa a história dos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escola em tempo regular.

Diretrizes para EJA

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA), garantida pela Constituição como direito público e subjetivo, tem como prioridade atender às demandas da população no que diz respeito à Educação Básica. Assim, a fim de permitir o acesso e a permanência do educando na escola, erradicar o analfabetismo e evitar a evasão escolar, a EJA estabelece as seguintes Diretrizes:

- a. visar à formação de jovens, adultos e idosos conscientes dos direitos, deveres e valores do cidadão brasileiro;
- b. despertar nos estudantes da EJA o senso crítico, consolidando a autonomia e reconduzindo à construção de sua autoimagem;
- c. oferecer uma escola básica de qualidade que se articule com a educação profissional, priorizando uma educação ampla e com mais qualidade, com projetos que valorizem a cultura, a realidade e os conhecimentos prévios do educando, cumprindo as seguintes funções educacionais: reparar, qualificar e equalizar o ensino;
- d. respeitar a diversidade para erradicar todos os tipos de preconceitos existentes, criando espaços para conscientização;
- e. as redes de ensino públicas e privadas deverão oferecer a formação continuada de professores a fim de que valorizem práticas pedagógicas inovadoras; desde que as mesmas sejam garantidas e asseguradas no horário de trabalho;
- f. garantir a leitura e o acesso às tecnologias a fim de criar condições para que a educação seja de qualidade, formando leitores engajados e participantes no contexto social onde estão inseridos; o acesso às tecnologias está ligado à infraestrutura das unidades escolares, que precisam ser equipadas para tal

finalidade;

- g. criar oportunidades de convivência com um ambiente cultural enriquecedor;
- h. garantir que os dispositivos legais existentes assegurem a presença dos estudantes na escola;
- i. conscientizar o educando da necessidade da preservação ambiental, para que ele contribua com maior compromisso social.

Objetivos e Metas

- a. garantir políticas públicas para EJA a todos os que não tiveram acesso à educação regular em idade própria a fim de erradicar o índice de analfabetismo entre jovens, adultos e idosos;
- b. expandir e garantir oferta de educação para a população de jovens, adultos e idosos, próximo a sua residência, possibilitando o acesso e permanência aos cursos equivalentes ao Ensino Fundamental, inclusive nas áreas rurais, respeitando suas peculiaridades;
- c. realizar, em 2014, o I Censo Educacional, de periodicidade quinquenal, com mapeamento de dados da população analfabeta, Ensino Fundamental e Médio incompletos, existente no município. As respostas desse censo viabilizarão o atendimento da demanda e, conseqüentemente, a elevação da escolaridade da população duquecaxiense;
- d. assegurar recursos financeiros integrais para o atendimento direto da Educação de Jovens, Adultos e Idosos com garantia de um padrão mínimo de qualidade, conforme os documentos do MEC;
- e. assegurar o fornecimento de material didático-pedagógico (livros, mídias, *softwares*) diversificado e adequado aos estudantes e professores da EJA, de acordo com suas especificidades, com implementação iniciada em 2014;
- f. viabilizar, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano, o acesso à informática educacional, ao ensino de educação física e aos projetos de Leitura aos estudantes de Educação de Jovens, Adultos e Idosos, garantindo os profissionais capacitados e, na esfera pública, concursados, independentemente do número de turmas da Unidade Escolar;
- g. garantir a oferta de merenda escolar aos estudantes da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com Programa de controle de alimentação específica para

- hipertensos, diabéticos e com outros problemas de saúde, garantindo a acessibilidade;
- h. assegurar a construção de adaptações curriculares, o atendimento especializado na Educação de Jovens, Adultos e Idosos para os estudantes com necessidades especiais, incluindo material didático-pedagógico e formação continuada, dentro do horário de trabalho do professor, a partir do primeiro ano de vigência deste Plano;
 - i. estabelecer, a partir do 1º ano de vigência deste Plano, parceria com ministérios, secretarias e instituições para atendimento especializado aos estudantes que apresentem deficiência visual e/ou perda auditiva. Tais convênios viabilizarão a confecção e o fornecimento dos recursos ópticos e aparelhos auditivos de que os estudantes necessitem;
 - j. elaborar parâmetros de qualidade para as diferentes etapas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, observando-se as especificidades desses estudantes;
 - k. reelaborar as Diretrizes Curriculares com ampla participação de profissionais de educação para as diferentes etapas da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, observando-se as especificidades desses estudantes a partir da institucionalização da EJA no município;
 - l. discutir a organização e a estrutura do EJA a fim de elaborar e implementar o atendimento mais adequado às especificidades dessa modalidade de ensino: frequência regular/acelerado, reclassificação, etc.;
 - m. propor, em parceria com instituições públicas e privadas, sempre que possível, a oferta de curso básico de formação profissional aos jovens, adultos e idosos do Ensino Fundamental e Médio, com ajuda de custo que assegure alimentação e transporte;
 - n. estabelecer um sistema de avaliação coerente com a proposta educacional vigente para jovens, adultos e idosos, a cada cinco anos, dos Programas voltados para EJA, divulgando os resultados, não os vinculando ao salário dos professores e assegurando o que está previsto no Plano plurianual do município;
 - o. propor a implementação de Programas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos dentro das instituições públicas e privadas para os trabalhadores que não possuem o Ensino Básico;

- p. estabelecer políticas públicas de Educação de Jovens, Adultos e Idosos que promovam a ampliação dos conhecimentos, observando a diversidade cultural presente no município, oriunda de diferentes localidades, contemplando as diversas expressões artísticas a partir da garantia de transporte gratuito;
- q. iniciar o processo de discussão, a partir do ano de 2014, com reuniões bimestrais dentro do período de dois anos, do Centro de Educação para Jovens, Adultos e Idosos (CEJA), com a finalidade de ofertar o Ensino Fundamental para os munícipes jovens, adultos e idosos, em regime semipresencial, visando à formação de cidadãos críticos e participativos;
- r. consolidar programas de formação continuada que abordem temas sobre etnia, cidadania e valores, diversidade cultural, entre outros;
- s. garantir o estabelecimento de parcerias com órgãos públicos para a criação de polos em cada distrito para atendimento exclusivo de atenção à saúde dos estudantes e profissionais de educação, com atendimento psicológico, fonoaudiológico e psicopedagógico, neurológico e fisioterapêutico, oftalmológico e odontológico dessa modalidade;
- t. garantir parcerias com secretarias e instituições a fim de implementar programas de ouvidoria em saúde do trabalhador para todos os profissionais de educação;
- u. garantir o direito, desde o início do ano letivo, ao passe livre nos transportes municipais e intermunicipais para os estudantes da rede pública de ensino de Duque de Caxias, intervindo de maneira mais efetiva no cumprimento da lei;
- v. garantir um quantitativo máximo de estudantes por turma que possibilite um aprendizado efetivo, levando em consideração a necessidade de acompanhamento enfrentada por esse segmento, seguindo a tabela abaixo:

Quantitativo máximo: 1º segment	até 20 estudantes
Quantitativo máximo: 2º segment	até 25 estudantes

Tabela – EJA: quantitativo máximo de estudantes por turma

- w. partir da vigência deste Plano, respeitando padrões de qualidade para o atendimento da EJA e, em vista de garantir o cumprimento do disposto no item b deste artigo, reduzir o número mínimo de estudantes para 10 estudantes por turma;
- x. a extinção de turmas que não alcancem o quantitativo mínimo de estudantes estará vinculada à realização de um processo prévio de avaliação que conte com a

participação da equipe pedagógica da U.E., com o intuito de construir estratégias para minimizar os danos pedagógicos sofridos pelos estudantes envolvidos.

16.2.6 Educação Especial

Escolas Municipais	Qtd	%
Sim	112	67,88
Não	53	32,12
Total	165	100,00
Escolas Estaduais	Qtd	%
Sim	19	34,55
Não	36	65,45
Total	55	100,00
Escolas Privadas	Qtd	%
Sim	11	42,31
Não	15	57,69
Total	26	100,00
Somatório Geral	Qtd	%
Sim	142	57,72
Não	104	42,28
Total	246	100,00

Tabela – Atendimento a educandos com necessidades educacionais especiais*

*Possuem deficiência intelectual/mental, física, visual, auditiva, múltipla, com transtornos globais de desenvolvimento e os educandos com altas habilidades/superdotação. – definições baseadas nos Decretos 3298 de 1999, Decreto 5296 de 2004 e Decreto 5626 de 2005).

Estudantes com deficiência visual (CEGOS) atendidos na escola/instituição ...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	1	0	0	0	1
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	23	0	0	0	23
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	1	2	0	0	3
... no Ensino Médio	0	0	0	0	0
<i>Subtotal 1</i>	25	2	0	0	27
Estudantes com deficiência visual (VISÃO SUB-NORMAL) atendidos na escola/instituição...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	6	0	1	0	7
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	74	2	11	0	87
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	6	43	6	0	55
... no Ensino Médio	0	8	1	0	9
<i>Subtotal 2</i>	86	53	19	0	158

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Visual

Estudantes com deficiência auditiva (HIPO-ACUSIA) atendidos pela escola/instituição...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	5	0	1	0	6
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	93	4	1	0	98
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	43	10	0	0	53
... no Ensino Médio	0	9	0	0	9
<i>Subtotal 3</i>	141	23	2	0	166

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

Estudantes com deficiência auditiva (SURDEZ PROFUNDA) atendidos pela escola/instituição...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	3	0	1	0	4
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	57	1	0	0	58
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	26	8	0	0	34
... no Ensino Médio	0	14	0	0	14
<i>Subtotal 4</i>	86	23	1	0	110

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Auditiva

Estudantes com deficiência física atendidos na escola/instituição...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	29	0	2	0	31
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	144	12	1	0	157
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	19	11	1	0	31
... no Ensino Médio	0	5	1	0	6
<i>Subtotal 5</i>	192	28	5	0	225

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Física

Estudantes com deficiência intelectual / mental atendidos na escola/instituição...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	28	0	3	0	31
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	953	55	4	0	1012
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	37	213	2	0	252
... no Ensino Médio	0	39	1	0	40
<i>Subtotal 6</i>	1018	307	10	0	1335

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Intelectual/Mental

Estudantes com altas habilidades (superdotados) atendidos na escola/instituição...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	2	0	0	0	2
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	34	0	0	0	34
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	5	6	0	0	11
... no Ensino Médio	0	6	0	0	6
<i>Subtotal 7</i>	41	12	0	0	53

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Altas Habilidades

Estudantes com transtornos globais do desenvolvimento atendidos na escola/instituição...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	16	0	1	0	17
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	238	21	16	0	275
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	16	31	6	0	53
... no Ensino Médio	0	10	0	0	10
<i>Subtotal 8</i>	270	62	23	0	355

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Transtornos Globais do Desenvolvimento

Estudantes com deficiência múltipla atendidos na escola/instituição...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	22	0	5	0	27
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	208	8	0	0	216
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	5	1	0	0	6
... no Ensino Médio	0	0	0	0	0
<i>Subtotal 9</i>	235	9	5	0	249

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Deficiência Múltipla

Total de educandos atendidos...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	112	0	14	0	126
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	1824	103	33	0	1960
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	158	325	15	0	498
... no Ensino Médio	0	91	3	0	94
	2094	519	65	0	2678

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Números Totais

Educandos incluídos em classes comuns...	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Escolas Privadas	Instituições de Ensino Superior	Somatório Geral
... na Educação Infantil	57	0	9	0	66
... nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	636	25	29	0	690
... nos Anos Finais do Ensino Fundamental	104	73	15	0	192
... no Ensino Médio	0	8	1	0	9
Total de educandos atendidos em classes comuns	797	106	54	0	957

Tabela – Estudantes com necessidades especiais – Recorte dos educandos incluídos em classes comuns.

Como essas informações podem contribuir no enfrentamento dessa realidade e na elaboração de metas do PME de Duque de Caxias? As informações, ainda que parciais, permitem mapear as ações dos próximos anos articuladas com as necessidades das unidades escolares de nosso município. Diante dessas deficiências, os profissionais que lidam com estudantes deficientes têm formação suficiente para garantir o desenvolvimento da criança e do jovem? Têm suporte da Secretaria de Educação? Onde/Como foi adquirida essa formação? As famílias dos estudantes inclusos têm garantia de suporte eficaz da área da saúde? São questões centrais para se garantir a inclusão escolar das crianças e dos jovens na cidade de Duque de Caxias.

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

Com relação à acessibilidade de pessoas com deficiência, sua escola possui:		Escolas Municipais			Escolas Estaduais			Escolas Privadas			Somatório Geral		
		Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total
Mobiliário Adaptado	Qtd	5	160	165	2	53	55	4	22	26	11	235	246
	%	3,03	96,97	100	3,64	96,36	100	15,38	84,62	100	4,47	95,53	100
Sanitários Adaptados	Qtd	42	123	165	23	32	55	4	22	26	69	177	246
	%	25,45	74,55	100	41,82	58,18	100	15,38	84,62	100	28,05	71,95	100
Corrimão	Qtd	25	140	165	17	38	55	18	8	26	60	186	246
	%	15,15	84,85	100	30,91	69,09	100	69,23	30,77	100	24,39	75,61	100
Sinalização Sonora	Qtd	2	163	165	1	54	55	1	25	26	4	242	246
	%	1,21	98,79	100	1,82	98,18	100	3,85	96,15	100	1,63	98,37	100
Rampas de Acesso	Qtd	63	102	165	27	28	55	17	9	26	107	139	246
	%	38,18	61,82	100	49,09	50,91	100	65,38	34,62	100	43,50	56,50	100
Salas adaptadas (portas mais largas para cadeirantes, etc.)	Qtd	35	130	165	21	34	55	4	22	26	60	186	246
	%	21,21	78,79	100	38,18	61,82	100	15,38	84,62	100	24,39	75,61	100
Pisos antiderrapantes	Qtd	20	145	165	11	44	55	14	12	26	45	201	246
	%	12,12	87,88	100	20,00	80,00	100	53,85	46,15	100	18,29	81,71	100
Pisos adaptados para deficientes visuais	Qtd	0	165	165	0	55	55	0	26	26	0	246	246
	%	0,00	100	100	0,00	100	100	0,00	100	100	0,00	100	100
Intérprete de Libras	Qtd	5	160	165	6	49	55	1	25	26	12	234	246
	%	3,03	96,97	100	10,91	89,09	100	3,85	96,15	100	4,88	95,12	100
Computadores Adaptados	Qtd	3	162	165	1	54	55	0	26	26	4	242	246
	%	1,82	98,18	100	1,82	98,18	100	0,00	100	100	1,63	98,37	100
Não possui nenhuma das opções acima	Qtd	82	83	165	17	38	55	3	23	26	102	144	246
	%	49,70	50,30	100	30,91	69,09	100	11,54	88,46	100	41,46	58,54	100

Tabela – Condições à acessibilidade de pessoas com deficiência nas escolas de Duque de Caxias

Cabe destacar que a tabela 27 remete ao conceito de acessibilidade que não se restringe ao aspecto arquitetônico e/ou instrumentos adaptados, mas que consiste em garantir o máximo de condições físicas e humanas para possibilitar a inclusão.

Diagnóstico

A Educação Especial foi implantada, no município de Duque de Caxias, em 1979, como um desdobramento do serviço de Orientação Educacional, para dar conta do grande número de estudantes com mais de três anos de repetência nos anos iniciais. Foram implantadas classes especiais em unidades da rede para estudantes com deficiência mental (terminologia utilizada naquela época) e estudantes com deficiência auditiva. Vale ressaltar que o município de Duque de Caxias foi um dos primeiros a implantar este serviço, quatro anos após o Ministério de Educação ter implantado o Centro Nacional de Educação Especial.

Em 1989, o sistema educacional do município passou por uma transformação teórica que repercutiu de forma contundente na práxis pedagógica adotada até então. Naquela época, os estudos do Construtivismo e do Sociointeracionismo permitiam análises críticas em relação a questões como fracasso escolar e estudantes indicados para a

Educação Especial. As pesquisas de Schneider (1974), Paschoalick (1981), Yamamoto (1990) foram decisivas para a emergência da necessidade de se estabelecer uma revisão da rede. Esses estudos apontavam para a necessidade de os sistemas de ensino reverem a situação das equipes de Educação Especial, que muitas vezes serviam para classificar, rotular e estigmatizar estudantes que fracassavam nas séries iniciais devido ao próprio fracasso do sistema.

A rede municipal possui atendimento educacional em alguma modalidade de suporte da Educação Especial (Sala de Recursos ou Classes Especiais), oferecido nos quatro distritos. Dados relacionados ao Programa BPC (Benefício Prestação Continuada) na escola (2008) revelavam a existência de 1131 municípios com deficiência e carência social associada, dos quais somente 268 encontravam-se recebendo algum atendimento educacional na rede, o que revelava um déficit de quase mil vagas necessárias para atendimento a essa parcela de estudantes.

Houve recentemente a ampliação significativa dos espaços destinados a educandos com necessidades educacionais especiais, que soma aproximadamente 1675 estudantes. Até o mês de maio de 2010, contabilizam-se 92 salas de recursos, 73 classes especiais para estudantes com deficiência intelectual/mental, 11 classes especiais para estudantes com transtornos globais do desenvolvimento, 2 classes especiais para estudantes com deficiência visual e 12 classes de educação de surdos.

Regulamentar as parcerias que já foram iniciadas, entre as quais se destacam: Hospital Infantil Ismélia da Silveira, Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil, Centro de Atenção à Pessoa com Deficiência, Coordenadoria de Atendimento à Pessoa com Deficiência, Programa de Atendimento Desportivo, Conselhos de Direitos e Conselho Tutelar. Faz-se urgente e necessário, no entanto, que tais parcerias assegurem, de fato, o atendimento que lhes cabe oferecer, de forma mais ampla e sistemática.

Destacam-se, também, as parcerias com a Pestalozzi de Niterói (Pendotiba), que já beneficiaram inúmeros estudantes com a concessão de próteses e órteses, com o Núcleo Pró-Acesso da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por meio de palestras e orientações acerca das adequações físicas, com a Escola de Inclusão da UFF, no suporte ao Programa de altas habilidades/superdotação, com o Núcleo de Educação Inclusiva da UERJ, em parcerias como atendimento pedagógico hospitalar e oficinas de acessibilidade ao currículo, e a parceria com a Secretaria Nacional de Educação Especial, que trouxe para o município, a partir de 2009, 25 salas de recursos multifuncionais e cursos de atualização e pós-graduação na modalidade a distância em parceria para a UAB, beneficiando os

professores do atendimento educacional especializado. Ressaltamos, entretanto, que tais parcerias não devem substituir a ação e responsabilidade do poder público municipal, devendo, assim, se apresentar como medidas complementares.

Diretrizes

A Educação Especial fundamenta-se em legislações nacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), o Plano Nacional de Educação (PNE) (10172/01), o Plano Nacional de Educação (PNE) em Direitos Humanos, o Decreto 3298/ 99, que trata da política de integração da pessoa portadora de deficiência, o Decreto 5296/04, que define a política de acessibilidade, o Decreto 6571/08, que reestrutura a Educação Especial e os recursos do FUNDEB, bem como a Resolução 4 de 2009 do Conselho Nacional de Educação, que institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Destaca-se, também, o fato de o governo Brasileiro ter sido signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que reafirma os princípios da educação inclusiva, contidos na Declaração de Salamanca, de 1994, e no Pacto de Educação para Todos, de 1990.

A Secretaria Municipal de Educação estrutura-se com os seguintes serviços e Programas de apoio à inclusão de educandos com necessidades educacionais especiais:

- a. Apoio administrativo;
- b. Programa de sala de recursos;
- c. Programa de deficiência intelectual/mental;
- d. Programa de educação de surdos;
- e. Programa de autismo e demais transtornos globais do desenvolvimento;
- f. Programa de deficiência visual;
- g. Programa de deficiência física, múltiplas e tecnologias assistivas;
- h. Programa de altas habilidades/superdotação;
- i. Programa de classe hospitalar;
- j. Programa de Educação Especial na Educação Infantil;

Os integrantes dos Programas supracitados, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, respondem pelo processo de avaliação e direcionamento dos estudantes para as modalidades de atendimento em parceria com as equipes técnicas das unidades escolares, promovem ciclos de encontro com os profissionais das escolas, planejam e executam as

formações continuadas, realizam visitas às unidades escolares para avaliação e formação nos grupos de estudos.

Metas

A meta central para a gestão da Educação Especial é proporcionar acessibilidade e permanência como princípio e prática para redução das barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais em relação aos estudantes com necessidades educacionais especiais, em um prazo de quatro anos, dando subsídios para que a escola possa, de fato, estar garantindo esse acesso, garantindo a viabilização de recursos financeiros suficientes para o alcance dessas metas.

Dessa meta, desdobram-se outras:

- a. ampliação e aperfeiçoamento do processo de formação continuada, dentro do horário de trabalho, dos professores de atendimento especializado e os de classes de ensino regular, garantindo aos profissionais de educação que não atuam na educação especial e que desejarem, acesso a essa formação;
- b. realização de concurso, a partir de 2014, na rede pública (cuidadores, monitor na educação de surdos, assistentes de instrutor de libras, intérpretes de libras, especialistas em braille), e garantia de contratação desses profissionais nos estabelecimentos da rede privada;
- c. estabelecer e implementar mecanismos de entrosamento com os demais setores da SME; de forma a garantir unicidade nas ações previstas para a gestão da educação especial;
- d. garantir espaços de discussão e debate com profissionais da educação acerca do redimensionamento do modelo de ação da educação especial de implementação para consultoria, do qual pode resultar ou não a adoção desse modelo na rede municipal de ensino;
- e. implementar processo de entrosamento permanente com as creches e escolas;
- f. converter as classes atualmente denominadas como “oficinas pedagógicas” para classe especial de jovens, adultos e idosos;
- g. ampliar gradativamente, de acordo com as necessidades e possibilidades de cada aluno, a carga horária dos estudantes atendidos em classes denominadas “horário reduzido”, além de garantir a autonomia da unidade escolar no sentido de planejar, organizar e executar essa ampliação de carga horária,

- sendo asseguradas condições estruturais e humanas para essa ampliação;
- h. tornar obrigatória a modalidade de sala de recursos em cada creche ou escola da rede pública, equipada com material necessário para o pleno atendimento aos educandos até o ano de 2014;
 - i. garantir, por meio do oferecimento de vagas nas unidades de ensino públicas, o ingresso à Educação Infantil, a partir de zero ano, às crianças com necessidades educacionais especiais, sendo garantidas pelo poder público condições estruturais às unidades escolares para a efetivação de tal prática;
 - j. conscientizar e envolver as famílias dos estudantes com necessidades especiais em todo o processo decisório de sua vida escolar;
 - k. estabelecer parcerias com outras Secretarias da Prefeitura e instituições públicas a partir da criação de Centros Multieducacionais para atender exclusivamente aos estudantes da rede pública, com serviços de psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional, assistência social, fisioterapia, em quantidade de dois por distrito;
 - l. estimular a participação da sociedade civil e do poder público na estrutura de Conselhos de Direito da Pessoa com Deficiência;
 - m. buscar recursos na Secretaria Nacional de Educação Especial, por meio da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE - e agências de fomento, no sentido de garantir formas de colaboração entre os sistemas municipal, estadual e federal de ensino;
 - n. promover parcerias técnicas com Universidades e Centros de Estudo, para propiciar uma formação mais sólida, articulando teoria e prática;
 - o. garantir e implementar, de forma permanente, curso de formação para professores de salas de recursos, professores de ensino regular e outras modalidades de suporte à Educação Inclusiva, para todos os profissionais envolvidos no processo educacional, dentro do horário de trabalho;
 - p. oferecer curso permanente de gestão para Educação Inclusiva de educandos com necessidades educacionais especiais (oferecido de forma aberta e permanente a gestores e equipe técnica);
 - q. oferecer, dentro do horário de trabalho, Curso de Libras para profissionais de educação que atuam diretamente com estudantes surdos, familiares, comunidade e outros profissionais interessados, bem como oferecer Curso de Braille e

- Sorobã para profissionais de educação que atuam com estudantes cegos. Tais cursos devem ser amplamente divulgados;
- r. implantar, em parceria com a saúde, nos três primeiros anos de vigência deste PME, polos/centros descentralizados de atendimento especializado (fonoaudiólogos, psicólogos, fisioterapeutas, neurologistas, oftalmologistas, entre outros profissionais) para viabilizar o atendimento aos estudantes em cada distrito;
 - s. ampliar, a partir de 2014, a modalidade de professor itinerante para apoio a professores que recebem estudantes com necessidades especiais nas classes regulares, sendo este concursado e com formação específica em educação especial;
 - t. sistematizar a modalidade de classe hospitalar no Hospital Infantil Ismélia da Silveira e implantá-la nos demais hospitais da rede pública, com profissionais de educação concursados, especializados para essa função. Garantir o atendimento também à rede hospitalar privada com profissionais contratados pela instituição mantenedora;
 - u. garantir, a partir da aprovação do Plano, a contratação de profissionais, por concurso público, para criação de quadros de apoio à Educação Especial, como instrutor e intérprete de Libras e monitores de Libras (para as turmas com estudantes surdos) e cuidadores (para turmas com estudantes que necessitem de apoios mais intensos nas atividades de vida diária);
 - v. iniciar a implantação de Núcleos de Desenvolvimento de Potencialidades;
 - w. implementar, a partir de 2014, nas redes pública e privada, os serviços de apoio de tecnologia assistiva para produzir, avaliar e/ou adquirir materiais e equipamentos necessários ao processo de inclusão, tanto relativo ao material pessoal do aluno, como de uso coletivo (instrumentos musicais, bolas adaptadas, livros falados, digitalizados, material em braile, pranchas de comunicação, adaptações para acesso ao computador, *softwares* leitores de tela e para produção de material, cadeiras adaptadas, carteiras adaptadas, computadores, scanner, impressora braile, máquina perkins, lupas, bengalas e demais facilitadores de comunicação e vida diária destes educandos);
 - x. efetivar o processo de transformação da Escola Municipal Regina Celi Cerdeira em Centro de Referência de Metodologias Inovadoras de Práticas Pedagógicas Inclusivas, respeitando o processo de consulta a esta UE;

- y. garantir que cada rede implemente Sala de Recursos para atendimento educacional especializado;
- z. garantir, nas redes públicas estadual, federal e na rede privada, a profissionalização, estágio e inserção, no mercado de trabalho, de jovens, adultos e idosos com necessidades educacionais especiais;
- aa. garantir, nos regimentos escolares, critérios de avaliação diferenciados para os estudantes com necessidades educacionais especiais, garantindo o direito à continuidade de sua vida escolar;
- bb. garantir a utilização dos recursos específicos para esse fim, advindos do FUNDEB, para ações ligadas ao atendimento educacional especializado;
- cc. ampliar o atendimento da sala de recursos para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos;
- dd. implantação de núcleos de educação inclusiva em todas as Instituições de Ensino Superior públicas e privadas;
- ee. fortalecer o processo de inclusão, garantindo que as ações propostas tenham continuidade no segundo segmento do Ensino Fundamental e nos demais segmentos da educação nas redes públicas e privadas.

16.3 Democratização do acesso e permanência nas diferentes modalidades e diversidades: transversalizando a educação

16.3.1 Educação Profissional

Para contemplar a modalidade da educação profissional no Plano Municipal de Duque de Caxias, deve-se destacar a área trabalho e educação considerando a formação do jovem e do adulto para a qualificação profissional, articulando a formação específica com a formação geral, a teoria com a prática, a formação regular inicial com as diversas formas dessa formação.

Constam na Lei de Diretrizes e Bases (9394/96) que *“a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”* (art. 39) e que *“a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”* (art. 40).

As passagens acima reforçam, do ponto de vista legal, a urgência de superação da concepção de educação profissional voltada para os interesses exclusivos do mercado de

trabalho e separada da formação geral e teórica.

A Lei 11741/2008 ratifica essa concepção de integração a partir da sua finalidade, que é redimensionar e integrar as ações da educação profissional técnica de Ensino Médio, a Educação de Jovens, Adultos e Idosos e a educação profissional tecnológica.

Na relação trabalho e educação, deve-se ter por base o processo de humanização e, portanto, deve-se “*superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico-tecnológica e na sua apropriação histórico-social*” (MEC, 2007, p. 41). Cabe inserir, na agenda dos próximos dez anos de planejamento da educação profissional nesta cidade, a concepção “*do trabalho como princípio educativo, no sentido de superar a dicotomia trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual do trabalho ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos*” (MEC, 2007, p. 41).

Mas o que significa, na realidade educacional da escola básica e da educação profissional, o trabalho como princípio educativo?

Compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não significa „aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isso, se apropria dela e pode transformá-la. (MEC, 2007, p.45).

Essa concepção remete à questão da politecnia, que pressupõe a transmissão dos “princípios gerais e de caráter científico de todo o processo de produção, além da iniciação no manejo de ferramentas elementares das diversas profissões” (Machado, 1988, p. 88-89). A perspectiva da politecnia permite alcançar três objetivos essenciais. São eles: “intensificação da produção social, a produção de homens plenamente desenvolvidos e a obtenção de poderosos meios de transformação da sociedade capitalista” (Machado, 1988, p.88 e 89)

Considerar a proposta da educação profissional articulada à Educação Básica exige a discussão e a compreensão de dois conceitos básicos: educação como princípio educativo e educação politécnica. Esses devem ser debatidos com a finalidade de fazer o contraponto à adoção acrítica do conceito de competências enquanto diretriz pedagógica da política educacional vigente.

A oferta da educação profissional em Duque de Caxias: informações iniciais
O poder público (municipal e/ou estadual) não tem oferecido muitas opções de ações na

modalidade da educação profissional. Tudo indica que elas ocorrem a partir de programas federais, da iniciativa privada ou do terceiro setor. No entanto, um dos desafios desse PME é traçar metas para realizar o diagnóstico da educação profissional na cidade de Duque de Caxias. A seguir, apresentaremos os cursos oferecidos no âmbito estadual e federal.

Cursos Técnicos da rede estadual de educação

O Curso Técnico em Metrologia funciona no Colégio Estadual Círculo Operário, em parceria com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial). O curso tem 87 estudantes matriculados no ano de 2010.

O Curso Técnico em Contabilidade, ministrado no Colégio Estadual Fernando Figueiredo, apresenta uma grande procura – 50 estudantes.

O Curso de Formação de Professores (antigo Curso Normal) é oferecido a 2.387 estudantes matriculados, distribuídos em cinco unidades escolares: a) Colégio Estadual

Alexander Graham Bell – Jardim Primavera; b) Colégio Estadual Barão de Mauá -Xerém; c) Colégio Estadual Dr. Alfredo Backer – Vila Ema; d) Colégio Estadual

Fernando Figueiredo – Parada Angélica/Imbariê; e) Instituto de Educação Governador Roberto Silveira – Vinte e Cinco de Agosto/Centro.

A Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT), oferece educação profissional gratuita, em diversos níveis de ensino, à população do Estado do Rio de Janeiro. Criada em 10 de junho de 1997, a Fundação reúne escolas técnicas estaduais, unidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, industrial e comercial, Institutos Superiores de Educação e Tecnologia e Centros de Educação Tecnológica e Profissionalizante. A FAETEC possui unidades da CETEP (Centro de Educação Tecnológica e Profissionalizante) no centro de Duque de Caxias, em Imbariê e em Xerém.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - campus Duque de Caxias, está situado no bairro do Sarapuí com oferta de cursos integrados ao Ensino Médio: manutenção e suporte em informática; petróleo e gás; polímeros; cursos concomitantes/subsequentes ao Ensino Médio: petróleo e gás; polímeros e segurança do trabalho e curso superior de graduação: licenciatura em química.

Iniciativa Privada e Terceiro Setor

A dimensão real do quantitativo e da atuação da iniciativa privada e do terceiro setor na educação profissional de Duque de Caxias deve ser sistematizada, pois não há dados suficientes que permitam compreender a qualidade da oferta, seu conteúdo pedagógico e sua

relação com as demandas da cidade. Essa ausência de dados organizados configura-se um dos desafios deste PME, especialmente porque é um dos aspectos centrais para subsidiar uma política pública para essa modalidade.

Importa frisar que a FUNDEC - Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico e Social de Duque de Caxias - não é uma referência de oferta de educação profissional no município; portanto, não deve ser destinada verba da educação para tal instituição.

Diretrizes

- a. implementar políticas públicas que possibilitem a educação profissional articulada à Educação Básica e em regime de colaboração (federal, estadual e municipal);
- b. articular a educação profissional com a Educação Básica significa que se deve *“integrar o Ensino Médio e a educação profissional, garantindo-se uma base unitária de formação geral, gerar possibilidades de formações específicas”* (MEC, 2007, p.47);
- c. considerar o trabalho como princípio educativo como um referencial para a implementação da proposta pedagógica institucional, o que *“equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade, por isso, se apropria dela e pode transformá-la”* (MEC, 2007, p. 45) [...] *“no sentido de superar a dicotomia do trabalho manual/trabalho intelectual, de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo, de formar trabalhadores capazes de atuar como dirigentes e cidadãos”* (MEC, 2007, p. 41);
- d. a educação profissional não deve estar reduzida ao saber prático nem aos interesses e demandas do mercado de trabalho. Dessa forma, essa formação deve garantir o compromisso ético e cidadão do profissional;
- e. o PME deverá dar especial atenção à vocação produtiva do município quando da formulação do Projeto Político Pedagógico na educação profissional.

Metas

- a. realizar, no prazo de 2 anos, Censo para sistematizar um diagnóstico das demandas e das ofertas da educação profissional na cidade de Duque de Caxias na esfera pública, na privada e no terceiro setor;
- b. expandir a oferta de educação profissional pública a partir da articulação, por meio do regime de colaboração entre os governos federal, estadual e municipal;
- c. organizar um fórum de debates sobre educação profissional, até 2015, com a

- finalidade de implementar políticas públicas e debater as concepções teóricas em diálogo com o trabalho como princípio educativo, politécnica e escola básica de formação unitária;
- d. garantir, na formação de professores da educação profissional, instrumentais teórico-didáticos para a implementação da articulação entre educação específica e Educação Básica;
 - e. o poder público deve garantir o financiamento da educação profissional apenas para as instituições públicas;
 - f. os entes públicos, por meio do regime de colaboração, deverão criar, num prazo de três anos, um cronograma para garantir a melhoria das condições de oferta da educação profissional, considerando: investimentos em infraestrutura, formação de professores, melhoria salarial e concurso público;
 - g. é fundamental para a formação completa nessa modalidade oferecer efetivos suportes técnico e pedagógico: aulas de recuperação, apoio à aprendizagem e classes de aperfeiçoamento, Grupo de Estudo, entre outros;
 - h. ampliação do número de unidades da CETEP (Centro de Educação Tecnológica e Profissional), nos quatro distritos, tendo em vista o número da população de Duque de Caxias.

16.3.2 Educação Tecnológica e a Distância

Tecnologias na Educação

Uma educação em movimento atrai, para as suas articulações, novos conceitos e estruturas, que ampliam seu potencial para uma formação cidadã. Daí utilizar os recursos da tecnologia como meras ferramentas educacionais é desvalorizar o que a própria educação conceituou. Quando a tecnologia recebe a conotação de educacional, refere-se a “*todas as ferramentas intelectuais, organizadoras e de instrumentos à disposição de ou criados pelos diferentes entes envolvidos no planejamento, na prática e na avaliação do ensino.*” (Sancho, 1999, p. 17).

Nesse sentido, à medida que surgem novas tecnologias de informação e de comunicação, as possibilidades de se ler e agir no mundo se tornam cada vez mais complexas, tornando imprescindível a atualização e o aprofundamento constantes para que o uso dos espaços tecnológicos que estão se formando nas escolas seja feito de maneira consciente e produtiva em termos de construção de conhecimento e desenvolvimento

humano.

Este é o caminhar que visa a promover a inclusão digital, transformando o espaço escolar, possibilitando ao educador interagir de forma significativa com essa nova geração de estudantes, que já nasceram mergulhados numa lógica diferente, a do pensamento digital. Com isso, buscamos ampliar as possibilidades de uma construção significativa do conhecimento, considerando, para tal, soluções propostas por meio das inúmeras tecnologias que possam auxiliar a prática pedagógica e despertar nos professores que ainda oferecem resistência ao uso das tecnologias um novo olhar, trabalhando para quebrar as barreiras existentes para formar plenamente cidadãos capazes de atuar conscientemente na sociedade do conhecimento.

Nossa meta é que todas as escolas do município possuam salas de informática educativa equipadas, até 2014, e ambiente de comunicação sem fio em todo o seu perímetro, contando, além disso, com a presença fundamental dos professores mediadores de Tecnologia Educacional. Nesse contexto, os professores mediadores buscarão direcionar o uso das tecnologias no ambiente escolar para que ocorra a construção de conhecimento e não mera utilização de ferramentas tecnológicas. Esse trabalho deve acontecer de forma interdisciplinar com os professores regentes para atender os estudantes.

Metas

- a. possibilitar, por meio da tecnologia, novas formas de aprendizagem que contribuam para a melhoria do desempenho escolar;
- b. pesquisar, desenvolver e utilizar *softwares* pedagógicos em parceria com os professores regentes com a finalidade de construir e ampliar os conhecimentos sobre determinados conteúdos;
- c. despertar a atenção dos estudantes para as ações propostas na sala de informática educativa e na sala de aula;
- d. incentivar a busca pelo conhecimento;
- e. favorecer a mudança de atitude, estimulando o companheirismo na realização das atividades propostas e possibilitando a socialização dos equipamentos tecnológicos, por meio da cooperação e autonomia;
- f. contribuir para a familiarização e o acesso dos educadores e educandos em relação aos novos meios tecnológicos;
- g. estimular a concepção de novos valores e de um pensamento crítico sobre o uso das tecnologias e de suas contribuições para o desenvolvimento da

sociedade;

- h. oportunizar a presença do professor mediador de Tecnologia Educacional como figura elo entre as novas tecnologias e o seu uso pedagógico, bem como assistência técnica permanente, em todas as salas de informática;
- i. propiciar a interação entre os professores mediadores de Tecnologia Educacional, estimulando a troca de experiências em encontros mensais;
- j. manter o Núcleo de Tecnologia Educacional Municipal (NTE-M) ativo, por meio da formação continuada dos professores regentes, dos professores mediadores, das equipes internas da SME e das equipes administrativas da escola;
- k. oportunizar a participação de todos os profissionais em eventos voltados, principalmente, para as áreas de Tecnologias da Informação e da Comunicação e Tecnologia Educacional (fóruns, seminários, congressos, encontros, etc.) a fim de garantir a atualização profissional de todos os educadores e técnicos, bem como divulgação e socialização de soluções e práticas desenvolvidas;
- l. explorar o potencial dos recursos da educação a distância (EAD) na modalidade semipresencial no processo de formação continuada dos professores, aprofundando, assim, simultaneamente o conteúdo específico e o conhecimento tecnológico;
- m. prover, até 2015, as escolas com pontos de acesso à internet de alta velocidade como meio de promoção da qualidade dos conteúdos ministrados e de contribuição para a formação dos educandos como pesquisadores;
- n. promover a disseminação e o uso das ferramentas necessárias para adoção de formatos abertos de arquivos para a citação, armazenamento e disponibilização de qualquer conteúdo digital (textos, planilhas apresentações, desenhos vetoriais, imagens, som, vídeos e sistemas operacionais), preferencialmente por meio de soluções baseadas em *software* livre.

Entende-se por formatos abertos de arquivos aqueles que: I- possibilitam a interoperabilidade entre diversos aplicativos e plataformas, internas e externas; II- permitem aplicação em quaisquer restrições ou pagamento de royalties; III- podem ser implementados plena e independentemente por múltiplas plataformas, sem quaisquer ônus relativos à propriedade relativos à propriedade intelectual para a necessária tecnologia. (Protocolo de Brasília).

16.3.3 Educação Ambiental

*O cântico da terra
Eu sou a terra, eu sou a vida (...)
eu sou a grande Mãe Universal (...)
A ti, ó lavrador, tudo quanto é meu.
Teu arado, tua foice, teu machado.
O berço pequenino de teu filho.
O algodão de tua veste e o pão de tua casa...
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho, do gado e da tulha.
Fartura teremos e donos de sítio felizes seremos.
(Cora Coralina)*

A situação ambiental de Duque de Caxias pode ser expressa em algumas palavras, tais como: problemas ambientais, descaso do poder local e ausência de políticas públicas para essa questão.

Esses problemas ambientais podem ser divididos em globais, regionais e locais, porém essa divisão é mais didática do que real, pois as questões ambientais são amplas e complexas, envolvendo diferentes áreas do conhecimento.

Os problemas ambientais de influência global

Os problemas globais que nos atingem estão relacionados às mudanças climáticas e, principalmente, ao efeito estufa. Essa questão está associada aos meios de transporte do município, que não são planejados, e à ausência de uma política pública para a mobilidade, o que aumenta a emissão dos gases das mudanças climáticas em nosso município. Além dessa causa, podemos destacar as queimadas em áreas de desmatamento e os animais de criação (cavalos, bois e etc.), que liberam metano por meio de suas fezes.

Os problemas ambientais de influência regional

O mais importante problema ambiental desse tipo são os poluentes emitidos pela refinaria de petróleo – a REDUC, bem como as empresas adjacentes, e isso é uma grande contradição para nós, pois os maiores estimuladores da economia do município se constituem nos maiores poluidores.

Dentre os problemas ambientais de influência regional, destacamos:

1. hexaclorociclohexano;
2. o lixo jogado nos rios, lagoas, valões e canais;
3. a ocupação desordenada das áreas de proteção ambiental;
4. a grilagem de terra;
5. a exploração mineral - que polui os lençóis freáticos - e a extração de argila, que subtraem a vegetação, provocam a erosão etc.;
6. o aterro metropolitano do Jardim Gramacho;
7. a emissão de gases poluentes pelas empresas instaladas em Campos Elíseos – 2º distrito de Duque de Caxias.

Cabe lembrar que não existe atividade humana sem impacto ambiental. Dentre os problemas ambientais causados pela Refinaria, o mais significativo é a emissão de milhares de toneladas de gases para a atmosfera, saturando a bacia aérea do 2º distrito e

causando doenças respiratórias e alérgicas.

Além dessa fonte fixa de emissões de gases e material particulado na atmosfera, cabe destacar a poluição gerada pelos meios de transporte coletivos e individuais (queima de óleo diesel e outros combustíveis) e o tráfego intenso nas vias de circulação. A poluição gerada diminui a qualidade do ar e, conseqüentemente, aumenta as internações de crianças e idosos nos hospitais de rede pública e privada da região metropolitana, tal qual a falta de saneamento básico, uma das maiores causas de insalubridade, sobretudo, nas áreas não próximas ao centro do município.

A mata atlântica, que está perdendo aproximadamente 4 m²/dia de nossa cobertura vegetal, conta hoje com apenas 20% da vegetação original no território municipal (SOS Mata Atlântica, 2000; CIDE, 2000). Esses dados complicam ainda mais a questão, pois pesquisas apontam que a destruição das florestas tem contribuído para o aumento da perda da biodiversidade (desaparecimento de espécies de diferentes seres vivos) do município. Toda a área de Mata Atlântica, considerada de grande magnitude, representa um grande corredor ecológico, ligando os campos de altitude, a floresta atlântica de montanha (Petrópolis, Magé e Guapimirim) até as áreas de manguezais.

Também relacionado a essa destruição, temos o problema da comercialização dos animais e plantas silvestres nas feiras livres do município e fora dele, por meio do comércio nacional e internacional ilegal de animais e plantas e da biopirataria, isto é, roubo de exemplares da biodiversidade brasileira para desenvolvimento de produtos. Esses problemas facilitam a adaptação dos vetores transmissores de doenças, comprometem as condições de urbanização das nossas cidades e tornam os moradores alvo preferencial desses transmissores.

Outro grave problema regional está relacionado à bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, pela falta de políticas públicas de saneamento (os rios e a bacia se encontram em avançado estado de degradação ambiental - eutrofização, poluição por metais pesados). Além da falta de balneabilidade, esse problema pode gerar conseqüências gravíssimas, como a infertilidade das mulheres e homens de regiões abastecidas por água contaminada,

O grave problema das inundações também está relacionado ao desmatamento, descarte inadequado do lixo e à ocupação irregular das margens dos rios e áreas de mangue, pois as matas protegem o solo, moderando o escoamento superficial da chuva, controlando a sua infiltração e permitindo a entrada de água no subsolo mais profundo

Os problemas ambientais de influência local

Os problemas ambientais locais estão relacionados principalmente ao ordenamento do território e da ocupação do espaço, ao uso da terra, ao gerenciamento dos resíduos sólidos e à poluição sonora.

A poluição sonora é uma das formas mais graves de poluição local, principalmente porque os problemas de saúde atrelados a ela demoram a aparecer e são de difícil solução. Em Duque de Caxias, os incômodos acústicos resultam, sobretudo, dos ruídos provocados pelo tráfego intenso de veículos, além dos provenientes da indústria, da construção com acessibilidade civil, das obras públicas, do som das festas em clubes e ruas e do tráfego aeronáutico. Pouca coisa tem sido feita pelo poder público local e estadual para fiscalizar e coibir esse tipo de poluição.

Os problemas ambientais relacionados ao ordenamento do território, à ocupação do espaço e ao uso da terra estão diretamente ligados à demanda por novas áreas para ocupação de moradias e à ausência de projetos de moradia para populações em risco social. Daí surge a necessidade de revisão do zoneamento do município de Duque de Caxias com a parceria com acadêmicos multidisciplinares (geógrafos, engenheiros civis, etc.) para desenvolver projetos. Para tanto, a prefeitura deve promover medidas educativas nas empresas para a manutenção dos manguezais e uma política de Leis municipais deve ser aprovada para a preservação desses ecossistemas.

A divulgação e a discussão sobre a implementação do Plano Diretor entre as instituições de ensino públicas e privadas constituem-se uma ferramenta para promoção de debate com a comunidade. A divulgação e a discussão devem ser realizadas a partir da iniciativa do poder público, por meio de palestras e oficinas nas escolas, incluindo nessas discussões a destinação dos recursos provenientes da compensação ambiental. Tais iniciativas formam novas lideranças que contribuem para a construção de um futuro sustentável para a cidade de Duque de Caxias.

Sugerimos, também, a criação de materiais didáticos sobre educação ambiental e o seu fornecimento às escolas, para que sejam trabalhados de maneira contínua. Quanto à reciclagem do lixo, gostaríamos de deixar clara a obrigação da participação do poder público em sua efetiva implementação, assim como na coleta seletiva do lixo.

O problema que envolve o lixo talvez seja o assunto mais abordado dentro das unidades escolares, mas importa frisar que outras questões ambientais devem ser debatidas para ampliar a participação de toda a comunidade educadora na resolução dos problemas ambientais de nossa cidade.

Segundo os dados do Censo 2000 (IBGE, 2003), no Brasil, 79% dos domicílios são

atendidos com serviço de coleta de lixo; na área rural, esse percentual cai para 13%, ou seja, 35 milhões de pessoas estão sem coleta direta do seu lixo.

Outra questão muito importante sobre o tema está relacionada à transformação dessa atividade em mero comércio, cujo lucro está acima de tudo, e a respectiva inexistência de uma empresa do poder público municipal corresponsável por essa atividade estratégica para a população desta cidade, isto é, a defesa dos serviços públicos de saneamento como única forma de universalizar o acesso e a concepção de que a gestão integrada dos resíduos sólidos e as demais atividades ligadas ao saneamento são serviços essenciais à vida e voltados para a promoção da saúde pública (Santos et alii, 2009, p.15).

Essa lógica mercadológica atinge milhões de pessoas que estão excluídas dos benefícios dos serviços voltados para a promoção da saúde pública, isto é, as populações mais pobres, que moram em regiões distantes ou de difícil acesso, que não têm acesso à coleta de lixo, bem como a outros serviços públicos garantidos por meio da Constituição Federal de 1988 (artigos 6 e 255), da Lei Nacional do Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) e da Lei Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/1997).

Quais devem ser as oportunidades de Educação Ambiental que se descortinam à nossa frente diante de cenário tão desolador?

As unidades escolares devem contribuir para a melhoria da qualidade de vida do bairro e da cidade a partir de um conhecimento mais profundo da realidade local. A partir desse conhecimento, a escola deve promover o debate com os estudantes e com a comunidade. A maior participação da comunidade do entorno das unidades escolares nas atividades educativas permite a troca entre o conhecimento do senso comum e o conhecimento acadêmico.

Como construir uma escola e um bairro sustentáveis?

Por meio da política dos 5 Rs. cada “r” representa uma palavra e está relacionado a diversas ações de enfrentamento das questões socioambientais que envolvem o lixo, tais como: repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar (coleta seletiva).

Repensar está relacionado a informações e conhecimentos técnicos/científicos atuais que nos fazem repensar nossos hábitos e construir novas competências que auxiliem na mudança da baixa qualidade de vida da maioria da população.

Recusar está relacionado ao desafio de não consumir produtos altamente impactantes ao ambiente. Cabe aí o enfrentamento a um consumismo desenfreado e

predatório promovido pela lógica do capital.

Reduzir significa consumir menos produtos e preferir aqueles que ofereçam menor potencial de geração de resíduos, tenham maior durabilidade e apresentem alta eficiência energética.

Reutilizar embalagens e produtos está associado à ideia de dar uma nova utilidade a eles para aumentar sua vida útil e retardar o seu descarte. Os materiais que não tiverem mais utilidade devem ser encaminhados para uma Cooperativa de Catadores a fim de gerar renda.

Reciclar: a coleta seletiva está associada à ideia da reciclagem, no entanto, se as embalagens (resíduo sólido reciclável) não forem separadas e limpas do resto do lixo, perdem valor de comercialização. Para que isso não ocorra é preciso atender às especificações técnicas necessárias para a atividade industrial da reciclagem.

Objetivos e Metas

- a. instituir o Fórum em Duque de Caxias para a discussão da Agenda 21;
- b. estabelecer um sistema de coleta seletiva, reciclagem de materiais, reaproveitamento de alimentos e estimular outras práticas sustentáveis em todas as unidades escolares do município;
- c. faz-se necessário o trabalho de conscientização contínua na comunidade escolar, a fim de transformar as posturas, de modo que maximizemos os recursos naturais, possibilitando uma relação harmônica com o meio ambiente;
- d. oferecer, aos profissionais de educação, cursos para a elaboração de materiais pedagógicos a partir da reciclagem;
- e. divulgar a real situação ambiental em nosso município, identificando seu maior poluidor, e as possíveis transformações necessárias à melhoria da qualidade ambiental;
- f. promover debates a fim de ampliar a participação de todos os segmentos da sociedade na solução dos problemas ambientais;
- g. promover encontros com profissionais da comunidade que atuem no ramo de reutilização de materiais reaproveitáveis para produção de artesanato e outros produtos que possam ser utilizados no dia a dia, propiciando um ambiente de troca de conhecimentos significativos e também de formas alternativas de sustento;

- h. garantir, a partir da vigência deste Plano, a coleta seletiva do lixo em todas as unidades escolares do município, contribuindo para a formação da consciência ecológica;
- i. dar continuidade ao projeto da coleta de óleo usado (*Seu óleo tem destino certo*), sempre ressaltando o impacto ambiental negativo causado pelo óleo descartado em local não apropriado;
- j. construir biodigestores em, no máximo, cinco anos, a partir da vigência deste Plano, em todas as unidades escolares do município de Duque de Caxias;
- k. o poder público deverá fomentar, na rede escolar, a realização de projetos de coleta de água da chuva, reuso da água e reciclagem de papel e materiais plásticos e metálicos.

Esses desafios estão associados à construção de uma nova cultura, chamada de **consumo sustentável**, isto é, à transformação de nossos hábitos em direção a escolhas e estilos de vida mais sustentáveis desde o ponto de vista econômico, social e cultural (...) a fim de não comprometer a sobrevivência das gerações futuras (IDEC, 1998, p. 45 e 12).

Considerações finais

A Constituição do Brasil (1988), em seu artigo 225, afirma que *“todos temos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”*

Para realizarmos essa empreitada, necessitamos buscar as informações e os conhecimentos necessários que promovam a qualificação do debate ambiental em nosso município e possibilitem, às comunidades, associação de moradores, ONGs e unidades escolares, conhecer melhor os problemas que afetam o cotidiano e permitir a construção de espaços democráticos de diálogo e de busca de soluções socioambientais coletivas.

16.3.4 Quilombola/ Africanidade/ Etnia/ Indígena

Nos últimos anos, em especial a partir da Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias correlatas, realizada em Durban, África do Sul, em 2001, observa-se um avanço das discussões acerca da dinâmica das relações raciais no Brasil, em especial, das diversas formas de discriminação racial vivenciadas pela população negra.

A Educação Básica ainda é profundamente marcada pela desigualdade no quesito qualidade e é possível constatar que o direito de aprender ainda não está garantido para todas as nossas crianças, adolescentes, jovens e mesmo para os adultos que retomaram aos bancos escolares. Uma das mais importantes marcas dessa desigualdade está expressa no aspecto racial e social.

A Lei 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003, um marco histórico, vem corroborar o art. 26 da Lei 9394/96 – LDB, ao simbolizar, simultaneamente, um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira.

O art. 11 da LDB indica que os municípios se incumbem, dentre outras coisas, de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

(...);

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

O presente Plano recomenda, portanto, no espírito da Legislação vigente, que os municípios, em seus sistemas, cumpram e façam cumprir o disposto da Resolução CNE/CP 01/2004, inclusive observando, na sua rede privada, a necessidade de obediência à LDB, alterada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/08. Esta segunda introduz a questão indígena como foco de trabalho para a naturalização da mesma no currículo escolar. Ressalta-se que ambas as questões devem compor esse cotidiano formando a trílice estrutura (indígena, branca e negra) que forma a cultura nacional.

Diretrizes

Ampliar, no sistema de ensino, referenciais curriculares da história e cultura afro-brasileira e indígena sob o enfoque de ações étnico-raciais em colaboração com as entidades representativas do movimento negro, por meio da mediação da Secretaria Municipal de Educação e do Conselho Municipal de Educação, com supervisão por parte dos movimentos negro e indígena e do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro e da promoção da igualdade racial e étnica de Duque de Caxias, respeitando a autonomia de cada

segmento. Por meio do planejamento pedagógico, manter e universalizar a oferta de formação continuada para os professores, equipe técnico- pedagógica e gestores, envolvendo a comunidade durante o processo.

Garantir políticas afirmativas no campo educacional com o objetivo de permitir o acesso de negros e negras, indígenas e ciganos, de todos os cidadãos, a todos os níveis de modalidade do ensino brasileiro. Ao mesmo tempo, identificar as manifestações de preconceito, racismo e discriminação com o objetivo de superar tais idiosincrasias para a construção de uma sociedade democrática, plural e mais igualitária. Dessa forma deve ser garantido, a partir do ano de 2014, a produção e oferta de material didático sobre a temática africana, afrodescendente, indígena e cigana a partir da perspectiva da história do município de Duque de Caxias e da baixada fluminense, utilizando-se para isso de instituições que discutam essas questões específicas no município.

Objetivos e Metas

- a. apoiar as escolas para garantir a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, por meio de ações colaborativas com os fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, Conselhos Escolares, equipes pedagógicas e sociedade civil;
- b. orientar as equipes gestoras das Secretarias de Educação para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e também garantir a formação continuada e adequada, com o mínimo de 60 horas, por meio de curso de capacitação para que os professores de todas as áreas de conhecimento sejam mediadores desses conteúdos;
- c. promover formação dos quadros funcionais do sistema educacional, de forma sistêmica e regular, mobilizando de forma colaborativa atores, como fóruns de educação, Instituições de Ensino Superior, NEABS - Núcleos de Estudos Afro-brasileiros, SECAD/MEC - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, sociedade civil, movimento negro, indígena e cigano, entre outros que possuam conhecimento da temática;
- d. articular com a UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - e a UNCME – União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - apoio para a construção participativa de Planos Municipais de Educação que contemplem a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de

história e cultura afro-brasileira, africana, indígena e cigana da Lei 11.645/08;

- e. realizar consultas nas escolas, gerando relatório anual a respeito das ações de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, indígena e cigana;
- f. desenvolver cultura de autoavaliação das escolas e na gestão dos sistemas de ensino por meio de guias orientadores com base em indicadores socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero produzidos pelo INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ;
- g. garantir a participação nos fóruns de educação e diversidade étnico-racial;
- h. disponibilizar material de apoio pedagógico adequado para o trabalho cotidiano;
- i. garantir a oferta de curso de formação continuada elaborado por profissionais especializados no debate da diversidade cultural.

16.3.5 Educação, Gênero e Saúde

A educação democrática, popular, inclusiva e plural, embasada no conceito de Estado Laico da Constituição Federal, inaugura a possibilidade de construirmos uma escola mais justa e solidária, compromissada com as várias funções sociais e políticas que ela deve assumir na sociedade.

Ao sistema educacional, inserido no processo de transformação da realidade econômica, política, histórico-cultural, corresponde, portanto, uma parcela significativa de responsabilidade na formação integral de sujeitos de direitos. Trata-se de um espaço institucional privilegiado para a convivência social e o estabelecimento de relações intersubjetivas favoráveis à formação para os direitos humanos e o enfrentamento de toda forma de discriminação, contribuindo para a mudança de padrões de comportamento e de valores de crianças, jovens, adultos e idosos. Nesse sentido, a estrutura curricular do Ensino Básico, em todas as suas modalidades, deve contemplar diferentes abordagens interdisciplinares, intersetoriais e complementares, rumo a uma educação de qualidade, que pressupõe a busca por equidade e à valorização da diversidade.

Uma política educacional que tem por pilares a gestão compartilhada entre os diversos atores da comunidade escolar, a promoção da saúde integral e o comprometimento

com uma educação inclusiva, não sexista, não racista, não lesbofóbica e não homofóbica, não somente facilita o acesso e a permanência do educando na Educação Básica, como aponta para a construção de uma sociedade mais justa, em que os direitos humanos de todas e todos sejam, de fato, respeitados.

Para o trabalho das questões de Gênero na escola será necessário:

- a.* promover a formação continuada de gestores e profissionais de educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades;
- b.* discutir a educação sexista como uma construção histórica associada ao empoderamento do homem; fazendo desta uma discussão que perpassa todos os anos de escolaridade;
- c.* consolidar as perspectivas de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com necessidades especiais e o respeito à diversidade em todas as suas formas;
- d.* promover medidas educacionais para o enfrentamento da violência contra mulheres, considerando as dimensões étnico-raciais, geracionais e de orientação sexual, com ênfase também para o enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças, jovens e adolescentes;
- e.* aprimorar a avaliação do material didático e paradidático em relação a gênero, raça/etnia, orientação sexual e direitos humanos;
- f.* apoiar atividades de produção de conhecimento sobre gênero raça/etnia, orientação sexual e direitos humanos;
- g.* realizar campanhas que estimulem a participação feminina no ensino tecnológico e profissional, bem como nos espaços políticos;
- h.* estimular a participação da coletividade na busca pelo atendimento das demandas trazidas pelo contexto de vulnerabilidades;
- i.* estimular a participação da comunidade escolar nos espaços de discussão de questões de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional, de pessoas com necessidades especiais;
- j.* estimular, se necessário, medidas que reduzam a exclusão educacional de mulheres quilombolas;
- k.* perceber, com especial atenção, o contexto em que a unidade escolar está inserida, buscando consolidar hábitos saudáveis e atitudes preventivas, em

- relação aos agravos à saúde, bem como nas relações de gênero, raça/etnia, orientação sexual, geracional e das pessoas com necessidades especiais;
- l.* discutir sobre a relevância do papel das mulheres na construção de uma sociedade justa e sustentável, bem como do processo histórico de seus movimentos;
 - m.* esclarecer sobre adoecimentos, seus agentes causais, sintomas e necessidade de tratamentos específicos, na perspectiva da saúde ambiental, feitos por profissionais da área;
 - n.* implementar as políticas públicas, na área da educação, da saúde, da assistência social, programas para atendimento a adolescentes e jovens e os serviços pertinentes, viabilizando a utilização e apropriação efetiva dessas políticas, regulamentando e priorizando o atendimento das solicitações feitas pelas unidades escolares;
 - o.* explanar sobre situações de vulnerabilidade dos sujeitos individuais e coletivos, destacando aquelas que estão mais afeitas às crianças, adolescentes e jovens, como: gênero, violência, abuso sexual, drogas, doenças sexualmente transmissíveis, HIV / AIDS, gravidez na adolescência, homo e transsexualidade, homo, lesbo e transfobia;
 - p.* implementar ações educativas que contribuam para a redução da morbidade e mortalidade feminina no município/Brasil;
 - q.* estimular debates sobre a feminização da AIDS e outras DSTs;
 - r.* estimular debates e ações sobre a importância do planejamento familiar;
 - s.* considerar as interfaces entre diversidade sexual, sexualidade e reprodução para discutir as expectativas e os valores associados à maternidade, à paternidade, à fertilidade e à esterilidade, assim como os preconceitos a respeito da relação entre a orientação sexual e a reprodução (ou a ausência dela), as identidades e relações de gênero, os direitos sexuais e reprodutivos, a violência, a família e os novos arranjos familiares, etc.;
 - t.* estabelecer parcerias para promoção de palestras e divulgação de medidas educacionais para o enfrentamento de violência contra a mulher nos seus direitos;
 - u.* criação de um centro de referência em gênero e diversidade, em nível de Secretaria Municipal de Educação com parcerias das outras esferas

- governamentais;
- v. garantir que na escolha dos livros didáticos e paradidáticos sejam contempladas as discussões de gênero, combate à discriminação racial e combate às homofobias;
 - w. criar uma comissão inter-racial e inter-religiosa e de gênero contra a intolerância, que atuará sobre posturas éticas, religiosas e raciais, fomentando políticas públicas, o debate e a tolerância religiosa, composta de professores com matrícula municipal indicados pela Secretaria e pelo Sindicato da categoria e que a referida comissão seja um elo entre o Ministério Público e os grupos discriminados para denúncias sobre discriminações.

Questões a serem superadas

- a. a sexualidade pensada exclusivamente sob uma perspectiva biológica e heteronormativa, sem levar em conta sua dimensão cultural e histórica;
- b. a sexualidade e o exercício da mesma como forma de empoderamento nas relações de gênero; o corpo humano – sempre de pessoas brancas, tornando invisível a diversidade étnico-racial do país;
- c. o corpo humano concebido como um organismo e estudado tendo como foco principal a função reprodutiva;
- d. o estudo isolado do “aparelho reprodutor”, sem considerar o papel socialmente construído para o homem e a mulher;
- e. a concepção positivista de corpo humano;
- f. a desinformação sobre a rede municipal/estadual de atendimento à mulher em situação de violência doméstica;
- g. a ideologia de que os direitos das mulheres foram “dados”, dando relevância ao processo histórico que levou à conquista desses direitos;
- h. deve-se focar também na educação masculina como questão problemática, pois os homens também carregam o peso de atender às expectativas. Não se pode destacar somente a questão da mulher: a saúde do homem tem que ser tratada na educação como algo indispensável para que o homem não seja desumanizado.

Tendo em vista essas reflexões, é necessário que haja contribuições de todos os profissionais que possam atender a necessidade premente de proporcionar uma educação que vá além de qualquer tipo de preconceito e que resgate as questões do

direito de aprender e de ser de todo cidadão. No entanto, sugerimos uma parceria mais ampla e efetiva entre as áreas da saúde e educação, já que muitas questões educativas podem ser tratadas juntamente com os profissionais da Saúde.

16.3.6 Ensino Religioso

Paulo Freire, em *Pedagogia do Oprimido*, ressalta que ninguém educa ninguém, mas a comunidade educa-se à medida que todos aprendem e ensinam concomitantemente, discutindo os inúmeros saberes construídos e consolidados no debate franco e fraterno, contextualizado nas dores e alegrias das vivências de todos os envolvidos.

O Ensino Religioso deverá enfatizar a cidadania e a sociedade, não interferindo nos dogmas das religiões, observando a tolerância e o respeito a todas as religiões.

Para contribuir com o respeito e a tolerância, é fundamental entender a natureza do ser humano com o qual se pretende interagir e, assim, refletir sobre a religiosidade do ser humano, valorizando sua capacidade de transcender e historicizar.

Essa proposição busca ser coerente com a atual compreensão do processo de ensino-aprendizagem, vigente no Brasil, no qual o conhecimento não é percebido como algo externo ao indivíduo, algo adquirido por meio de mera transmissão, e muito menos como algo que o indivíduo constrói independentemente da realidade exterior, dos demais e de suas próprias capacidades pessoais. É, antes de tudo, uma construção histórica e social, na qual interferem variáveis como fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos.

A implantação do Ensino Religioso, com ênfase nos valores humanos, busca, por meio de sua proposta, possibilitar a construção de um mundo melhor e mais fraterno, proporcionando uma elevação de sua consciência e uma mudança em sua perspectiva de vida. Nesse sentido, ressalta-se o enfoque social sobre os processos de ensino e aprendizagem como também a compreensão do processo de desenvolvimento na construção do conhecimento pelos quais o indivíduo constrói suas representações. Baseando-se nisso e, em consonância com os princípios democráticos, o objetivo do Ensino Religioso é uma educação que favoreça o exercício do diálogo, da pesquisa, do estudo, da construção e reconstrução coletiva dos saberes, o respeito ao diferente e às diferenças, a prática da solidariedade e a participação e valorização da diversidade cultural brasileira.

A tecnologia avança, mas o ser humano, como ente participante de uma sociedade, continua sendo desafiado a ampliar sua humanização. Nessa perspectiva, o papel da educação e, em particular, do Ensino Religioso, é fazer a (re)ligação entre os diferentes

saberes, vivenciar a (re)descoberta do humano existente em cada um e a (re)leitura do fenômeno religioso na pluralidade cultural brasileira no contexto educativo, a fim de garantir a participação autônoma do cidadão na sociedade.

A Constituição Federal do Brasil, art. 210, parágrafo 1º, trata do Ensino Religioso. Nesse contexto, considerando a escola um espaço privilegiado, a Lei federal nº 9.475, de 22 de julho de 1997 (que dá nova redação ao art. nº 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – LDB) determina: *“o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Ensino Fundamental”*.

Baseando-se nessa prerrogativa, o Ensino Religioso da rede pública do município de Duque de Caxias se propõe a ter um olhar reflexivo sobre a realidade em que está inserido e, assim, favorecer a formação da cidadania e a socialização dos valores humanos fundamentais no âmbito da escola, da família e da sociedade, assegurando o respeito à diversidade numa perspectiva didático-pedagógica.

O Ensino Religioso desenvolverá uma proposta pedagógica clara, objetiva e coerente com as teorias e concepções da educação, promovendo um enfoque social sobre os processos de ensino-aprendizagem e a compreensão do processo de desenvolvimento na construção do conhecimento.

Objetivos

- a. encaminhar processos de aprendizagem processual, tendo em conta os conhecimentos anteriores dos educandos e seus contextos socioculturais;
- b. desenvolver práticas pedagógico-didáticas contextualizadas e organizadas, segundo o PPP da unidade escolar;
- c. desenvolver e integrar as várias dimensões (racional, intuitiva, poética, ética, estética, mística, espiritual) do ser humano;
- d. desenvolver metodologia participativa, promovendo a interação do grupo;
- e. desenvolver hábitos e atitudes de respeito, cooperação e solidariedade.

Existem olhares que diminuem, coisificam o outro; há outros olhares que revivificam, iluminam [...] desses olhares, uma pessoa sai mais pura, orgulhosa e, como se engrandecida, nossa vida vale muitas vezes pelo olhar sob o qual a gente se põe. (Leloup, 2007, p. 112).

O Ensino Religioso, devido ao artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - 9394/96, que o regulamenta como disciplina, tem sido foco de novos estudos, pesquisas e reflexões; entretanto, não se pode pensar o Ensino Religioso dentro da

identidade escolar se o mesmo não fizer parte do Projeto Político Pedagógico da escola.

O Projeto Político Pedagógico tem a necessidade de estar em diálogo com a realidade escolar e atento a ela, inclusive no que tange à religiosidade. O PPP deve encarar o Ensino Religioso como parte do processo educativo. Como ressalta Oliveira (2007), *“é na cultura da escola que a diversidade se manifesta na multiplicidade de comportamentos, atitudes, valores, símbolos, significados, linguagens, roupas, bem como nos referenciais utilizados pelos sujeitos para realizar suas escolhas e dar sentido à vida.”*

Vale frisar que defendemos uma educação laica e, por isso mesmo, a retirada da obrigatoriedade de oferta do Ensino Religioso na LDB. Apesar disso, demos conta, neste PME, das diretrizes, metas e objetivos, já que esse ensino existe em nossa Rede.

O professor que apresentar interesse deverá desenvolver um projeto demonstrando as suas reais condições de atender as propostas do Ensino Religioso, sendo seu projeto apreciado e aprovado ou não pelo Conselho Escolar. Cabe à SME realizar a formação de profissionais de educação religiosa do quadro de professores concursados da Rede.

Os professores formados para trabalhar com o Ensino Religioso devem contribuir para:

- a. abertura para a alteridade do educando no sentido de respeitá-lo, ouvi-lo, simpatizar e dialogar com ele;
- b. ver todos como iguais em direitos e deveres e, ao mesmo tempo, diferentes em suas potencialidades e realizações;
- c. ter consciência de que o progresso científico e tecnológico não dá respostas para todos os problemas; homens e mulheres continuarão a ser incompletos, inacabados e, por isso, sempre buscarão respostas além do mundo sensível e material;
- d. buscar continuamente a competência técnica (pedagógica), política (relacionamento) e ética (comportamento) por meio do aprimoramento contínuo do conhecimento (racional), do sentimento (emocional) e da operacionalização (prática);
- e. evitar a simples repetição de conteúdos e, ao mesmo tempo, ter consciência de que o conhecimento não deve ser resultado apenas da transmissão- assimilação de conhecimentos, mas consequência de uma parceria que constrói novos conhecimentos e cidadãos;
- f. garantia do respeito à diversidade religiosa e à participação facultativa do aluno nas aulas de Ensino Religioso. Os responsáveis devem ser consultados quanto à participação ou não do aluno nestas aulas.

16.3.7 Educação e as medidas de proteção integral à criança e ao adolescente

A Constituição de 1988, em seu artigo 277, que ressalta a criança, o adolescente e seus direitos, abriu horizonte para o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi regulamentado pela Lei nº 8069, de 13/07/1990. Essas duas legislações deram fundamentação jurídica e social para garantir a doutrina da proteção integral de respeito aos direitos da infância e da adolescência. O ECA “*dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente*”. Em seus artigos 1º e 3º, “*a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por Lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade*”.

Isso significa que cabe à família, à comunidade, à sociedade em geral e ao poder público a proteção e prioridade no cuidar da criança e do adolescente, conforme os artigos 4º (o seu parágrafo único) e 5º:

Art. 4º - É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

Art. 5º - Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da Lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

No ECA, constam ainda os direitos fundamentais (vida, saúde, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar, cultura, lazer, educação, profissionalização e trabalho), o direito à prevenção, à prevenção especial, às medidas de proteção (da prática de ato infracional e às medidas socioeducativas). Para contribuir com esse último aspecto, sistematizamos algumas informações do Levantamento de Dados realizados nas escolas (municipais, estaduais e privadas) e nas instituições sociais do município.

Algumas informações sobre as condições das crianças e dos adolescentes a partir do Levantamento de Dados.

	Escolas Municipais			Escolas Estaduais			Escolas Privadas			Somatório Geral			
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	
Grêmio Estudantil	Qtd	2	163	165	18	37	55	2	24	26	22	224	246
	%	1,21	98,79	100,00	32,73	67,27	100,00	7,69	92,31	100,00	8,94	91,06	100,00
espaços culturais para os alunos	Qtd	30	135	165	24	31	55	17	9	26	71	175	246
	%	18,18	81,82	100,00	43,64	56,36	100,00	65,38	34,62	100,00	28,86	71,14	100,00
atividades de lazer para os alunos	Qtd	115	50	165	43	12	55	25	1	26	183	63	246
	%	69,70	30,30	100,00	78,18	21,82	100,00	96,15	3,85	100,00	74,39	25,61	100,00
crianças / jovens da escola sofrem algum tipo de violência	Qtd	140	25	165	45	10	55	7	19	26	192	54	246
	%	84,85	15,15	100,00	81,82	18,18	100,00	26,92	73,08	100,00	78,05	21,95	100,00

Tabela – A escola e as condições para infância e adolescência

Tipo de Violência	Escolas Municipais			Escolas Estaduais			Escolas Privadas			Somatório Geral			
	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	Sim	Não	Total	
Psicológica	Qtd	115	50	165	32	23	55	3	23	26	150	96	246
	%	69,70	30,30	100,00	58,18	41,82	100,00	11,54	88,46	100,00	60,98	39,02	100,00
Física	Qtd	91	74	165	26	29	55	0	26	26	117	129	246
	%	55,15	44,85	100,00	47,27	52,73	100,00	0,00	100,00	100,00	47,56	52,44	100,00
Sexual	Qtd	54	111	165	15	40	55	0	26	26	69	177	246
	%	32,73	67,27	100,00	27,27	72,73	100,00	0,00	100,00	100,00	28,05	71,95	100,00
Cultural	Qtd	88	77	165	17	38	55	1	25	26	106	140	246
	%	53,33	46,67	100,00	30,91	69,09	100,00	3,85	96,15	100,00	43,09	56,91	100,00
Doméstica	Qtd	94	71	165	32	23	55	5	21	26	131	115	246
	%	56,97	43,03	100,00	58,18	41,82	100,00	19,23	80,77	100,00	53,25	46,75	100,00
Policial	Qtd	30	135	165	11	44	55	0	26	26	41	205	246
	%	18,18	81,82	100,00	20,00	80,00	100,00	0,00	100,00	100,00	16,67	83,33	100,00
Bullying	Qtd	70	95	165	32	23	55	1	25	26	103	143	246
	%	42,42	57,58	100,00	58,18	41,82	100,00	3,85	96,15	100,00	41,87	58,13	100,00
Verbal	Qtd	109	56	165	39	16	55	4	22	26	152	94	246
	%	66,06	33,94	100,00	70,91	29,09	100,00	15,38	84,62	100,00	61,79	38,21	100,00

Tabela – Tipos de violência sobre a criança e o jovem na cidade de Duque de Caxias

As questões que foram respondidas pela sociedade civil e algumas escolas também apresentam informações importantes para considerarmos a situação de direito à criança e ao adolescente na cidade de Duque de Caxias. Observem as tabelas abaixo.

	1		2		3		4	
Escolas Municipais	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Sim	151	92,64	125	77,64	132	80,98	151	92,64
Não	12	7,36	36	22,36	31	19,02	12	7,36
Total	163	100,00	161	100,00	163	100,00	163	100,00
Escolas Estaduais	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Sim	47	83,93	42	76,36	47	83,93	54	96,43
Não	9	16,07	13	23,64	9	16,07	2	3,57
Total	56	100,00	55	100,00	56	100,00	56	100,00
Escolas Privadas	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Sim	11	68,75	3	21,43	4	25,00	16	100,00

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

Não	5	31,25	11	78,57	12	75,00	0	0,00
Total	16	100,00	14	100,00	16	100,00	16	100,00
Instituições de Ensino Superior	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Sim	2	50,00	2	50,00	1	25,00	4	100,00
Não	2	50,00	2	50,00	3	75,00	0	0,00
Total	4	100,00	4	100,00	4	100,00	4	100,00
Instituições da Sociedade Civil	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Sim	29	96,67	27	90,00	27	90,00	28	93,33
Não	1	3,33	3	10,00	3	10,00	2	6,67
Total	30	100,00	30	100,00	30	100,00	30	100,00
Somatório Geral	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Sim	240	89,22	199	75,38	211	78,44	253	94,05
Não	29	10,78	65	24,62	58	21,56	16	5,95
Total	269	100,00	264*	100,00	269	100,00	269	100,00

*Tabela – principais problemas da cidade apontados no levantamento de dados Legendas:
 1) Doenças Endêmicas 2) Problemas Ambientais (* as escolas não computadas neste item não souberam responder) 3) Problemas com o passe livre 4) Problemas de violência*

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

	1		2		3		4		5		6	
Escolas Municipais	Qtd	%										
Sim	130	79,75	109	66,87	116	71,17	131	80,37	95	58,28	69	42,33
Não	33	20,25	54	33,13	47	28,83	32	19,63	68	41,72	94	57,67
Total	163	100,00										
Escolas Estaduais	Qtd	%										
Sim	50	89,29	33	58,93	33	58,93	40	71,43	20	35,71	25	44,64
Não	6	10,71	23	41,07	23	41,07	16	28,57	36	64,29	31	55,36
Total	56	100,00										
Escolas Privadas	Qtd	%										
Sim	9	56,25	5	31,25	11	68,75	12	75,00	0	0,00	1	6,25
Não	7	43,75	11	68,75	5	31,25	4	25,00	16	100,00	15	93,75
Total	16	100,00										
Instituições de Ensino Superior	Qtd	%										
Sim	3	75,00	1	25,00	4	100,00	4	100,00	0	0,00	3	75,00
Não	1	25,00	3	75,00	0	0,00	0	0,00	4	100,00	1	25,00
Total	4	100,00										
Instituições da Sociedade Civil	Qtd	%										
Sim	18	60,00	7	23,33	16	53,33	15	50,00	3	10,00	10	33,33
Não	12	40,00	23	76,67	14	46,67	15	50,00	27	90,00	20	66,67
Total	30	100,00										
Somatório Geral	Qtd	%										
Sim	210	78,07	155	57,62	180	66,91	202	75,09	118	43,87	108	40,15
Não	59	21,93	114	42,38	89	33,09	67	24,91	151	56,13	161	59,85
Total	269	100,00										

Tabela – Tipos de violência na cidade.

Legendas: 1) Tráfico de Drogas 2) Homicídios 3) Assalto a mão armada
4) Roubo/Furto de veículos 5) Atentado ao pudor / estupro 6) Milícia

Plano Municipal de Educação de Duque de Caxias – RJ – Fevereiro 2014

	1	2	3	4	5	6	7	8	9									
Escolas Municipais	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%		
Sim	106	65,03	141	86,50	146	89,57	99	60,74	154	94,48	114	69,94	153	93,87	131	80,37	118	72,39
Não	57	34,97	22	13,50	17	10,43	64	39,26	9	5,52	49	30,06	10	6,13	32	19,63	45	27,61
Total	163	100,00																
Escolas Estaduais	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
Sim	30	53,57	49	87,50	51	91,07	29	51,79	54	96,43	33	58,93	51	91,07	51	91,07	39	69,64
Não	26	46,43	7	12,50	5	8,93	27	48,21	2	3,57	23	41,07	5	8,93	5	8,93	17	30,36
Total	56	100,00																
Escolas Privadas	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
Sim	6	37,50	13	81,25	10	62,50	3	18,75	12	75,00	3	18,75	13	81,25	11	68,75	6	37,50
Não	10	62,50	3	18,75	6	37,50	13	81,25	4	25,00	13	81,25	3	18,75	5	31,25	10	62,50
Total	16	100,00																
Instituições de Ens. Superior	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
Sim	2	50,00	3	75,00	4	100,00	1	25,00	3	75,00	2	50,00	3	75,00	2	50,00	3	75,00
Não	2	50,00	1	25,00	0	0,00	3	75,00	1	25,00	2	50,00	1	25,00	2	50,00	1	25,00
Total	4	100,00																
Instituições da Soc. Civil	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
Sim	13	43,33	19	63,33	25	83,33	14	46,67	24	80,00	19	63,33	24	80,00	24	80,00	22	73,33
Não	17	56,67	11	36,67	5	16,67	16	53,33	6	20,00	11	36,67	6	20,00	6	20,00	8	26,67
Total	30	100,00																
Somatório Geral	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
Sim	157	58,36	225	83,64	236	87,73	146	54,28	247	91,82	171	63,57	244	90,71	219	81,41	188	69,89
Não	112	41,64	44	16,36	33	12,27	123	45,72	22	8,18	98	36,43	25	9,29	50	18,59	81	30,11
Total	269	100,00																

Tabela – os principais problemas dos bairros.

Legendas: 1) Falta de Limpeza 2) Falta de Segurança 3) Carência na área de Saúde 4) Carência na área de Educação 5) Falta de Lazer 6) Falta de Transportes 7) Falta de Espaços Culturais 8) Falta de Assistência Social 9) Falta de Saneamento Básico.

Objetivos e Metas

- a. criar espaços culturais, no mínimo um em cada distrito;
- b. criar centros esportivos, no mínimo um em cada distrito;
- c. garantir atendimentos às crianças e aos jovens que sofrem algum tipo de violência;
- d. sugerir unidades do **Programa de Saúde na Família – PSF** - perto das unidades escolares;
- e. implementar parcerias com a Secretaria Municipal de Saúde para divulgar informações sobre a prevenção de doenças endêmicas;

- f. intensificar o atendimento da ronda escolar;
- g. fomentar a implementação de clube de ciências ou multidisciplinares nas unidades escolares;
- h. solicitar maior empenho dos Conselhos Tutelares para resguardar a integridade física, psicológica, intelectual e moral das crianças e adolescentes, visando à integração familiar mais saudável em todos os aspectos;
- i. solicitar maior fiscalização via Conselhos Tutelares e polícia especializada dos atos de violência voltados para as crianças e adolescentes;
- j. colocar faixas e placas de sinalização e um guarda próximo às escolas;
- k. reforçar segurança permanente nas unidades escolares (vigias);
- l. implementar políticas educativas de enfrentamento ao bullying.

16.3.8 Alimentação Escolar

Há 85 anos, Duque de Caxias iniciava uma revolução com a escola “Mate com Angu”...

Em 13 de fevereiro de 1921, surgia na Baixada Fluminense uma escola rural que revolucionou a educação em nosso país. A escola proletária de Meriti começou a funcionar num terreno da pequena Vila Meriti, bairro proletário que surgiu ao lado da estação ferroviária. A revolução já começara pelo simples fato de que a escola já dispunha de uma biblioteca e um museu, numa época em que os estudantes só aprendiam o que estava nos livros. Não se sabia o que era pesquisa escolar.

A escola foi fundada por iniciativa da professora Armanda Álvaro Alberto, Venâncio Filho e Edgar Sussekind de Mendonça. Estes acreditavam nas concepções da Escola Nova, que entendia a educação como aprendizagem significativa, uma educação essencialmente pública, laica e gratuita.

A escola regional de Meriti era voltada para crianças da comunidade carente, que permaneciam mais tempo na escola. Talvez por esse fato, foi a primeira escola a servir merenda. Hoje chamada de Escola Municipal Dr. Álvaro Alberto, ficou conhecida como “Escola Mate com Angu”, em alusão à refeição oferecida nos primeiros anos: mate com angu de milho, com feijão ou macarrão. Esses gêneros eram doados pelos comerciantes locais.

O significado dessas ações traduziu-se pelas palavras de Armanda Álvaro Alberto, citada por MIGNOT (1997):

A escola primária tem que ser regional, o que não impede de ser brasileira. Tanto melhor reagirá sobre o seu meio, quanto mais adaptada lhe estiver. Na roça é o único centro, muitas vezes, de vida intelectual; deve sentir as necessidades de progresso da sua região e tomar a si as iniciativas em benefício da comunidade a que pertencem os seus estudantes. (ÁLVARO ALBERTO, 1968).

Após a iniciativa de servir “mate com angu” como merenda, na década de 20, aconteceu o surgimento de outras ações:

- a. década de 30: surgiram as caixas escolares, que tinham caráter assistencialista;
- b. década de 40: houve uma proposta do instituto de nutrição que não foi concretizada;
- c. década de 50: o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição estruturava um programa de alimentação escolar público em âmbito nacional.

É nesse Plano que se estruturou, pela primeira vez, um programa de merenda escolar sob responsabilidade pública.

A partir de então, surgiu o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), gerenciado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que visa à transferência, em caráter suplementar, de recursos financeiros aos estados, distrito federal e municípios. O Programa Nacional de Alimentação Escolar é considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar do mundo e único com atendimento universalizado.

Diretrizes

- a. elaborar cardápios balanceados adequados à faixa etária dos estudantes;
- b. garantir o atendimento às necessidades nutricionais específicas ao período de permanência na escola;
- c. fornecer alimentos conforme padrões legais de segurança alimentar e nutricional;
- d. contratar, nas redes públicas, por meio de concurso, nutricionistas responsáveis pelo acompanhamento da alimentação escolar e pelo atendimento das necessidades dos estudantes, inclusive atendendo as pessoas com necessidades nutricionais especiais, no que diz respeito ao preparo e à conservação dos alimentos;
- e. os nutricionistas responsáveis pelo acompanhamento da alimentação escolar

- devem atuar em pequenos grupos de escolas para melhor supervisionar o atendimento das necessidades dos estudantes;
- f. contratar, por meio de concurso público, técnicos de nutrição a serem lotados nas escolas, responsáveis pela alimentação escolar;
 - g. considerar os hábitos e culturas alimentares regionais, facilitando a melhor aceitação dos alimentos;
 - h. utilizar somente alimentos saudáveis para a preparação da merenda escolar e promover campanhas de incentivo ao consumo desses alimentos, incentivando gradativamente o consumo de alimentos que estejam abaixo do índice de aceitabilidade de 85%;
 - i. vetar a aquisição de bebidas como refrigerantes, refrescos, sucos artificiais, balas e outros, extinguir as cantinas nas escolas públicas de Duque de Caxias e incentivar a “cantina saudável” nas escolas particulares;
 - j. adotar, na composição dos cardápios, os requerimentos nutricionais recomendados pela FAO/OMS – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação/Organização Mundial da Saúde -, atendendo o mínimo de 15% das necessidades nutricionais dos estudantes e buscando harmonia na composição dos alimentos e adequação ao perfil da população;
 - k. adquirir somente alimentos que possuam registro ou notificação no órgão oficial de vigilância sanitária ou inspeção sanitária federal, estadual ou municipal, excetuando aqueles que estão dispensados do registro pela legislação sanitária vigente;
 - l. considerar a relação custo x benefício na seleção dos alimentos, desde que garantidas as necessidades nutricionais;
 - m. equipar as cozinhas, refeitórios e despensas das Unidades Escolares para a conservação e preparo de variados tipos de alimentos;
 - n. considerar os períodos de safra e entressafra agrícola da região, quando for o caso;
 - o. vetar a aquisição de alimentos de monopólio, considerando a existência de mais de um fornecedor;
 - p. dar prioridade à seleção dos alimentos que compõem o cardápio da alimentação escolar, conforme a vocação agrícola local, com o propósito de incentivar o desenvolvimento local sustentável, respeitando a obrigatoriedade

da lei que garante os projetos de aquisição de 30% de alimentos da agricultura familiar e de cooperativas de pequenos produtores com transparência na chamada pública;

- q. priorizar aquisição de alimentos orgânicos;
- r. incentivar, em parceria com SMS – Secretaria Municipal de Saúde - campanha contra o abate clandestino;
- s. implementar políticas públicas visando ao aproveitamento total dos alimentos.

Metas

- a. adequar o espaço físico, tornando-o apropriado para a confecção e distribuição da alimentação escolar;
- b. prover os espaços com utensílios, mobiliários e equipamentos apropriados, garantindo a manutenção ou substituição dos mesmos periodicamente;
- c. qualificar e valorizar os agentes envolvidos com a alimentação, assim como oferecer condições apropriadas de trabalho promovendo programas de formação continuada para as merendeiras, que deverão ser concursadas, quando se tratar da Rede Pública de Ensino;
- d. incentivar os projetos existentes e estimular novas ações relacionadas à alimentação escolar;
- e. informar e sensibilizar a comunidade escolar da importância do aproveitamento total dos alimentos com a finalidade de melhorar a qualidade nutricional das refeições;
- f. adequar o cardápio para estudantes que apresentarem necessidade alimentar específica (diabetes, intolerância à lactose, ao glúten, entre outros), e para aqueles que façam opção por alimentação vegetariana;
- g. adaptações estruturais: torneiras com água quente para esterilizar, lavar e esquentar os utensílios utilizados na alimentação escolar, banheiros distantes da cozinha, despensa adequada, com prateleiras e de fácil acesso, exaustor, panelas, facas e talheres adequados ao preparo da alimentação escolar em grande quantidade;
- h. adotar pratos de vidro e garfos para os estudantes fazerem suas refeições com dignidade;
- i. instituir e incentivar, nas Unidades Escolares públicas e privadas o resgate da

obra do médico e geógrafo Josué de Castro, autor dos clássicos “*Geografia da Fome*” e “*Geopolítica da Fome*”, no mês de outubro, por conta da semana de alimentação escolar.

Convivemos no Brasil com a “dupla carga de má nutrição”, isto quer dizer que ainda temos casos de desnutrição e de carências nutricionais (anemia, falta de vitamina A e outras), mas, ao mesmo tempo, estamos vendo aumentar a obesidade e as doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, hipertensão arterial, aumento de colesterol, erros inatos do metabolismo e outras). À prevenção associam-se hábitos alimentares saudáveis.

A promoção de saúde na escola é uma prioridade identificada pela Organização Pan-americana de Saúde (OPS), considerando a escola um espaço privilegiado que atua junto às crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos numa etapa crítica do desenvolvimento, bem como suas famílias e toda a comunidade. No que tange à promoção da alimentação saudável nas escolas, a **Portaria Interministerial** nº 1.010, de maio de 2006, afirma que, para alcançar uma alimentação saudável em ambiente escolar, uma das ações é “*definir estratégias, em conjunto com a comunidade, para favorecer escolhas saudáveis*”. Destaca ainda a importância de “*sensibilizar e capacitar os profissionais envolvidos com a alimentação*” e desenvolver estratégias para levar informações às famílias. Reconhece a alimentação saudável como um direito humano e que deve adequar-se “*às necessidades biológicas, sociais e culturais dos indivíduos, de acordo com as fases do curso da vida e com base em práticas alimentares que assumam os significados socioculturais dos alimentos.*”

O **Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE** - atende a 37 milhões de estudantes, o que representa 22% da população brasileira, no qual a alimentação escolar é uma das principais fontes de acesso à alimentação de famílias menos favorecidas, representando a segunda forma mais importante de acesso à alimentação, perdendo apenas para a compra no mercado. Por isso, além do PNAE, faz-se necessário assegurar a destinação de orçamento próprio dos municípios e estados que atenda à alimentação escolar saudável e o fortalecimento dos Conselhos de Alimentação Escolar

– CAE, como instância propositiva, de acompanhamento, deliberativa e fiscalizadora das ações. Além disso, devemos rejeitar qualquer iniciativa de terceirização da alimentação escolar.

A partir da década de 1990, as políticas e ações públicas em alimentação e nutrição devem atuar na perspectiva da promoção da Segurança Alimentar e Nutricional

(SAN), que são: a realização do direito a uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente, garantido para todos, baseada em práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural, que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis. (CONSEA, 2004).

O fenômeno do fracasso escolar, reconhecido como um dos grandes problemas educacionais no Brasil, identificou que as condições de vida, assim como a fome, a desnutrição, a falta ou inadequação de moradia e saneamento básico, são fatores extraescolares que constituiriam elementos explicativos para o fracasso escolar. Contudo, existem também os fatores intraescolares: o currículo, programas, o trabalho dos profissionais e as avaliações. Nesse sentido, um cuidado a ser tomado é que a desnutrição tem-se constituído como uma das formas mais comuns de medicalização do fracasso escolar, rotulando as crianças menos favorecidas como menos capazes.

A educação alimentar e nutricional deve se constituir em processo de aprendizagem e não de adestramento, desenvolvendo habilidades individuais que subsidiem a tomada de decisões dos indivíduos que outrora foram culpabilizados pela sua ignorância, sendo posteriormente vítimas da organização social capitalista, e se tornam agora providos de direitos e são convocados a ampliar seu poder de escolha e decisão. Deve proporcionar ao indivíduo condições para que possa tomar decisões para a resolução de problemas mediante fatos percebidos. Assim, a educação tem papel fundamental nesse processo.

No contexto da segurança alimentar e nutricional, a educação alimentar e nutricional tem como desafio redefinir seu foco: o alimento passa a ser visto enquanto direito humano e insumo essencial à vida e à promoção da saúde. No contexto atual de políticas públicas, deve-se pautar na atuação intersetorial, crítica, e articular aspectos biológicos, sociais, ambientais e culturais, cabendo, assim, à educação enquanto política pública, contribuir significativamente para esse avanço.

16.3.9 Orientação Educacional

A Orientação Educacional faz parte das atividades pedagógicas no Brasil desde o ano de 1920, institucionalizando-se com a Lei nº 5.692/71, que aborda a obrigatoriedade da Orientação Educacional. A atual LDB reconhece a pertinência da Orientação Educacional no atual contexto da educação brasileira e estabelece a docência como eixo da formação do especialista.

Na trajetória histórica da Orientação Educacional no contexto brasileiro,

segundo Melo (1994), encontram-se duas classificações. A primeira está pautada em Grinspun (1998) e a segunda em Sena (1985).

Grinspun (1998) destaca que o enfoque clínico-terapêutico se caracteriza como uma orientação individualizada, numa linha psicologista e atendimento voltado para estudantes considerados “problemas”, tendo como base técnica o aconselhamento. A classificação apresentada por Sena (1985) considera o enfoque clínico-preventivo como aquele voltado para o atendimento coletivo, utilizando sessões de dinâmica de grupo. Nessa perspectiva, o profissional é visto como “agente de mudanças”.

A Orientação Educacional através do tempo

1920 - 1941 – Período Implementador: caracterizou-se pelo surgimento das ideias sobre Orientação Educacional, voltada para os trabalhos de seleção e escolha profissional;

1942 - 1960 – Período Funcional e Instrumental: Funcional, assim denominado porque nele foram determinadas as funções de Orientação Educacional e a quem se destina (1942-1960);

1951-1960 - Instrumental: evidenciou o apoio que a Orientação Educacional recebeu dos órgãos governamentais;

1961 - 1970 - Período Transformador: Lei nº 4.024, Lei nº 5.564 e a criação da Federação Nacional de Orientadores Educacionais (1969);

1971 - 1980 - Período Disciplinador: nesse momento surge a obrigatoriedade da Orientação Educacional nas escolas de 1º e 2º graus, por meio da Lei nº 5692/71;

1980 – 1990 - Período Questionador: questiona-se a Orientação Educacional, tanto em termos de formação de seus profissionais, quanto da sua prática;

1991 - atual - Período Orientador: atualmente, vivemos a fase crítica, em que se procura ajudar o aluno, como um todo. A busca não é mais pelo ajustamento do “aluno problema” à escola, mas fazer da escola um espaço cada vez mais democrático, inclusivo e emancipatório. A fase crítica é um momento que corrobora para um fazer muito mais pedagógico do que medicalizador e aconselhador.

Há a necessidade de ressaltar a importância da equipe de OE/OP na realização do que é fundamental na escola: o currículo, o ensinar e o aprender e todas as relações decorrentes da interação entre as pessoas que compõem o universo escolar.

A Psicologia Educacional deve compor o espaço das equipes técnico-pedagógicas; portanto, atuar com orientadores educacionais e pedagógicos. Em conjunto com a equipe, colabora com o corpo docente e técnico na elaboração, implantação, avaliação, formulação e reformulação de currículos, de projetos pedagógicos, de políticas educacionais e no desenvolvimento de procedimentos educacionais. Contribui na análise e intervenção no contexto educacional, buscando melhor funcionamento do sistema, que resultará na realização dos objetivos educacionais.

Diretrizes

Nossa atuação profissional tem base na legislação em vigor, tendo como pontos de partida a Lei nº 5564, de 21/12/1968, que regulamenta a profissão do OE, e o Regimento Escolar deste município, em particular o título II, capítulo I, seção IV, artigos 19 e 20 (relacionados à função, habilitação e atribuições do OE) e o mesmo título II, e seu capítulo II, seção I, artigos 33 e 34 (do Psicólogo Educacional).

A Orientação Educacional é entendida como um processo dinâmico, contínuo e sistemático, estando integrada em todo o currículo escolar, sempre encarando o aluno como um ser global que deve desenvolver-se harmoniosa e equilibradamente em todos os aspectos: intelectual, físico, social, moral, estético, político, educacional e vocacional. Sendo assim, a Orientação Educacional deverá ser ocupada por um profissional habilitado e concursado para a rede pública.

Integrada à Orientação Pedagógica, docentes e demais profissionais, a orientação educacional deverá ser um processo cooperativo devendo:

- a.** mobilizar a escola, a família e a criança para a investigação coletiva da realidade;
- b.** cooperar com o professor, estando sempre em contato com ele, auxiliando-o na tarefa de compreender o comportamento das classes e dos estudantes em particular;
- c.** manter os professores informados quanto às atitudes da Orientação Educacional com os estudantes, principalmente quando essa atitude tiver sido solicitada pelo professor;
- d.** esclarecer à família quanto às finalidades e funcionamento da unidade escolar;
- e.** atrair os pais para a escola a fim de que nela participem como força viva e ativa;
- f.** desenvolver diferentes trabalhos em parceria com a comunidade escolar;
- g.** trabalhar preventivamente em relação a situações e dificuldades, promovendo condições que favoreçam o desenvolvimento do educando;
- h.** organizar dados referentes aos estudantes;

- i.* procurar captar a confiança e cooperação dos educandos, ouvindo-os com paciência e atenção;
- j.* desenvolver atividades de hábitos de estudo e organização;
- k.* tratar de assuntos atuais e de interesse dos estudantes, fazendo integração com as diversas disciplinas, respeitando idade, ano de escolaridade e planejamento curricular de cada Unidade Escolar no PPP.

Metas

Diante de tantos desafios (drogas, violências, desinteresse de estudantes, professores e pais, falta de participação da família, pouco envolvimento docente em algumas ações pedagógicas, inclusão das diferenças no cotidiano escolar), colocamos como metas:

- a. combate efetivo à evasão escolar por meio de ações dentro e fora da unidade escolar e por meio de parcerias;
- b. desenvolvimento de ações preventivas à violência, ao trabalho infantil e ao abuso sexual de crianças e adolescentes;
- c. desenvolvimento de ações que visem esclarecer e atuar nos casos de dificuldades de aprendizagem, construindo propostas coletivamente com a escola;
- d. combate ao alto índice de retenção;
- e. análise das relações entre os diversos segmentos do sistema de ensino e sua repercussão no processo de ensino a fim de promover e acompanhar procedimentos educacionais para atender necessidades de ensino e aprendizagem, individuais e coletivas;
- f. desenvolver estudos e pesquisas para analisar as relações homem-ambiente físico, material, social e cultural;
- g. promover ações para a integração da relação família – escola;
- h. garantir espaço e tempo de estudo, para formação das equipes técnico-pedagógicas;
- i. garantir espaço e tempo para reuniões periódicas das equipes técnico-pedagógicas e o corpo docente para coleta de informações essenciais acerca do desenvolvimento de cada turma e planejamento das ações necessárias que busquem melhorias;
- j. orientar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que atendam a mudanças na

- relação estabelecida pela evasão e repetência escolar;
- k. desenvolver programas visando à qualidade de vida e aos cuidados indispensáveis a atividades escolares;
 - l. assegurar a presença do Orientador Educacional em todas as Unidades Escolares, sendo correspondente ao número de Orientadores Pedagógicos, garantir o número de profissionais adequado nas equipes de Orientação Educacional e Orientação Pedagógica da SME para realização de visitas periódicas às Unidades Escolares;
 - m. desenvolver projetos que possibilitem a integração e participação da na escola, em especial pais, mães, responsáveis e sociedade civil organizada;
 - n. implementar projetos de formação que garantam o efetivo funcionamento dos Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis;
 - o. implementar ações que possibilitem aos pais, mães, responsáveis e sociedade civil informações e esclarecimentos sobre a função do Projeto Político Pedagógico e a inserção de direitos desses na sua construção, participação e acompanhamento;
 - p. desenvolver ações que possibilitem a reflexão da influência das relações sociais, atitudes e ações no processo de construção da gestão democrática na escola e sociedade.
 - q. reorganizar o lotaciograma da Rede, de forma a garantir o trabalho adequado nas Unidades Escolares, em relação ao quantitativo de profissionais;
 - r. contratar psicólogos educacionais, por meio de concurso público;
 - s. garantir ao orientador educacional acompanhar as avaliações psicopedagógicas;
 - t. garantir condições adequadas de trabalho para a equipe técnico-pedagógica, incluindo sala e materiais próprios.

16.4 Formação e valorização dos profissionais da educação, formação continuada e em serviço

Considerando que quem conduz o cotidiano da educação são os profissionais da área, é imprescindível que tratemos no PME da formação e valorização desses profissionais. Fazendo uma análise geral da educação brasileira em relação à situação vivida por esses profissionais, constatamos que, em sua grande maioria, as atitudes governamentais demonstram descaso e desrespeito. Temos como indicadores dos problemas: o esvaziamento dos cursos de formação básica, o tratamento inadequado e

insuficiente da formação continuada, as condições inadequadas de trabalho, os salários indignos, a indefinição de carreira, entre outros. Vale lembrar, ainda, que há uma intensa política de terceirização sendo aplicada nos sistemas públicos, atingindo diretamente os cargos com menores salários, como os Estimuladores Materno-Infantis, Auxiliares Administrativos. Cargos estes que deverão ser providos por meio de concurso público.

As medidas adotadas ao longo de décadas e as adotadas em função de novos dispositivos legais escamoteiam a realidade vivida pelos profissionais da educação e adiam soluções adequadas e definitivas para atender a qualidade do ensino. Soluções essas que não podem estar submetidas à lógica da produtividade, com punições ou premiações.

Quanto à Legislação, a LDB 9394/96, em seu artigo 62, determina que *“a formação de docentes para atuar na Educação Básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal”*. Ainda, no artigo 87, instituída a *“Década da Educação”*, estipula que, até o fim desta, *“somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço”*. O mesmo artigo diz ainda que os municípios devem *“realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isso, os recursos da educação a distância”*. No entanto, em termos de docência para a Educação Básica, algumas lacunas devem ser apontadas: a LDB não trata das especificidades da formação para a Educação Profissional, para a Educação Especial e para a Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Além disso, não inclui, entre os profissionais da educação, os servidores técnicos, administrativos e de apoio ao fazer educacional. Menos ainda considera a necessidade de sua preparação específica para esses fazeres que garantem as condições necessárias ao ensino, à aprendizagem, à gestão das escolas e sistemas, à manutenção, enfim, do cotidiano escolar de qualidade.

Lembrando também o documento da CONAE 2010, é importante assegurar que *“a formação dos profissionais da educação deve ser entendida na perspectiva social e consolidada como política pública, tratada como direito e superando o estágio das iniciativas individuais para aperfeiçoamento próprio.”* Vale ressaltar que as atividades fundamentais para esse trabalho deveriam ser incentivadas e amplamente divulgadas e oferecidas em diferentes modalidades de ensino.

Quanto à garantia em Lei, temos em Duque de Caxias, o Plano de Carreira dos Profissionais da Educação do Município – Lei 1.070, de 19/09/1991 -, que institui a estruturação das carreiras, assegurando a mudança de níveis pela valorização da formação profissional e ainda pelo tempo de serviço. Garante também a gratificação por regência de turma e de “difícil acesso”. Plano este conquistado com muitas lutas dos profissionais da educação organizados por sua entidade sindical no município, o SEPE - Sindicato dos Profissionais da Educação do RJ -, sindicato este que detém a referência e conquistas das reivindicações da categoria. Além do Plano de Carreira, a Lei 1506, de 14/01/2000 – Estatuto dos Servidores do Município de Duque de Caxias - institui o regime jurídico, abordando direitos e vantagens, no que tange à formação, garante a licença para estudos sem prejuízo salarial. É importante ressaltar que essa garantia em Lei foi fruto de muitas reivindicações dos profissionais da educação pelo direito à formação e qualificação.

A defesa da necessidade de valorização dos profissionais da educação é fator fundamental para a melhoria da qualidade de ensino. Para isso, o Plano Municipal de Educação propõe políticas públicas que garantam a valorização, formação permanente dos profissionais, pensada como processo, inicial e continuado, juntamente com a melhoria das condições salariais e de trabalho. Sem perder de vista esses dois últimos aspectos que incidem sobre todos os profissionais da educação, independentemente de suas funções ou áreas de atuação, há de se considerar, sobretudo, para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, todo um conjunto de necessidades de formação aos que atuam na educação.

Quanto à formação continuada, a maioria dos profissionais prefere que esta aconteça tanto dentro quanto fora da escola; porém, em relação ao horário, as opiniões se dividem entre “fora do horário de trabalho, influenciando no Plano de Cargos e Salários sem remuneração”, e “dentro do horário de trabalho”.

Educação Infantil		Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio		
Escolas Municipais	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Dentro da Escola	1	0,85	9	6,72	1	1,75	n/a	n/a
Fora da escola	12	10,17	38	28,36	12	21,05	n/a	n/a
Ambos	105	88,98	87	64,93	44	77,19	n/a	n/a
Total	118	100,00	134	100,00	57	100,00	n/a	n/a
Escolas Estaduais	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Dentro da Escola	n/a	n/a	1	5,26	3	5,56	3	6,82
Fora da escola	n/a	n/a	4	21,05	8	14,81	7	15,91
Ambos	n/a	n/a	14	73,68	43	79,63	34	77,27
Total	n/a	n/a	19	100,00	54	100,00	44	100,00
Escolas Privadas	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Dentro da Escola	1	4,76	1	4,55	1	5,00	0	0,00
Fora da escola	1	4,76	4	18,18	3	15,00	2	14,29
Ambos	19	90,48	17	77,27	16	80,00	12	85,71
Total	21	100,00	22	100,00	20	100,00	14	100,00
Somatório Geral	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Dentro da Escola	2	1,44	11	6,29	5	3,82	3	5,17
Fora da escola	13	9,35	46	26,29	23	17,56	9	15,52
Ambos	124	89,21	118	67,43	103	78,63	46	79,31
Total	139	100,00	175	100,00	131	100,00	58	100,00

Tabela – Níveis de ensino e a formação continuada

Em relação aos grupos de estudo, é interessante observar que, na Educação Infantil e no 1º segmento do Ensino Fundamental, a grande maioria dos profissionais faz Grupo de Estudo, porém isso não acontece para parte dos profissionais do 2º segmento do Ensino Fundamental (24%) e do Ensino Médio (39%).

A avaliação que aqui precisamos fazer é se a formação continuada necessária, implementada hoje, seja dentro ou fora das escolas, atende aos profissionais da educação em Duque de Caxias. A formação é assumida de fato como política pública, assegurando-se inclusive financiamento para sua implementação?

A sociedade exige cada vez mais dos educadores, porém as condições de trabalho e de remuneração interferem no desempenho e dedicação desses profissionais, tornando-se uma profissão não tão atrativa quanto outras com melhores condições de trabalho. Já em 1996, a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - e a OIT - Organização Internacional do Trabalho – adotaram uma recomendação conjunta, relacionada com a situação dos profissionais da educação, na qual afirmam que “a situação do pessoal docente deveria corresponder às exigências da educação, subordinadas com clareza às finalidades e aos objetivos docentes; para se alcançar de forma completa estas finalidades e objetivos, é necessário que os educadores desfrutem de uma situação justa e que a profissão docente goze do respeito público que merece”.

Em Duque de Caxias, evidenciam-se alguns aspectos nas condições de trabalho, que

exemplificamos como principais, pois interferem diretamente no desempenho dos profissionais: precariedade nas condições físicas das escolas; número excessivo de estudantes na mesma sala de aula; sobrecarga de trabalho para compensar a baixa remuneração salarial. Assim, esses indicadores necessitam também ser tratados quando formulamos a política de valorização profissional.

Nesse contexto, a construção de políticas que atendam às demandas de formação inicial e continuada, condições de trabalho, salário e carreira devem integrar-se, pautadas pela concepção de educação como processo construtivo e permanente.

Diretrizes

- a. políticas públicas de formação dos profissionais da educação que assegurem o seu desenvolvimento, contribuindo, assim, para o comprometimento com a melhoria da qualidade de ensino, com vistas ainda ao avanço científico e tecnológico;
- b. formação continuada dos profissionais da educação pública, tanto docentes como funcionários, garantida pelo poder público, assegurando o financiamento dos programas, a sua manutenção como ação permanente e a busca de parcerias com universidades públicas;
- c. formação continuada dos profissionais da educação como objetivo geral e finalidade a reflexão sobre a prática educativa e a busca dos mecanismos necessários e adequados ao seu aperfeiçoamento técnico, ético e político;
- d. programas de educação a distância para formação suplementar, predominando prioritariamente cursos presenciais;
- e. cumprimento e respeito ao Plano de Carreira dos Profissionais da Educação de Duque de Caxias, tanto da rede municipal como estadual;
- f. não atrelamento de nenhuma avaliação de desempenho a políticas de promoção salarial;
- g. avaliação pedagógica do docente considerada na perspectiva de superação de suas dificuldades, de continuidade de sua formação e da conseqüente melhoria do desempenho discente, apresentando-se como instrumento de valorização profissional e aprimoramento da qualidade social da educação;
- h. avaliação da unidade escolar democrática, isto é, elaborada com participação do Sindicato dos Profissionais de Educação, representantes dos Conselhos Escolares e outras entidades da Sociedade Civil, sendo aplicada somente

após a aprovação de seu modelo e seus fins por esses órgãos de representação coletiva.

Metas

- a. garantir, até 2015, a contratação de todos os profissionais da educação, em regime estatutário por concurso público, em número suficiente que supra o déficit das funções necessárias para atender à demanda da educação em Duque de Caxias;
- b. incorporar, até 2014, todos os abonos e gratificações aos salários de professores e funcionários, respeitando os atuais Planos de Carreira do Magistério e dos funcionários administrativos da educação;
- c. valorizar, até 2015, o salário dos profissionais da educação, tendo como meta chegar ao piso salarial inicial com um valor equivalente a cinco salários mínimos nacionais para professores e três salários mínimos e meio para funcionários administrativos, garantindo a manutenção da carga horária atual;
- d. garantir a manutenção do dispositivo constitucional (art. 40), no que se refere à isonomia salarial entre o pessoal da ativa e os/as aposentados;
- e. garantir a preservação do poder aquisitivo por meio da reposição das perdas salariais, tendo como parâmetro o indicador inflacionário do DIEESE (anual), na data base (maio);
- f. realizar concurso público imediato para contratação (até 2015), em regime estatutário de funcionários (estimulador materno-infantil, merendeiras, serventes, cuidadores, porteiros, auxiliares administrativos e apoio em geral), valorizando o tempo de serviço na função concorrida, por meio de prova de títulos, para suprir a demanda atual;
- g. garantir a formação continuada dos profissionais da educação, que se caracterizará principalmente por encontros coletivos, organizados a partir das necessidades indicadas por esses profissionais, dentro ou fora das escolas onde atuam, com periodicidade determinada, dentro do horário de trabalho. Quando realizado fora do horário de trabalho, a formação deverá ser remunerada, assegurando o atendimento à turma por professor substituto, sem prejuízo para o corpo docente;
- h. assegurar o planejamento dos docentes de acordo com o Projeto Político Pedagógico da escola, dentro do horário de trabalho, correspondendo a um

- terço da jornada, podendo ser realizado fora do espaço escolar;
- i. garantir no Currículo do 1º segmento do Ensino Fundamental, as disciplinas de Educação Física, Artes, Música, Informática e Língua Estrangeira com profissionais habilitados a partir de concurso público, até 2015, para suprir tais necessidades;
 - j. garantir um número máximo de estudantes por turma e por professor, até 2015, respeitando, dentro da sala, o mínimo de 1 estudante por m²; Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: 20 estudantes por professor; Nos Anos Finais do Ensino Fundamental: 25 estudantes por professor; No Ensino Médio e Superior: até 30 estudantes por professor.
 - k. rever a grade curricular e respectiva carga horária das disciplinas trabalhadas nas escolas públicas de Duque de Caxias, tendo em vista seu enriquecimento;
 - l. criar Centros de Referência com bibliotecas e Salas de Informática Educativa com internet e equipamentos, visando atender à formação dos profissionais da educação e comunidade escolar, assim como equipar as unidades escolares com suporte tecnológico para execução satisfatória das tarefas administrativas e pedagógicas desses profissionais até 2014;
 - m. garantir cursos específicos para conselheiros de políticas públicas que atuam direto com as demandas da educação – CME – Conselho Municipal de Educação -; FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - e CAE – Conselho de Alimentação Escolar, subsidiando sua atuação no controle social;
 - n. garantir cursos de formação específicos direcionados aos pais, mães, responsáveis e sociedade civil organizada, principalmente aos que atuam nos Conselhos Escolares, em parceria com a APAEP – Associação de Pais e Amigos da Escola Pública de Duque de Caxias, subsidiando a atuação da comunidade escolar, tendo a escola autonomia para definir as temáticas dos cursos;
 - o. assegurar que toda unidade escolar tenha opção de encaminhamentos à equipe multidisciplinar (fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais e outros);
 - p. incentivar a pesquisa e estágios dos profissionais em formação dentro das escolas da rede;
 - q. garantir a concessão de licenças para estudos a todos os profissionais

concurados;

- r. assegurar, por meio de lei municipal, que toda unidade escolar realize, como forma de autonomia, a eleição direta para diretores;
- s. assegurar licença para mandato classista dos trabalhadores/as em educação que atuam como dirigentes em sindicatos, confederação e/ou central sindical, que pertençam às redes estadual e municipal de Duque de Caxias, sem prejuízo da remuneração.

16.5 Estrutura, financiamento, funcionamento e controle social da educação

É mais do que sabido que falta investimento na educação pública brasileira, bem como a má administração dos recursos públicos existentes e a falta de transparência na prestação de conta dos gastos. A manutenção dos investimentos públicos em educação em torno dos 4% do PIB na última década levou nosso sistema educacional à estagnação em termos de qualidade. Seja qual for o critério utilizado, a educação pública no Brasil carece de recursos que possibilitem a realização de um necessário salto de qualidade.

De acordo com a Constituição Federal (CF) de 1988, os governos são obrigados a aplicar um percentual mínimo de alguns impostos em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE). A União (o Governo Federal) é obrigada a aplicar no mínimo 18%, e os Estados, DF (Distrito Federal) e municípios, 25%. Algumas Constituições Estaduais (Rio de Janeiro, por exemplo) e leis orgânicas municipais previam percentuais mínimos maiores, mas tiveram tais percentuais diminuídos por emendas de vereadores insensíveis à causa da educação. Em Duque de Caxias, isso aconteceu, embora com um artifício linguístico, pois os vereadores mantiveram os 35% previstos na Lei Orgânica de 1990, porém substituíram a expressão “pelo menos” antes dos 35% pela preposição “até”, o que significa que o percentual deixou de ser mínimo (como previsto em todas as Constituições) e passou a ser máximo.

Analisando a prática, a situação é ainda pior. Embora aparentemente cumprindo os mínimos constitucionais obrigatórios, os orçamentos municipais revelam que a educação no município vem recebendo menos recursos percentuais em relação ao total da receita orçamentária do município, ou seja, diante dos desafios educacionais que se colocam para o município, urge alocar mais recursos para que uma efetiva educação de qualidade socialmente referenciada seja oferecida aos cidadãos de nossa cidade.

Uma primeira medida que precisa ser implementada imediatamente é a forma de contabilização dos recursos que o município ganha com o FUNDEB. Como se sabe, o

FUNDEB é um Fundo composto por 20% de uma série de impostos que são depositados para serem posteriormente redistribuídos aos municípios e estados de acordo com o número de estudantes matriculados na sua rede pública. O ganho do FUNDEB é a diferença entre o que governo contribui (20% de vários impostos) e o que recebe de volta. Exemplo: se ele contribui com R\$ 1 milhão e recebe R\$ 1,5 milhão, ele ganha R\$ 500 mil, que deveriam ser acrescidos ao mínimo dos 25%. Duque de Caxias sempre recebeu recursos adicionais por esta conta. Tradicionalmente, o município recebe o dobro do valor que deposita no Fundo. Significa dizer que dos mais de 140 milhões de reais recebidos via FUNDEB, no ano de 2009, cerca de 70 milhões são recursos adicionais que não deveriam estar contabilizados para se chegar ao mínimo constitucional de aplicação de 25% dos impostos em educação, mas acrescidos a esses recursos para ampliar os investimentos em educação.

Um segundo elemento é a elevação dos investimentos com recursos próprios do governo municipal. Para se respeitar o desejo da Lei Orgânica Municipal de 1990, faz-se necessário modificar a legislação para retornarmos aos 35% de investimentos em educação. Cabe ressaltar que tal proposta está de acordo com aquilo que foi recentemente aprovado na CONAE, quando, por unanimidade e no sentido de ampliar os recursos destinados à educação no Brasil, aprovaram a elevação dos recursos em cada Ente Federado: União, de 18% para 25%; Estados e Municípios, de 25% para 30% e não mais apenas dos impostos, mas de todos os tributos. Nesse sentido, aprovar uma progressiva e efetiva elevação do montante de recursos próprios aplicados em educação certamente criará, em conjunto com outras medidas apontadas neste Plano, as condições para a melhoria da qualidade da educação em Duque de Caxias.

Cabe ressaltar aqui outro aspecto em consonância com o aprovado pela CONAE: verba pública somente para financiamento da educação pública. É preciso urgentemente proceder à regulamentação desse princípio em nosso município, pois as transferências de verbas, por meio de bolsas de estudo ou de outros incentivos, retiram recursos das escolas públicas, ferindo, assim, os mais básicos preceitos morais da administração pública. É preciso extinguir a bolsa de estudo, construir novas escolas, reformar e ampliar as já existentes, para atender a demanda de matrículas novas, visto que o município cresce a cada ano.

O terceiro e mais decisivo aspecto relativo ao financiamento da educação pública está na implementação, em nosso município, do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como parâmetro para os investimentos em educação. É fundamental sairmos da dinâmica de

ver quanto tempo para aplicar em educação e iniciarmos um novo estágio, onde o importante é pensar o quanto precisamos aplicar para termos uma educação de qualidade.

Nesse sentido, a partir dos artigos 206, VII e 211, parágrafo 1º da Constituição Federal e do artigo 4º, inciso 9º da LDB, o Conselho Nacional de Educação elaborou a Resolução nº 8, de 5 de maio de 2010, que procura dar concretude ao chamado Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQI). A Resolução estabelece que:

- a) o custo aluno-qualidade seja a referência política para que gestores públicos organizem suas respectivas redes de ensino para que as mesmas atendam ao padrão mínimo de qualidade exigido pela Constituição Federal;*
- b) esse CAQI é considerado inicial e seria suficiente para auxiliar o país a alcançar patamares de desempenho próximos aos vivenciados nos países desenvolvidos;*
- c) o custo dessa qualidade é calculado a partir de uma matriz que leva em consideração a construção e os equipamentos, insumos materiais e pedagógicos e valorização dos profissionais da educação;*
- d) cada etapa ou modalidade é tratada de acordo com sua especificidade, ou seja, existem vários valores de qualidade;*
- e) a matriz pressupõe uma dada relação quantitativa professor x aluno, assim como trabalha com um tamanho de referência de escolas e quantitativo de estudantes por turma;*
- f) além de determinar os insumos fundamentais para garantir a aprendizagem dos estudantes, a norma determina quais serão os percentuais do PIB (Produto Interno Bruto) per capita a serem utilizados anualmente para corrigir o valor do CAQI para cada etapa da Educação Básica: creche – 39,0%; pré-escola – 15,1%; Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) urbano – 14,4%; no campo - 23,8%, Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) urbano – 14,1%; no campo – 18,2% e Ensino Médio – 14,5%;*
- g) com esses percentuais, os valores do CAQI com base no PIB per capita de 2008 são R\$ 5.943,60 para a creche, R\$ 2.301,24 para a pré-escola, R\$ 2.194,56 para o Ensino Fundamental urbano de séries iniciais (R\$ 3.627,12 para o campo), R\$ 2.148,84 para o Ensino Fundamental urbano de séries finais (R\$ 2.773,68 para o campo) e R\$ 2.209,80 para o Ensino Médio.*

Com a aprovação, o CAQI passa a ser tratado como referência para o financiamento da Educação Básica pública e como fonte para a definição dos padrões mínimos de qualidade previstos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e na Constituição Federal. Assim, também o município de Duque de Caxias deverá utilizar esses valores como patamares mínimos para o financiamento da educação pública.

Diretrizes

- a. garantir aumento de recursos para o financiamento da educação pública no município de Duque de Caxias de modo a possibilitar o salto de qualidade necessário para a educação em nosso município; deixar claro o percentual da receita oriunda de impostos aplicados atualmente em educação: superar o mínimo de 35% destinado para a educação;
- b. garantir o efetivo controle social das verbas destinadas à educação pública para sua maior transparência, fiscalização e maior democracia em sua aplicação, incluindo prestação de contas periódica em instrumentos de domínio público (jornais, internet e outros meios de comunicação);
- c. efetivar a responsabilização administrativa e fiscal dos gestores públicos que não executem a integralidade dos recursos orçamentários à educação com perda de mandato nos termos da legislação em vigor (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição), inclusive para os gestores que não cumpram os percentuais para a manutenção e desenvolvimento do ensino previstos nas Constituições e Leis Orgânicas.

Metas

Reformular, ainda no ano de 2014, a metodologia de contabilização das verbas oriundas do FUNDEB, de forma a retirar do cálculo do mínimo constitucional para:

- a. ampliar progressivamente os recursos próprios investidos pelo governo municipal em educação, considerando-se a totalidade das receitas do município, chegando-se ao mínimo de 35% de todas as receitas aplicadas em educação no ano de 2014. Para o cumprimento dessa meta, deve-se apurar quanto falta e, em termos percentuais, cumprir a meta na razão de um quarto por ano. Retorno ao texto original de lei orgânica de 1990;
- b. elevar os gastos públicos em educação de forma a atender ao Custo Aluno Qualidade Inicial no ano de 2014; criar o “Portal da Transparência”, onde todos os gastos com quaisquer projetos educacionais, questões orçamentárias da educação, etc., fossem informados;
- c. assegurar o pleno funcionamento do Conselho Municipal de Educação, do

FUNDEB e de Alimentação Escolar, com autonomia, orçamento e infraestrutura adequados e divulgação pública de suas avaliações, com representação paritária e pleno acesso às informações necessárias à execução de suas funções a partir de 2014;

d. tornar pública a quantidade e a localização das bolsas de estudo concedidas pelo governo municipal em escolas particulares existentes atualmente, assegurando a transparência na data de seu término, garantindo a não renovação ou substituição, até 2014 e de extinguir esse benefício, até 2013. Fazendo-se necessária, então, a construção com acessibilidade de escolas e reforma das existentes como forma de ampliação do número de vagas oferecidas na rede municipal de Duque de Caxias;

e. aprovar Lei que impeça o retorno da concessão de bolsa de estudo;

f. garantir a transparência nos processos de licitação e chamada pública para aquisição da alimentação escolar, com acompanhamento efetivo do CAE – Conselho de Alimentação Escolar - desde a publicação dos editais à concorrência de preços, definição dos fornecedores e entrega dos gêneros.

16.6 Avaliação e acompanhamento

O Plano Municipal de Educação prevê, para um período de dez anos, a execução de ações que necessitam de acompanhamento e avaliações periódicas.

A avaliação do PME deve valer-se também da análise dos dados qualitativos e quantitativos. O principal objetivo da avaliação e acompanhamento será verificar o andamento e a implementação das atividades propostas, considerando as adaptações e medidas corretivas assim que novas exigências forem aparecendo.

O Plano Municipal de Educação será acompanhado e avaliado durante todo o período de sua execução pelo Conselho Municipal, que elegerá uma comissão executiva composta por conselheiros: representantes governamentais (50%) e sociedade civil (50%), pelo Fórum Municipal em Defesa da Educação e pela Conferência Municipal de Educação, realizada a cada dois anos, sendo a terceira em 2013.

O processo de acompanhamento e avaliação do Plano Municipal de Educação deverá iniciar em 2014 e será objeto de debate de todas as unidades escolares e entidades, garantido no planejamento do início do ano letivo e nos grupos de estudos no decorrer do ano, conforme organização das escolas e entidades, devendo ser elaborado relatório ao

Conselho Municipal de Educação, a ser entregue em período anterior à Conferência Municipal de Educação, conforme calendário a ser divulgado pelo CME.

O CME deverá constituir um *site*, onde as informações relativas à pauta e ao calendário de reuniões ordinárias do mesmo fiquem disponibilizada *on-line* aos interessados, além de manter atualizado os informes acerca do acompanhamento e avaliação do PME.

16.7 Emendas Aditivas

16.7.1 Supervisão Educacional

Diagnóstico

Na década de 30, por conta da preocupação da formação dos professores para a escola secundária, surgiu o curso de Pedagogia com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, por meio do Decreto-Lei nº 1190, de 4 de abril de 1939. Essa Faculdade formava bacharéis e licenciados em várias áreas.

A década de 60 foi um período em que o Curso passou por um processo de definição das especializações. A Pedagogia passou a formar os especialistas em Educação: Supervisor Escolar, Orientador Educacional, Administrador Escolar e Inspetor Escolar.

A Supervisão Educacional foi oficializada com a LDB de 71, mas a ideia de Supervisão existia desde o Período Colonial, quando foi organizado o primeiro Sistema Educacional Brasileiro.

Em 1964, com a Ditadura Militar, a educação passou a ser oferecida nos moldes da pedagogia tecnicista. O autoritarismo e a repressão são os alicerces dessa pedagogia, o trabalho é fragmentado e mecanicista. O Supervisor Educacional exercia sua função como controlador, coordenando e direcionando o trabalho, como função técnica.

Na década de 80, a luta operária ganha força, e os professores lutam pela reconquista do direito de participar da definição da Política Educacional. A Pedagogia crítica ganha espaço e o fazer pedagógico está voltado para o ser humano e sua valorização na sociedade. O papel do Supervisor está centrado numa perspectiva crítica como agente social; sua missão principal é transformar sujeitos e mundos em “*alguma coisa melhor*” (Brandão, 1995).

O Supervisor passa a ter uma ação reflexiva, política, consciente, crítica, inovadora, transformadora e libertadora. Ao Supervisor Educacional cabe fortalecer as relações, atuando como mediador, numa ação reflexiva, transformadora e comprometida com a mudança para oportunizar a troca de experiências e possibilitar uma nova prática educativa nas nossas unidades escolares.

Constitui-se num trabalho profissional que tem o compromisso, juntamente com as equipes técnico-pedagógicas, docentes, discentes e administrativas (funcionários de secretaria e apoio escolar), de garantir os princípios de liberdade e solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando, no seu preparo para o exercício da cidadania e, para isso, assegurar a qualidade de ensino, da educação e da formação humana.

Diretrizes

Rompendo com o paradigma histórico de controle exercido pela Supervisão Educacional e atendendo à crescente demanda do acesso do aluno aos sistemas educacionais e sua permanência neles, a Divisão de Supervisão Educacional da Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias implementa ações pedagógicas e administrativas de acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, respeitando e atendendo as características e necessidades de cada escola. Pautando-se no trabalho participativo em busca do desenvolvimento da autonomia das unidades escolares, num clima democrático e integrador, dentro do que é preconizado nos documentos oficiais que regulamentam a educação nacional e municipal. A organização do trabalho da Supervisão Educacional se sistematiza por meio de visitas regulares às unidades escolares e no seu atendimento.

Objetivos e Metas da Supervisão Educacional

- a. pesquisar e orientar estratégias para a construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar em consonância com a proposta pedagógica da rede;
- b. participar e acompanhar a organização e execução do Plano de ação da equipe técnico-pedagógica;
- c. acompanhar sistematicamente e sugerir materiais que possam respaldar o trabalho da equipe técnico-pedagógica quanto ao/à:
 - - Planejamento;
 - - Grupo de Estudos;
 - - Conselho de Classe;
 - - Distorção ano de escolaridade/ idade;
 - - Cumprimento do calendário escolar.
- d. oferecer formação continuada para os Professores Especialistas de acordo com as demandas de trabalho e encaminhamentos da SME;
- e. fundamentar os estudos para a discussão e revisão do Regimento Escolar da

rede municipal de Duque de Caxias;

- f. promover estudos, junto com a equipe técnico-pedagógica, dos Pressupostos Teóricos que embasam a Proposta Pedagógica da rede municipal de educação de Duque de Caxias;
- g. viabilizar a formação continuada dos professores especialistas e funcionários administrativos das unidades escolares, promovendo a articulação entre

- teoria e prática de acordo com a proposta pedagógica da rede e Regimento Escolar;
- h. organizar a jornada administrativa para os profissionais que atuam na secretaria e o gestor da unidade;
 - i. orientar a organização e atualização dos arquivos e documentos das unidades escolares:
 - - legislações;
 - - documentos escolares;
 - - certificação do 9º ano.
 - j. arquivar e zelar pela guarda dos documentos escolares nos arquivos da Divisão de Supervisão Educacional;
 - k. cumprir e divulgar a legislação e normas vigentes;
 - l. acompanhar o trabalho administrativo das unidades escolares;
 - m. realizar levantamento sistemático da carência de funcionários das escolas e encaminhar à SME para medidas cabíveis;
 - n. verificar arquivos escolares;
 - o. promover nas escolas processo de incineração de documentos;
 - p. atender a casos específicos ocorridos nas unidades, tais como denúncias, conflitos pedagógicos e relações interpessoais;
 - q. atender ao público que busca orientações na SME;
 - r. desenvolver ações de apoio que busquem elevar a qualidade do ensino no Município de Duque de Caxias.

Função do Orientador Pedagógico

- a. promover a articulação teoria e prática, sob a perspectiva de *Processo*, em parceria com toda comunidade de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- b. promover a integração entre o Corpo Docente, Discente e Administrativo, contribuindo para a melhoria da Ação Educativa, fundamentada no Projeto Político-Pedagógico da Unidade Escolar;
- c. orientar e regularizar a vida escolar dos alunos observando as determinações da Lei 9394/96 e demais disposições legais pertinentes;
- d. encaminhar à Secretaria de Educação os documentos solicitados;

- e. orientar, acompanhar e assinar os relatórios descritivos dos alunos, os diários de classe e documentos afins; desenvolver procedimentos que contribuam para o conhecimento/interação na relação professor-aluno em situação escolar específica efetivando a implementação de metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e desenvolvimento;
- f. realizar o acompanhamento qualitativo das turmas e buscar diretrizes e estratégias para melhoria dos resultados de baixo desempenho;
- g. oportunizar a reflexão docente acerca do papel da escola, tendo em vista a construção de uma escola democrática e participativa em todas as suas relações internas e externas;
- h. promover a integração entre a unidade escolar e os projetos e ações da Secretaria Municipal de Educação;
- i. cumprir e divulgar a legislação e normas vigentes;
- j. pesquisar e orientar estratégias para a construção e/ou atualização do Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar em consonância com a proposta pedagógica da rede;
- k. atender, juntamente com o Orientador Educacional, a casos específicos ocorridos na unidade, tais como denúncias, conflitos pedagógicos e relações interpessoais.

16.7.2 Políticas Públicas do Livro e da Leitura

No âmbito do município de Duque de Caxias, há indícios consideráveis de que o panorama nacional se reproduza em nível local. No que se refere, por exemplo, aos indicadores educacionais aferidos pelos sistemas de avaliação implementados pelo Ministério da Educação, verifica-se que o IDEB do município, ainda que tenha avançado nas duas últimas análises, apresentou, em 2007, média inferior à média nacional. No que tange à questão do acesso ao livro, as dificuldades se repetem. O município de Duque de Caxias possui apenas quatro bibliotecas públicas para seus cerca de 870 mil habitantes. O quantitativo de livrarias é também reduzido e muito inferior ao padrão estabelecido pela UNESCO de um estabelecimento para cada dez mil habitantes. Quanto às bibliotecas escolares, o Levantamento realizado por ocasião da preparação deste Plano constatou a falta ou precariedade de bibliotecas em 80%, e de salas de leitura em 72% das escolas da cidade (não há informações precisas quantos ao número de bibliotecas comunitárias à disposição da população de Duque de Caxias).

O município de Duque de Caxias ainda não possui bibliotecas escolares em todas as suas unidades escolares públicas (municipais, estaduais e federais) e privadas nem apresenta os espaços de leitura suficientes à disposição dos estudantes, além de necessitar de aumento e diversificação nos acervos existentes.

Diretrizes

O quadro apresentado anteriormente, embora constitua apenas um esboço da questão da leitura e do livro no município de Duque de Caxias, oferece elementos suficientes para contextualizar e justificar a proposição de ações e estratégias que visem ao incremento da política municipal de incentivo à leitura e formação de leitores. Nesse sentido, é importante explicitar os pressupostos sobre os quais a construção desta política deve se fundamentar, quais sejam:

- a.* a leitura e a escrita são encaradas aqui como práticas essencialmente sociais e culturais, expressão da multiplicidade de visões de mundo, esforço de interpretação que se reporta a amplos contextos;
- b.* a leitura e a escrita constituem elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, na pluralidade e no exercício da cidadania;
- c.* a leitura e a escrita são, na contemporaneidade, instrumentos decisivos para que as pessoas possam desenvolver de maneira plena seu potencial humano e caracterizam-se como fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, favorecendo todo tipo de intercâmbio cultural; são requisitos indispensáveis para alcançar níveis educativos mais altos; apresentam-se como condição necessária para o desenvolvimento social e econômico;
- d.* a concepção de leitura focalizada aqui é aquela que ultrapassa o código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, percebendo-a como um processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis diversas, de ordem social, psicológica, fisiológica, linguística e outras;
- e.* ao reafirmar a centralidade da palavra escrita, não se desconsideram a validade de outros códigos e linguagens, as tradições orais e as novas textualidades que surgem com as tecnologias digitais;
- f.* no contexto atual, é imperativo que a leitura seja tratada no diálogo com as diversas tecnologias de gravação - suportes de leitura - entre os quais o livro se encontra.

A biblioteca não é concebida aqui como um mero depósito de livros, como muitas vezes tem-se apresentado, mas assume a dimensão de um dinâmico polo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico- culturais; para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações.

Entre as muitas possibilidades de textos que podem ser adotados no trabalho com a leitura, a literatura merece atenção toda especial no contexto aqui desenhado, dada a enorme contribuição que pode trazer para uma formação vertical do leitor. Tal literatura é concebida dentro dos princípios da liberdade, da criação e da autonomia literária - como experiência existencial viva, expressão e engrandecimento do indivíduo e das culturas, prazer e fruição, reflexão sobre o sentido da vida e da saga humana, exploração dos múltiplos aspectos do ser e da condição humana, busca do belo, risco estético, transformação da pessoa e do mundo.

Considera-se fundamental garantir que pessoas com necessidades especiais, como as visuais, auditivas e motoras, tenham acesso a livros e outros materiais de leitura, valorizando ações como a versão ou a tradução, em libras e em braile, das obras em circulação, permitindo a inclusão desses potenciais leitores nas escolas regulares.

A política para o livro e a leitura deve considerar também as diversas autorias e a criação literária, além das questões de fomento do setor editorial e livreiro.

Objetivos e Metas

O objetivo central da política de estado aqui delineada é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura e ao livro a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis na época contemporânea para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja no nível individual, seja no âmbito coletivo. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, ele exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore seu nível educativo (em amplo sentido), fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça os valores e modos de pensar de outras pessoas e culturas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento e à herança cultural da humanidade. Esse direcionamento está estabelecido

no Plano Nacional do Livro e da Leitura, instituído em 2006 pelos Ministérios da Cultura e da Educação. O PNLL define as diretrizes para as políticas públicas voltadas à leitura e ao livro no Brasil, e pauta todos os investimentos feitos pelo MINC e pelo MEC no setor, ressaltando-se que, futuramente, o PNLL será um dos requisitos exigidos pelos dois ministérios citados para apoio a ações e participação em editais e demais programas de incentivo do governo federal, sobretudo com os recursos oriundos de fundos públicos.

Nesse sentido, são estabelecidos os seguintes objetivos a serem perseguidos por todos os indivíduos e instituições envolvidos com a educação no município de Duque de Caxias:

- a. construir o Plano Municipal do Livro e da Leitura, que deve ser o documento, formulado em conjunto entre estado e sociedade, que define o conjunto de ações na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas a ser desenvolvido continuamente no município;
- b. implantar bibliotecas escolares em todas as instituições de ensino públicas e privadas de Duque de Caxias, em atendimento à Lei 12.244, de 24 de maio de 2010, que estabelece o prazo máximo de dez anos para a universalização das bibliotecas escolares e define como obrigatório o acervo mínimo de 1 livro por aluno matriculado;
- c. aprimorar os espaços de leitura existentes na cidade, aparelhando-os com livros em braile, livros digitais, audiolivros, computadores conectados à internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas e transformando-os em centros de ampla produção e irradiação cultural;
- d. formar leitores, buscando de maneira continuada o substantivo aumento do índice municipal de leitura (número de livros lidos por habitante/ano) em todas as faixas etárias e do nível qualitativo das leituras realizadas;
- e. elevar significativamente o índice de empréstimos de livros em bibliotecas;
- f. apoiar a abertura de bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs, entre outros);
- g. criar e apoiar salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, peruas, trens, barcos e outros meios de transporte), atividades de leitura em parques, centros comerciais, aeroportos, estações de metrô, trem e ônibus. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos, leitura com crianças de rua, espaços de leitura nos locais de trabalho;

- h. fomentar programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura, por meio de projetos especiais com universidades e centros de formação de professores. Cursos de formação de professores com estratégia de fomento à leitura e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infanto-juvenil. Ampla utilização dos meios de educação a distância para formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades;
- i. incentivar e apoiar a criação de projetos para fomentar a leitura: rodas da leitura, atividades de formação do leitor na escola, clubes de leitura, atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas entre outros), mediadores de leitura e contadores de histórias, por meio de performances poéticas, rodas literárias e murais, oficinas de criação literária para crianças e jovens, encontro com autores;
- j. realizar, bienalmente, uma Feira do Livro de grande porte, aberta a toda a população do município, alternando a mesma nos quatro distritos e garantindo verba às unidades escolares para a compra de livros;
- k. valorizar a produção literária e editorial no município;
- l. estimular a criação de redes de leitura e de escrita;
- m. promover estudos e pesquisas na área do livro e da leitura em nível municipal;
- n. garantir espaço físico para a Sala de Leitura em todas as unidades escolares até 2015.

17 BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maurício de Almeida (org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PCR/SMCTE/DGDIC/DE, 1992.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLAN Rio/Jorge Zahar, 1988.
- ALVES, José Claudio. *Baixada Fluminense: A Violência na Construção do Poder*. São Paulo: USP, 1998. Tese de Doutorado.
- ALVES, José Claudio. *Igreja Católica: Opção Pelos Pobres, Política e Poder. O Caso da Paróquia do Pilar*. Rio de Janeiro: PUC, 1981. Dissertação de Mestrado.
- AQUINO, Júlio G. *Indisciplina na escola: alternativas históricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1996.
- ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945, vv. 1, 2 e 3.
- BARACHO, Maria das Graças. ; MOURA, Dante. Henrique. ; PEREIRA, Ulisséia. Ávila; SILVA, Antônia. Francimar. *Algumas reflexões e proposições acerca do ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio*. IN: *Ensino médio integrado à educação profissional: integrar para quê?* Brasília: Ministério da educação,

2006, p. 17-39.

BELOCH, Israel. Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: Record, 1986.

BERNARDES, Lysia M. C. e SOARES, M. T. S. *Rio de Janeiro: Cidade e Região*/ SMC/ Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1987.

BOEING, Antonio. Ensino religioso: razões de ser na atualidade. IN. <http://www.aecsp.org.br>.

BOFF, Leonardo. *Saber cuidar: Ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BRASIL, CNE/CEB. Resolução nº 2, de 07 de abril de 1998. Brasília- DF. Disponível em <http://www.mec.gov.Br/cne/pdf/CEB0298.pdf>.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988

BRASIL, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA / FNDE. Revista Gestão em Rede - exemplar nº 79 - MEC / FNDE.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. / SEB – Secretaria de Educação Básica. *Cadernos do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares*.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Declaração de Salamanca: enquadramento de ações para estudantes com necessidades educativas especiais*. Disponível no site www.mec.gov.br. Acessado em julho de 2007.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. MEC, Brasília, DF, 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientações complementares*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Integração da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA. Documento Base. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec> Acesso 07.04.2006.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Resolução nº 04 de 17/03/09 - MEC / FNDE.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Disponível no site www.mec.gov.br.

BRASIL. Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, DF, 2007 a.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Ciência e Tecnologia em Saúde. *Atuação do Ministério da Saúde no Caso de Contaminação Ambiental por Pesticida Organoclorados na Cidade dos Meninos*, Município de Duque de Caxias. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE / IDEC. *Consumo sustentável: manual de educação*. Brasília: Consumers international/MMA/IDEC. 2002.

- BRASIL. Portaria Interministerial nº1.010 de 8 de maio de 1996.
- BRASIL/IBGE. *Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2008*. CD-ROM. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- CARON, Lurdes (org.) et alii. *O ensino religioso na nova LDB*. Petrópolis: ed. Vozes, 1998.
- CARVALHO, Iracema Baronide. *Laranjas brasileiras*. Nova Iguaçu: SMCEL, 1999.
- CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, meu pai*. Rio de Janeiro: Global, 1986.
- Censo Demográfico do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IBGE, 1955, v. XXIII, tomo 1.[Série Regional.]
- ClAVATTA, Maria. *A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade*. In: RAMOS, Marise. (Org.) ; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); ClAVATTA, Maria (Org.) *Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições*. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 83-105.
- CIFUENTES Rafael Llano apud FIGUEIREDO, Anísia. *Ensino Religioso no Brasil: tendências, conquistas e perspectivas*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- COSTA, Iraci Del Nero da. *Nota Sobre a Posse de Escravos nos Engenhos e Engenhocas Fluminenses- 1778*, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 28, São Paulo: USP, 1988.
- CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino profissional na irradiação do industrialismo*. São Paulo: UNESP,2005.
- DABUL, Ligia. *Um Tanto da História de Xerém: Análise Social e Eclesial*. In: Unidade e prática de fé: pastoral ecumênica da terra em Xerém. Rio de Janeiro: CEDI, 1987.
- Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro (1930-1983). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1985, vv. 3 e 4.
- FADEL, Simone. *Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no Império e na Primeira República*. RJ: Garamond/FAPERJ, 2009.
- FAEP (Fundação de Apoio à Escola Pública). *Atlas Histórico e Geográfico Escolar do Estado do Rio de Janeiro*. Secretaria Extraordinária de Programas Especiais/FAEP, 1993.
- FERNANDES, E.M. *A implantação do modelo pedagógico em educação especial no município de Duque de Caxias – Relato de Experiência*. In: Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia. Ano 9, n. 20. São Paulo: Acontecimentos Culturais Impressão, 1989.
- FERNANDES, E.M. *Construtivismo e Educação Especial*. Revista Integração. Ministério da Educação e Desporto/ Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, ano5- nº11, 1994
- FERNANDES, E.M. *Educação para todos – saúde para todos: a urgência da adoção de um paradigma multidisciplinar nas políticas públicas de atenção a pessoas portadoras de deficiências*. In: Benjamin Constant / MEC, ano 5, n. 14, p. 3-10. Rio de Janeiro: IBCENTRO, 1999.
- FERNANDES, E.M. *Uma proposta de redimensionamento do atendimento educacional em rede pública de ensino a pessoas portadoras de retardo mental*, 1992 in O Campo de Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia, Te Cora, Editora, 1997.
- FERNANDES,E.M;PIO.M.B;BATISTA.F.M; FERREIRA,V.M. *Gestão em Educação Especial na perspectiva da inclusão: estudo de caso do município de Duque de Caxias*.

Anais do III Congresso Multidisciplinar de Educação Especial. Londrina, UEL, 2009.

FERNANDES, E.M.; REDIG, SANTOS, CERQUEIRA, DOS SANTOS, MATOS. O *Atendimento educacional a estudantes com necessidades educativas especiais nos sistemas municipais de ensino do Rio de Janeiro*. In Resumos da 7ª Jornada de Educação Especial. Inclusão: Intenção e Realidade. FUNDEPE: Marília, 2004.

FERREIRA, Amauri Carlos. *Ensino Religioso nas fronteiras da ética*. Petrópolis: Vozes, 2001.

FORTE, José Mattoso Maia. *Memória da fundação de Iguassú*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio Rodrigues & C., 1933.

FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. *Tenório, o homem e o mito*. Rio de Janeiro: Record, 1986.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.); CIAVATTA, Maria (Org.). *Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.

FRÓES, Vânia. *Município de Estrela – 1846-1892*. Rio de Janeiro: UFF, 1974. Dissertação de Mestrado em História.

FUCHS, Guilherme. *Depoimentos e reflexões de um teuto brasileiro: uma crônica*. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 1988.

FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro). *Unidades Urbanas Integradas de Oeste. Plano Diretor, V. II - Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: FUNDREM, 1979.

GEIGER, Pedro Pichas e SANTOS, Ruth Lyra. *Notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. Separata da Revista Brasileira de Geografia, nº 3, ano XVI, Rio de Janeiro, jul/set de 1955.

GEIGER, Pedro Pichas. *Loteamento na Baixada da Guanabara*. In: Anuário geográfico do Estado do Rio de Janeiro, nº 5, 1978.

GHELLER, Elza Maria (org.). *Josefa, a resistência de uma camponesa brasileira*. São Paulo: Paulinas, 1996.

GOMES, Flavio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro*. Séc. XIX. São Paulo: UNICAMP, 1992, cap. 1. Dissertação de Mestrado (mimeo).

GRABOWSKI, Gabriel. *Financiamento da educação profissional*. IN: Workshop. *Novas perspectivas para a educação profissional e tecnológica no Brasil*. Brasília, mimeo, 2005.

GRABOWSKI, Gabriel. RIBEIRO, Jorge A. R., SILVA, D. S. *Formulação das políticas de financiamento da educação profissional no Brasil*. Levantamento dos organismos financiadores da educação profissional. Brasília: MEC/SETEC, novembro/2003.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 8.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRIMBERG, Elizabeth; BLAUTH, Patrícia. *Coleta seletiva: reciclando materiais, reciclando valores*. São Paulo: Instituto Polis. 1998.

GRYNSZPAN, Mário. *Lavradores e Grileiros na Luta Democrática*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1982. Monografia.

GRYNSZPAN, Mário. *Mobilização Camponesa e Competição Política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1987. Dissertação de Mestrado.

- GRYNSZPAN, Mário. Os Idiomas da Patronagem: Um Estudo da Trajetória de Tenório Cavalcanti, Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 14, Rio de Janeiro: Vértice/ANPOCS, outubro de 1990, pp. 73-90.
- GUIA Sócio-Econômico dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro. RJ Gráfica do JB,1993.
- HILAIRE, Augusto de Saint. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo* (1822). Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1932, série V, v. V. [Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira.]
- IDEC. Consumo sustentável: programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente. 1998.
- IZQUIERDO MORENO, Ciriaco. *Educar em valores*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- JUNQUEIRA, Sergio Rogério Azevedo. *Ensino Religioso e sua relação pedagógica*. Petrópolis: Vozes,2002.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE (Setor de Evolução Urbana, 3),1964.
- LELOUP, Gean-Yves. Cuidar do ser: Filon e os terapeutas de Alexandria. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LEMOS, Santos. *O negro Sabará*. Rio de Janeiro: Destaque, 1977
- LEMOS, Santos. *Os donos da cidade*. Rio de Janeiro: Caxias Recortes, 1980. LEMOS, Santos. *Sangue no 311*. Rio de Janeiro: Reper Editora, 1967.
- LOPES, Irene Maria Magalhães e ALESSIO, Nancy. *Transformação Política ao Nível do Poder Local – Estudo de Caso (Caxias)*. Relatório Preliminar, Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, v. 5, nº 4, out/dez. 1971.
- LUSTOSA, José. Cidade de Duque de Caxias: desenvolvimento histórico do município: dados gerais. Rio de Janeiro: Serv. Gráfica do IBGE, 1958.
- MACEDO, Elza Derly Veloso. *Ordem na Casa e Vamos à Luta! Movimento de Mulheres no Rio de Janeiro:1945-1964*. Lydia da Cunha: Uma Militante. Niterói: UFF, 2001. Tese de Doutorado em História.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *Ruralismo Brasileiro (1888 – 1931)*. SP: Hucitec, 1997.
- MIGNOT, Ana Chistina Venâncio. *Baú de Memórias, Bastidores de Histórias. O Legado de Armanda Álvaro Alberto*. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 1997. Tese de Doutorado do Departamento de Educação.
- MIGNOT, Ana Cristina Venancio. Baú de Memórias, bastidores de histórias – o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto. Tese de Doutorado, Departamento de Educação.PUC,1997.
- MONTEIRO, J. H. P. et al. *Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 2001.
- MONTEIRO, Mariangela da S. Convivência e Participação: os desafios da educação na contemporaneidade. Rio de Janeiro: UFRJ, tese doutorado, 2008.
- MOREIRA, Tânia Maria Salles. *Chacinas e falcatruas*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1999.
- MORIN, Edgard. *Os sete saberes necessários à educação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MOURA, Dante Henrique. *Educação básica e educação profissional e tecnológica:*

dualidade histórica e perspectivas de integração. IN: Anais da 1ª Conferência Nacional da Educação Profissional e Tecnológica. Brasília 05 a 08 de novembro de 2006. Brasília/DF: MEC, 2006 (no prelo).

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. IN: Anais da 30ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu/MG: ANPED, 2007.

MOURA, Dante Henrique. *A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica*. IN: Anais do XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2007b.

MOURA, Dante Henrique. *Ensino médio integrado na modalidade EJA: financiamento e formação de professores*. In: Anais do 18º Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste (EPENN), 2007. Maceió: EDUFAL, 2007c.

MOURA, Dante Henrique. *Sociedade, educação, tecnologia e o uso das TIC's nos processos educativos*. In: Trabalho necessário – Revista eletrônica do neddate, ano 2, nº 2, 2004. Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario/hrdante%20TN2.htm>
Acesso 05.12.2004.

NIGRA, Dom Clemente M. da Silva. *A Antiga Fazenda de São Bento de Iguaçú*, Revista do SPHAN, nº 7, 1943.

O'LEARY, P. R. et al.. *Decision Maker's Guide to Solid Waste Management*. v. 2. Washington C: U.S. Environmental Protection Agency, 1999.

OLENIK, Marilac Loraine R. DALDEGAN, Viviane Mayer. *Encantar: uma prática pedagógica no ensino religioso*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

OLIVEIRA, Lilian Blanck de. *Ensino Religioso no ensino fundamental*. São Paulo: Cortez, 2007.

PASCHOALICK, W. Análise do processo de encaminhamento de crianças às classes especiais para deficiente mentais desenvolvido nas escolas de 1º grau da delegacia de Marília. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica. Dissertação de Mestrado, 135 pp, 1981.

PASSOS, João Décio. *Ensino Religioso: construção de uma proposta*. São Paulo: Paulinas, 2007.

PEIXOTO, Rui Afrânio. *Imagens iguaçuanas*. Nova Iguaçu: Edição do Autor, 1968.

PEREIRA, Waldick. *A mudança da Vila (história iguaçuana)*. Nova Iguaçu: Arsgráfica, 1970.

PEREIRA, Waldick. *Cana, café & laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC-RJ, 1977.

PERES, Guilherme. *Baixada Fluminense: os caminhos do ouro*. Rio de Janeiro: Impresso Brasil Gráfica Register, 1993.

PERES, Guilherme. *Tropeiros e viajantes na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Gráfica Shaovan, 2000.

Plano de Desenvolvimento Local Integrado. Duque de Caxias/RJ: M. Roberto Arquitetos, 1969, III, p. 3.

PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS: PMDC/Secretaria Municipal de Planejamento, 1992.

PLANO DIRETOR URBANÍSTICO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS – RJ. Duque de Caxias: PMDC/Câmara Municipal de Duque de Caxias, 2006.

PLANO DIRETOR URBANÍSTICO DO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS – RJ.
Livreto do Fórum. DC: Fundação Dom Cintra, setembro de 2006.

PNLL – Plano Nacional do Livro e Leitura – Estado e Sociedade atuando pelo desenvolvimento da leitura no Brasil.

PONDË, Francisco de Paula Azevedo. *O Porto Estrela*, Revista do IHBG, v. 293, Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1972, pp. 49-50.

PORTO, Rubens. *Cidade das meninas*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Resolução nº 01/1996.

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Resolução nº 02/1998.

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Resolução nº 03/2006.

PUREZA, José. *Memória camponesa*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. Revista Pilares da História - Dezembro/2003.

RAMOS, Marise Nogueira. *O Projeto Unitário de Ensino Médio sob os Princípios do Trabalho, da Ciência e da Cultura*. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (Org.). *Ensino Médio: Ciência, Cultura e Trabalho*. Brasília, 2004.

RAMOS, Marise. *Concepção do ensino médio integrado à educação profissional*. Natal: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, 2007.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: RAMOS, Marise. (Org.); FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) ; CIAVATTA, Maria (Org.).

- Ensino Médio Integrado: Concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005; pp. 106-127.
- RAMOS, Marise; SOUZA, Donaldo; DELUIZ, Neise. *Educação Profissional na Esfera Municipal*. São Paulo: Xamã, 2007.
- RODRIGUES, Hélio Suêvo. *A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro*. O resgate da sua memória. RJ: Memória do Trem, 2004.
- SANTOS, Eloísa. H. Metodologia para a Construção de uma Política de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Profissional e Tecnológica. MEC, 2004.
- SANTOS, M.R.M.; MELO, M. F.; RODRIGUEZ, M. E.(org.). Como exigir o direito ao saneamento ambiental: guia prático: mecanismos de exigibilidade do direito ao saneamento. Rio de Janeiro: FASE. 2009.
- SAVIANI, Demerval, *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8º ed. Revista e Ampliada. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- SAVIANI, Demerval. *Sistema de educação: subsídios para a Conferência Nacional de Educação (CONAE)*. In: QUEIROZ, Arlindo Cavalcanti; GOMES, Lêda. (Org.). Conferência Nacional de Educação (Conae) 2010: reflexões sobre o Sistema Nacional de Educação e o Plano Nacional de Educação. 1 ed. Brasília: INEP - MEC, 2009, v. 1, p. 33-74.
- SCHIELMANN,A. O uso de testes para avaliar as capacidades mentais: um erro conceitual. Anais do Simpósio Brasileiro de Pesquisas e Intercâmbio da ANPEPP. Rio Grande do Sul, 1989.
- SCHNEIDER,D. alunos excepcionais: um estudo de caso de desvio. In: VELHO, Gilberto. Desvio e Divergência – uma crítica da patologia social. Rio de Janeiro: Zahar,1985
- SILVA, Arlindo. *Memórias de Tenório Cavalcanti segundo a narrativa a Arlindo Silva*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1954. 255 p.
- SILVA, Helenita M. B. *Emancipação do Município de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.Monografia.
- SILVEIRA JUNIOR, Antônio Manuel da. *Contribuição à História da Imigração no Brasil*. Estudo de Caso: A Imigração Alemã em Caxias. Duque de Caxias: FEUDUC. Monografia.
- SILVEIRA, Jorge Luís R. da. Transformação na Estrutura Fundiária do Município de Nova Iguaçu Durante a Crise do Escravidismo Fluminense. Niterói: UFF, 1998. Dissertação de Mestrado em História.
- SOARES, M. T. Segadas. Nova Iguaçu. *Absorção de uma Célula Urbana pelo Grande Rio*, Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, nº 2, ano XVII, abr/jun. 1955.
- SOUZA, Marlúcia Santos de e JUNIOR PIRES, Roberto. *Terra de Muitas Águas*. Texto nº 5, Duque de Caxias: Itatiaia, 1996.
- SOUZA, Marlúcia Santos de e outros. *Os caminhos do ouro na Baixada Fluminense* In Revista Pilares a História, Ano 6, Número 7, maio de 2007: 7-21.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. *Escavando o Passado da Cidade de Caxias*. RJ: Dissertação de mestrado pela Universidade Federal Fluminense, 2001.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Imagens de Uma Cidade*, Revista da FEUDUC, nº 2, Rio de Janeiro: FEUDUC, setembro de 2000.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Memórias da Emancipação e Intervenção no Município de Duque de Caxias nos Anos 40 e 50* In Revista Pilares da História, Ano II, Número 3, dezembro de 2003: 28-36.

SOUZA, Marlucia Santos de. *Os impactos das Políticas Agrárias e de Saneamento na Baixada Fluminense* In Revista Pilares da História, Ano 4, Número 6, abril de 2006.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1992.

TERABE, Kuniyuki. *Refinaria de Duque de Caxias: 40 Anos*. Rio de Janeiro: BR/Petrobras, 2001.

TORRES, Rogério e MENEZES, Newton. *Sonegação, fome, saque*. Rio de Janeiro: Consórcio de Administração de Edições, 1987.

TRINDADE, Solano. *“Tem Gente Com Fome e Outros Poemas”*. Antologia poética. Rio de Janeiro: DGIO, 1988.

VELHO, Laís Costa. *Caxias, ponto a ponto (1953 - 1957)*. Duque de Caxias: Agora, 1965.

VELOSO, Dom Eurico dos Santos. *Fundamentos filosóficos dos valores no ensino religioso*. Petrópolis: Vozes, 2001.

YAMAMOTO, O. Educação especial – fracasso ou farsa? In: Educação em questão. Rio Grande do Norte: Editora Universitária, p 35-42, 1988.

SITES

public.inep.gov.br/enem/Enem2009_linguagens_codigos.pdf - Acesso em 29/08/09.

www.cndc.rj.gov.br (site da Câmara Municipal de Duque de Caxias).

www.governo.rj.gov.br (Portal do Cidadão)

www.mec.gov.br/seb/conselhoescolar (SEB - Conselho Escolar)

